



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

AMÁLIA CATHARINA SANTOS CRUZ

**VIDA DE RETIRANTE: A MIGRAÇÃO DE TRABALHADORES  
BAIANOS NA EJA DE FLORIANÓPOLIS/SC NO INÍCIO DO SÉCULO XXI**

FLORIANÓPOLIS

2022

Amália Catharina Santos Cruz

**VIDA DE RETIRANTE:**  
**A MIGRAÇÃO DE TRABALHADORES BAIANOS NA EJA DE**  
**FLORIANÓPOLIS/SC NO INÍCIO DO SÉCULO XXI**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do título de doutora em Educação.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Célia Regina Vendramini, Dr.<sup>a</sup>

Florianópolis

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

CRUZ, AMÁLIA CATHARINA SANTOS  
VIDA DE RETIRANTE : A MIGRAÇÃO DE TRABALHADORES BAIANOS  
NA EJA DE FLORIANÓPOLIS/SC NO INÍCIO DO SÉCULO XXI / AMÁLIA  
CATHARINA SANTOS CRUZ ; orientadora, Célia Regina  
Vendramini, 2022.  
121 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa  
Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós  
Graduação em Educação, Florianópolis, 2022.

Inclui referências.

1. Educação. 2. Expropriação. 3. Migração baiana. 4.  
Reprodução social. 5. EJA. I. Vendramini, Célia Regina .  
II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós  
Graduação em Educação. III. Título.

Amália Catharina Santos Cruz

**Vida de retirante:** a migração de trabalhadores baianos na EJA de Florianópolis/SC no início do século XXI

O presente trabalho em nível de doutorado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Dra. Célia Regina Vendramini (Presidente)  
Universidade Federal de Santa Catarina

Dra. Adriana D'Agostini (Examinadora)  
Universidade Federal de Santa Catarina

Dra. Celi Nelza Zülke Taffarel (Examinadora)  
Universidade Federal da Bahia

Dra. Mariléia Maria da Silva (Examinadora)  
Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

Dra. Sandra Cristina Dalmagro (Examinadora)  
Universidade Federal de Santa Catarina Florianópolis

Dr. Mauro Tilton (Suplente)  
Universidade Federal de Santa Catarina Florianópolis

Dra. Maria Nalva Rodrigues de Araújo Bogo (Suplente)  
Universidade do Estado da Bahia

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de doutora em Educação.

---

Prof. Amurabi Pereira de Oliveira,  
Dr. Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação

---

Prof.a Célia Regina Vendramini, Dra.  
Orientadora

Florianópolis, 03 de junho de 2022.

Dedico este trabalho à classe trabalhadora, em especial àqueles que migram e que com sangue, suor e lágrimas vêm tentando construir uma sociedade justa e igualitária.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família, em especial minha mãe, minha tia, meu irmão e meu pai (*in memoriam*) pela força, incentivo, abnegação, apoio em todos os sentidos.

Agradeço à família Lima Gomes pelo acolhimento, incentivo e por estarem na base da minha formação.

Agradeço à camarada Célia Vendramini pelo seu exemplo de ser humano íntegro, compreensivo, de luta e com quem aprendi mais sobre o ofício de ser professora sem perder a ternura.

Agradeço aos camaradas Adriana D'Agostini e Mauro Tilton pelos exemplos de vida que me norteiam, pela generosidade, companheirismo, lealdade, honestidade. Agradeço o apoio emocional e objetivo para a conclusão deste trabalho, pois sem vocês esta tese não teria sido possível.

Agradeço à minha eterna orientadora Celi Taffarel que contribui na minha formação desde a graduação e que me fez almejar voos cada vez maiores.

Agradeço à eterna Michele Ortega Escobar, “Micha” (*in memoriam*), pelo rigor, pelo companheirismo, pelos ensinamentos que me transmitiu com açúcar e com afeto e que deixou um legado imenso para a educação e a educação física.

Agradeço à Naylane Matos, pela parceria, apoio e carinho, por estar comigo nos momentos difíceis, segurando minha mão e seguindo adiante.

Agradeço ao camarada Maurício Roberto da Silva, “Maumau”, que generosamente me abriu os braços e com a sua generosidade, sensibilidade e rigor me conduziu pelo caminho das pesquisas e no desaguar dessa tese.

Agradeço à toda equipe do TMT/UFSC pelo acolhimento, pelos aprendizados coletivos e individuais, pelo rigor nas pesquisas e estudos. Observo o quanto de conhecimento adquiri a partir da participação no grupo.

Agradeço à toda a linha TEP/PPGE/UFSC na figura dos seus professores, nossos mestres.

Agradeço aos meus colegas de turma com quem pude realizar estudos, dividir angústias e produzir ações coletivas interessantes.

Agradeço ao coletivo do grupo Migração e Educação pelos debates, pela formação coletiva, pelo apoio, pelas empreitadas realizadas.

Ao grande camarada Artur Souza, por ter estado comigo, me auxiliando com os dados, com a escrita, me dando ânimo e, principalmente, pela sua amizade.

Agradeço ao coletivo da LEPEL/UFBA por ter me dado “régua e compasso”, pois foi a base para a minha formação enquanto pesquisadora, militante e professora.

Agradeço aos amigos Débora Veras, Deny Borges, Luana Ísis, Carol Bahniuk, David Romão, Ivânia Freitas, Rafael Saldanha pela revisão atenciosa de todo o trabalho, Mineirinho pela companhia constante.

Agradeço ao Colegiado de Educação física da UNEB, principalmente aos camaradas Osni Silva, Michael Ramos e Jorge Neto, pela parceria que extrapola a relação de trabalho, sendo às vezes orientanda de cada um deles.

Agradeço à UNEB por ter me possibilitado o afastamento para os estudos.

Agradeço a todos que diretamente ou indiretamente contribuíram para a conclusão deste trabalho.

## Lamento sertanejo<sup>1</sup>

Por ser de lá  
Do sertão, lá do cerrado  
Lá do interior do mato  
Da caatinga do roçado.  
Eu quase não saio  
Eu quase não tenho amigos  
Eu quase que não consigo  
Ficar na cidade sem viver contrariado.  
Por ser de lá  
Na certa por isso mesmo  
Não gosto de cama mole  
Não sei comer sem torresmo  
Eu quase não falo  
Eu quase não sei de nada  
Sou como rês desgarrada  
Nessa multidão boiada caminhando a esmo

---

<sup>1</sup> Fonte: [LyricFind](#)

Compositores: Gilberto Gil / Jose Domingos

Letra de Lamento sertanejo © Tratore, Warner Chappell Music, Inc



## RESUMO

Este estudo aborda a questão da migração e o processo de escolarização de baianos na Educação de Jovens e Adultos (EJA), em Florianópolis/SC, a partir da relação trabalho e educação. Tivemos como problema de pesquisa: Qual a situação atual da classe trabalhadora diante do processo de expropriação dos meios de subsistência e do movimento migratório em busca dos meios de reprodução da vida, incluindo a educação? A partir desta questão, definimos como objetivo geral analisar a situação atual da classe trabalhadora diante do processo de expropriação dos meios de subsistência e do movimento migratório dos nordestinos baianos em busca dos meios de reprodução da vida, incluindo a educação, especificamente a Educação de Jovens e Adultos, em Florianópolis/SC. A nossa metodologia está embasada no marxismo, consubstanciando-se na pesquisa qualitativa, utilizando procedimentos como levantamento de dados nas fichas de matrícula da Secretaria Municipal de Educação Básica de Florianópolis e realização de grupos focais. Desenvolvemos categorias como expropriação, acumulação capitalista, migração, reprodução social e escolarização. Os resultados da pesquisa indicam que: a) os trabalhadores seguem na atualidade sendo expropriados dos meios de subsistência, o que produz a expulsão dos seus locais de origem; b) a migração é forçada, ou seja, as pessoas não decidem livremente deixar sua cidade, família, amigos e modo de vida, da mesma forma, não escolhem o local para onde vão se dirigir; c) está ocorrendo uma intensificação na migração entre as regiões brasileiras nordeste-sul; d) os trabalhadores migrantes em geral têm baixa qualificação e desempenham o trabalho simples; e) há uma presença significativa de migrantes na Educação de Jovens e Adultos em Florianópolis, com aumento dos nordestinos e baianos; f) há muitas interrupções e rupturas no processo de escolarização dos migrantes. Por fim, observamos que a EJA se constitui numa possibilidade de continuidade ou retomada do estudo por parte da classe trabalhadora, sendo um espaço de socialização e acolhimento dos estudantes migrantes. Compreendemos que a escola continua sendo imprescindível para a formação da classe trabalhadora.

**Palavras-chave:** Educação. Expropriação. Migração baiana. Reprodução Social. EJA.

## ABSTRACT

This study addresses the issue of migration and the schooling process of workers from Bahia in Youth and Adult Education (EJA) in Florianópolis/SC, based on the relationship between work and education. We had the following research problem: What is the current situation of the working class in the face of the process of expropriation of the means of subsistence and the migratory movement in search of the means of reproduction of life, including education? Based on this question, we define as a general objective to analyze the current situation of the working class in the face of the process of expropriation of the means of subsistence and the migratory movement of northeastern Bahia in search of the means of reproduction of life, including education, specifically the Education of Young People and Adults, in Florianópolis/SC. Our methodology is guided by the Marxism, based on qualitative research, using procedures such as data collection in the registration forms of the Municipal Department of Basic Education of Florianópolis and holding focus groups. We develop categories such as expropriation, capitalist accumulation, migration, social reproduction and schooling. The research results indicate that: a) workers are currently being expropriated from their means of subsistence, which leads to expulsion from their places of origin; b) migration is forced, that is, people do not freely decide to leave their city, family, friends and their way of life, furthermore, they do not choose the place where they are going to live in; c) there is an intensification of migration between the northeast-south Brazilian regions; d) migrant workers are generally low-skilled and perform simple work; e) there is a significant presence of migrants in Youth and Adult Education in Florianópolis, with an increase of workers from Northeast region and Bahia; f) there are many interruptions and ruptures in the schooling process of migrants. Finally, we observe that the EJA constitutes a possibility of continuity or resumption of study by the working class, being a space for socialization and reception of migrant students. We understand that the school continues to be essential for the formation of the working class.

**Keywords:** Education. Expropriation. Migration from Bahia. Social Reproduction. EJA.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – ComexVis - Dados de janeiro a outubro de 2019 .....	55
Figura 2 – Empregados, subempregados e sem empregos em 2020 (em mil pessoas). .....	65
Figura 3 – Número de matrículas, etapas e modalidades de ensino por segmento (EJA - ensino fundamental, EJA - ensino médio, EJA – ensino fundamental e ensino médio integrado-técnico) por dependência administrativa em Florianópolis, SC — 2007 a 2020. ....	72
Figura 4 – Número de escolas, escolas por etapa e modalidade de oferta (ensino EJA) por dependência administrativa em Florianópolis, SC — 2007 a 2020. <b>Erro! Indicador não definido.</b>	
Figura 5 – Número de turmas, etapas e modalidades de ensino por segmento (EJA - ensino fundamental, EJA - ensino médio, EJA – ensino fundamental e ensino médio integrado-técnico) por dependência administrativa em Florianópolis — 2007 a 2020. <b>Erro! Indicador não definido.</b>	
Figura 6 – Frequência de estudantes da EJA Norte 1 – Ingleses, por estado de origem, 2021	84
Figura 7 - Frequência de estudantes da EJA por condição de origem, Norte 1, Ingleses, 2021 .....	90
Figura 8 – Frequência de estudantes da EJA Norte 1, Ingleses, por sexo, Rede Municipal de Ensino de Florianópolis, 2018 .....	91
Figura 9 – Frequência de estudantes migrantes da EJA Norte 1, Ingleses, por sexo, Rede Municipal de Ensino de Florianópolis, 2018.....	91
Figura 10 – Frequência de estudantes migrantes da EJA Norte 1, Ingleses, por região de origem, Rede Municipal de Ensino de Florianópolis, 2021 .....	93
Figura 11 - Frequência de estudantes por Unidade da Federação (UF) de origem da EJA Norte 1, Ingleses, 2021 .....	93
Figura 12 - Distribuição geográfica dos participantes do grupo focal, 2022 .....	101

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 - Idade/origem/ocupações/tempo de moradia em Florianópolis.....	94
--	----

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de Escolas por Área da localidade - Bahia, 2007 a 2019 .....	53
Tabela 2 – Número de Matrículas por Área da localidade - Bahia, 2007 a 2019.....	53
Tabela 3 - Quantidade e Origem dos Migrantes da EJA .....	82
Tabela 4 - Região de origem dos migrantes .....	82
Tabela 5 – Origem dos migrantes por estado .....	83
Tabela 6 - Cadastro Único Migrante por estado em 2020.....	87
Tabela 7 – Condição de nascimento - CadÚnico 2020 .....	88
Tabela 8 - Frequência de estudantes da EJA por condição (migrantes ou nativos) – Florianópolis, 2018 a 2021 .....	88

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AL Alagoas

AM Amazonas

BA Bahia

CadÚnico Cadastro Único

CAPES Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CE Ceará

CPT Comissão Pastoral da Terra

EBM Escola Básica Municipal

EE Estado Estrangeiro

EJA Educação de Jovens e Adultos

ENCCEJA Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos

EMBRAPA Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

ETR Estatuto do Trabalhador Rural

ET Estatuto da Terra

EUA Estados Unidos da América

GO Goiás

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEB Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

ILAESE Instituto Latino-Americano de Estudos Socioeconômicos

INCRA Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INEP Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IDH Índice de Desenvolvimento Humano

MA Maranhão

MT Mato Grosso

MG Minas Gerais

MOBRAL Movimento Brasileiro de Alfabetização

MS Mato Grosso do Sul

MTE Ministério da Economia

OMS Organização Mundial da Saúde

PA Pará

PCB Partido Comunista Brasileiro

PE Pernambuco

PI Piauí  
PIB Produto Interno Bruto  
PL Projeto de Lei  
PNADC Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua  
PNAD Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios  
PR Paraná  
PRODETUR Programa de Desenvolvimento do Turismo  
PT Partido dos Trabalhadores  
RAIS Relação Anual de Informações Sociais  
RJ Rio de Janeiro  
RO Rondônia  
RS Rio Grande do Sul  
SIDRA Sistema IBGE de Recuperação Automática  
SC Santa Catarina  
SP São Paulo  
TMT Núcleo de Estudo sobre as Transformações no Mundo do Trabalho  
TO Tocantins  
UF Unidade da Federação  
USDA Departamento de Agricultura dos Estados Unidos  
UFSC Universidade Federal de Santa Catarina  
UFPR Universidade Federal do Paraná

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>17</b>
1.1	VIDA DE MIGRANTE.....	21
1.2	O LONGO CAMINHO DOS MIGRANTES.....	24
<b>2</b>	<b>O PROCESSO HISTÓRICO DE EXPROPRIAÇÃO — A ACUMULAÇÃO CAPITALISTA E AS CONSEQUÊNCIAS NA MIGRAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA.....</b>	<b>32</b>
2.1	AS FORMAS CONTEMPORÂNEAS DE EXPROPRIAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA NO BRASIL .....	41
2.2	A RELAÇÃO EXPROPRIAÇÃO-ACUMULAÇÃO CAPITALISTA NO CONTEXTO BRASILEIRO.....	47
2.3	BAHIA: TERRA DE TODOS NÓS?.....	51
<b>3</b>	<b>A PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DA VIDA DA CLASSE TRABALHADORA: MIGRAÇÃO E ESCOLARIZAÇÃO .....</b>	<b>58</b>
3.1	A MIGRAÇÃO NO CONTEXTO DA RELAÇÃO ESCOLARIZAÇÃO- QUALIFICAÇÃO .....	66
<b>4</b>	<b>MIGRANTES NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM FLORIANÓPOLIS: O CASO DOS BAIANOS NA “ILHA DA MAGIA”.....</b>	<b>80</b>
4.1	OS ESTUDANTES BAIANOS MATRICULADOS NA EJA .....	81
4.1.1	Os estudantes baianos matriculados na EJA Norte 1 .....	89
4.1.2	A saga dos migrantes até Florianópolis: análise dos grupos focais.....	94
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>107</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>112</b>
	<b>APÊNDICE A – Termo de consentimento .....</b>	<b>116</b>
	<b>APÊNDICE B – Roteiros para grupo focal.....</b>	<b>117</b>
	<b>APÊNDICE C – Fotografia do grupo focal.....</b>	<b>119</b>
	<b>APÊNDICE D – Mapa das migrações internas para Florianópolis/SC .....</b>	<b>120</b>
	<b>ANEXO A – Mapa da Educação de Jovens e Adultos – EJA.....</b>	<b>121</b>



## 1 INTRODUÇÃO

*O retirante explica ao leitor quem é e a que vai.*

*(MELO NETO, 2007)*

Ao trazer esse trecho como epígrafe, extraído da obra de João Cabral de Melo Neto, pretendemos, de antemão, explicar quem é o retirante, no caso o trabalhador migrante, e como é árduo o longo caminho que trilha em busca de melhores condições de vida e trabalho. Sair de um lugar significa deixar para trás família, amigos, costumes, cheiros, comidas, linguajar, enfim, um modo de vida.

Compreendemos que o debate sobre migração de trabalhadores por motivos econômicos não é novo, mas está longe de ser findado! Especialmente pelo contexto que estamos passando, onde massas de trabalhadores têm crescentemente se deslocado dentro ou fora de seu país.

Atualmente, vivemos um agravamento generalizado das condições de vida da classe trabalhadora, com a pandemia do novo coronavírus (COVID-19), alastrando-se por todos os continentes, o que tem desnudado ainda mais a crise estrutural pela qual passa o capitalismo, como já apontou Mészáros (2002). Assim, compreendemos que a dinâmica da produção e da reprodução da vida ganha contornos ainda mais dramáticos, principalmente a sua incidência na vida da classe trabalhadora no interior do sistema capitalista.

Como vivemos no modo de produção capitalista que preconiza o lucro acima de tudo, não priorizando, por exemplo, investimentos maciços em saúde de forma preventiva e de acesso universal, constatamos que os países não estavam preparados para uma pandemia desse porte, mesmo que ela já mostrasse sinais de que poderia acontecer. Portanto, não houve ao longo das décadas, mesmo com o desenvolvimento científico e tecnológico, políticas eficientes de prevenção e de acesso universal à saúde, saneamento, moradia e alimentação para todas as pessoas. Pelo contrário, em meio à crise do vírus se espalhando rapidamente em todos os continentes, observamos governos negando a existência da pandemia, outros negando a ciência e, por fim, todos se viram obrigados a adotar medidas que remontam a idade média e se mostram eficazes, como a estratégia do isolamento social, ou seja, o “fique em casa!” e o uso de máscaras. Mas como fica a situação de quem não tem casa, não tem alimentação, não tem trabalho, os que tiram seu sustento na informalidade, não têm garantias trabalhistas, que é o caso da maioria da classe trabalhadora, formada também por um grande contingente de trabalhadores migrantes, que se desloca para onde existe trabalho, vivendo em

condições que os expõe ainda mais ao contágio. Questionamos: como esses seres humanos podem garantir a reprodução da vida social diante desse cenário extremamente adverso?

Como Marx e Engels (2007) já demonstraram de forma acertada:

A primeira condição de toda a história humana é, naturalmente, a existência de seres humanos vivos. A primeira situação a se constatar é, portanto, a constituição corporal desses indivíduos e as relações que ela gera entre eles e o restante da natureza. (p.10).

O excerto acima é uma premissa fundamental para que possamos compreender, ainda mais neste momento, o sentido/significado do desenvolvimento humano ao longo do processo histórico, sendo o trabalho tido como central para que a humanidade continue a reproduzir a vida. O meio para a satisfação das necessidades fundamentais de sobrevivência é o trabalho, nesta sociedade, por meio da venda da força de trabalho. Não havendo condição para a venda, um conjunto de trabalhadores cada vez maior constitui uma população supérflua, forçada a migrar em busca de trabalho.

Salientamos que, mesmo diante de uma crise tão brutal, há frações da burguesia capitalista lucrando, mesmo com a morte de milhares de pessoas, com as crescentes ondas de racismo, machismo, homofobia, xenofobia, em todo o mundo e, principalmente, com mais uma crise, qual seja, a da pandemia da COVID19, sem precedentes em pelo menos um século, em relação à saúde, por exemplo. Assim, em meio à crise, o capitalismo segue o seu processo de acumulação e de expropriação/exploração, concentrando e centralizando o capital em conglomerados que comandam a “mão invisível do mercado” e, portanto, o que é central na vida da humanidade, tendo o lucro para poucos. Quanto à classe trabalhadora, a qual produz toda a riqueza, esta não tem acesso a quase nada, está à mercê da própria sorte (se podemos chamar alguma coisa, nesse breve panorama, de sorte). Assim, estamos inseridos nesse contexto de difícil análise, notadamente pelo momento histórico, mas que continua desvelando o antagonismo das classes sociais, pois se por um lado a burguesia quer extrair o mais valor, por outro, a classe trabalhadora luta para continuar existindo e conquistando direitos para ter uma vida digna. Assim, temos a luta de classes como uma categoria central para análise da conjuntura, suas estratégias e táticas.

O objeto de estudo desta tese versa sobre a migração e a educação. Nosso foco são as migrações internas no Brasil e, mais detidamente, a migração de trabalhadores da Bahia para Florianópolis/SC. Nesse percurso, abordamos a reprodução da vida desses migrantes, considerando sua escolarização. Para Singer (1980, p. 217), “as migrações internas são sempre historicamente condicionadas, sendo o resultado de um processo global de mudança, do qual elas não devem ser separadas” (apud OLIVEIRA, 2011, p. 12)

Retirante, migrante, forasteiro, caboclo, entre outros, são muitas as denominações que acompanham os que por condição econômica, principalmente, são forçados a deixar seu território, sua história, sua família, seus amigos e muitos hábitos, migrando para outro espaço, tentando continuar a produção e reprodução da sua existência, na maioria das vezes, em condições extremamente adversas.

Como apontamos anteriormente, o tema da migração não é novo, mas está sendo bastante discutido diante da dramaticidade que o crescimento e as novas formas e fluxos de migração interna e externa têm tomado na atualidade do modo de produção capitalista e suas crises insolúveis. O elemento central que move os migrantes é a busca por melhores condições de vida e de trabalho.

No caso desse trabalho, tratamos da migração interna — nordestina/baiana — e a reprodução da vida desses migrantes na cidade de Florianópolis, considerando sua vinculação como estudantes à Educação de Jovens e Adultos do município. Assim, dialogamos com a obra do pernambucano João Cabral de Melo Neto<sup>2</sup>, trazemos o que é particular ao estado de Pernambuco, mas também o que é geral ao Nordeste. Melo Neto sintetiza, de maneira poética, mas não menos realista, sobre a expectativa de sobrevivência dos retirantes, quando constata que: “somos Severinos iguais em tudo na vida, morremos de morte igual, a mesma morte severina: que é a morte de que se morre de velhice antes dos trinta, de emboscada antes dos vinte, de fome um pouco por dia” (MELO NETO, 2007, p. 92).

Observemos que essa obra foi escrita na década de 50 do século passado. Portanto, deveria ser algo obsoleto e que ficasse como registro de uma época. Entretanto, a realidade aponta que a obra, do ponto de vista da realidade, continua extremamente atual, mesmo diante de alguns indicadores de melhorias, como estradas, escolas, universidades, acesso à água e à energia elétrica, direitos previstos na Constituição de 1988.

O capitalismo pretende seguir acumulando, para isso violentamente expropria, explora-domina e, portanto, retira direitos fundamentais de quem somente tem a força de trabalho para vender, no caso, a classe trabalhadora. Esse modo de produção assentou-se sobre trabalhadores livres, questão abordada nas obras de Marx, na Inglaterra, quando do advento do capitalismo. Com isso, não estamos apontando que o sistema feudal, que era o sistema até então vigente, tenha sido constituído por pessoas livres, uma vez que a maioria tinha donos ou “suseranos”, mas existiam os homens livres, que regulavam sua vida a partir

---

<sup>2</sup> Pernambucano, nascido em 1920 e tendo falecido em 1999. Publicou diversas obras, dentre elas *Morte e Vida Severina*, escrita entre 1954-1955. Neste trabalho, a nossa referência é MELO NETO, J. C. **Morte e vida Severina**: e, outros poemas. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

de trabalhos contratuais próprios do sistema feudal. Esses homens livres para se tornarem trabalhadores assalariados, no modo de produção capitalista, necessitam vender a sua força de trabalho. Ou seja, para que o capitalismo se realize, grosso modo, necessita de trabalhadores livres “dispostos” a vender a força de trabalho, para que assim possam garantir a reprodução do seu modo de vida e a do sistema social. O que resulta na apropriação privada dos meios de produção da vida por poucos, e na venda da força de trabalho pela esmagadora maioria da humanidade. Essa relação funda um dos pilares do capitalismo. Essa premissa se concretizou em todos os continentes, mas cada território tem as suas especificidades, como no caso brasileiro.

Outro cotejo necessário para este trabalho é trazer à baila Josué de Castro<sup>3</sup>, pernambucano, estudioso, político, que, com os livros *Geografia da fome* e *Geopolítica da fome*, 1946 e 1951 respectivamente, traz a discussão sobre fome e política. A primeira obra rompe com a ideia prevalecte da teoria malthusiana, de que quanto maior o crescimento populacional, maior é a escassez de comida. Castro (1946) aponta que o problema da fome é político, pois a má distribuição da riqueza, a desigualdade social tão “naturalizada” no Brasil, faz com que uns poucos tenham acesso a tudo e a maioria não tenha direito sequer a uma vida minimamente digna. Essa discussão localiza-se no Nordeste, em uma das regiões mais pobres do Brasil, onde a miséria é escancarada, assim como a opulência. Nessa região, há períodos de seca severa e torna-se um território mais propício para políticos desonestos, que com falsas promessas iludem a população, principalmente a mais carente.

Na segunda obra, Castro (1951) amplia a sua análise para o mundo, constatando os mesmos problemas na África e na Ásia, por exemplo, e evidentemente considera as especificidades de cada território. O autor ressalta que a fome não é um processo natural, mas um problema social e político, que deve ser encarado de forma ampla e com tecnologia apropriada para dirimir a desnutrição e a mortalidade, principalmente infantil, apontando meios de combater a fome e a seca.

Inferimos, portanto, que seca, Nordeste e fome formam um tripé que, na aparência, esconde a acumulação capitalista via expropriação das terras, dos meios de subsistência, dos bens comuns e dos direitos, e que se tornam motores para grandes migrações de trabalhadores, por meio da relação dominação-exploração.

---

<sup>3</sup> Josué de Castro, pernambucano, nascido em 1908 e falecido em 1973. Foi um estudioso e político brasileiro que se dedicou aos estudos sobre a seca, a fome e como tudo isso se atrelava à política. Seu livro *Geografia da fome*, de 1946, é um dos mais contundentes estudos sobre fome e política. Essa obra recebeu muitos prêmios, tornando-se um clássico para a geografia e outras áreas.

Silva (1999) demonstra como esse processo de expropriação, exploração-dominação e exclusão recaí sobre a classe trabalhadora, principalmente sobre as pessoas que vivem no campo. Aponta também como as vias jurídicas representam os interesses, sobretudo da classe burguesa, com leis generalistas, tratando como iguais, e a partir dos interesses da burguesia, aqueles que são de classes sociais diferentes, como é o caso dos que pertencem à classe trabalhadora. Assim, demonstra o apartamento do trabalhador do seu principal meio de reprodução da vida, que é a terra, em síntese, a expropriação do trabalhador da terra, ou seja, de seu território, cultura, família, história, da terra como possibilidade de subsistência. Isso ocorre algumas vezes de forma sutil e na maioria das vezes de forma violenta, inclusive, utilizando-se da lei, do cartório de registro de imóveis e do braço armado do Estado, as forças policiais. Então, se por um lado, temos a exploração no plano do domínio econômico, por outro, temos a dominação no plano político e, dessa forma, a centralização das terras na mão de poucos, em detrimento da expulsão de muitos.

Diante do exposto, peço licença ao leitor para trazer breves memórias da infância e observações da pesquisa sobre a vida de migrante nordestino baiano, principalmente nas regiões Sudeste e Sul do Brasil.

## 1.1 VIDA DE MIGRANTE

No Brasil dos anos 1960, 1970, 1980 muito se falava em um tal êxodo rural, que explicavam ser a saída das pessoas do campo para a cidade para melhorar a sua condição de vida, isso sem as devidas mediações. No entanto, no território aonde eu viva, no norte da Bahia, em Campo Formoso, não havia uma reflexão crítica a respeito, ou seja, na aparência a explicação era essa, contudo, na essência, o real motivo para a expulsão e para a exploração das pessoas do campo continuava escamoteado, pois era apenas a zona rural, “um lugar atrasado de gente analfabeta e pobre”.

Naquela época, no meu contexto geopolítico, seca, fome, desemprego, inflação, analfabetismo e outras mazelas sociais assolavam a maioria da população. Aos poucos, foram surgindo os ônibus que levavam os nordestinos e as nordestinas para “Sum Palo”. Sim, a terra da garoa, a terra prometida, a São Paulo do progresso, da vida farta e da possibilidade de trabalho para todos, segundo imaginavam. Nesse quadro, vi famílias, partes e/ou inteiras, indo embora, em busca de uma vida melhor, tal qual Luiz Gonzaga na música *Asa Branca* (1947):

Inté mesmo a asa branca

Bateu asas do sertão  
Entonce eu disse, adeus Rosinha  
Guarda contigo meu coração  
Entonce eu disse, adeus Rosinha  
Guarda contigo meu coração

Hoje longe, muitas léguas  
Numa triste solidão  
Espero a chuva cair de novo  
Pra mim voltar ai pro meu sertão

Toda semana partiam ônibus, veraneios e outros tipos de veículos lotados de gente que levavam consigo uma cultura diferenciada, uma culinária diversificada e a marca de um território eivado de contradições, entre saudades, lembranças, medo, ansiedade, angústia, todos indo em direção ao “novo paraíso na terra”. As promessas eram muitas, que havia muito trabalho ou gente que ficou rica rapidamente (sempre o primo do primo de um amigo). Assim, nos anos de 1980 e no início da década seguinte, o Sudeste era o principal destino de nordestinos (como continua até hoje e pode ser percebido pelos dados dos próximos capítulos, por mais que outros territórios tenham se tornado rotas), quase sempre igualados e chamados de “baianos”, ou seja, os demais oito estados do Nordeste eram então, na sua maioria, desconhecidos.

Sobre o tal êxodo rural, nas bandas do norte da Bahia (Campo Formoso), os dados são inexistentes, tais como: quantas famílias migraram, motivos dessa migração, condições de vida, grau de escolarização, quais tipos de profissionais migraram; sem contar que o censo era bastante precário e o território enorme (7.258,574 km<sup>2</sup>, dados de 2022). Há outra especificidade sobre o município que é a questão da existência de garimpos, portanto, exploração de minério. Assim, empresas multinacionais se instalaram, ora absorvendo mão de obra, ora sendo reestruturadas e fechadas, provocando uma leva de desempregados.

Ante ao exposto, em uma cidade pouco populosa, na região da caatinga, com disputas por terra e de seca prolongada, a migração tornou-se imperativa. Não obstante, redes e rotas de migração foram formadas, tendo como principal destino a região Sudeste do país e algumas poucas incursões para a região Norte, dentro dos planos desenvolvimentistas dos governos de plantão.

Esses trabalhadores migrantes em busca de trabalho foram habitar as periferias dos grandes centros, principalmente São Paulo, sobrevivendo por meio de trabalhos simples ou mesmo na informalidade. Em nossas memórias, eram relatados trabalhos em serviços gerais, na construção civil (principalmente ajudante de pedreiro), na lavoura, nos trabalhos domésticos, alguns poucos nas indústrias (automobilística e têxtil, por exemplo).

Destaco, porém, que os migrantes que podiam retornar nas férias de final de ano para Campo Formoso, tentavam aparentar uma vida próspera, trazendo aparelhos de televisão, brinquedos, roupas e alguns conseguiam comprar carros ou motos (usados e bem mais velhos) e faziam a viagem de carro. Isso impressionava os que haviam ficado, principalmente na zona rural, pois vale lembrar que esses eram privados do acesso à saúde e à educação, por exemplo, e também eram privados de energia elétrica, televisores e carros. Então, essa suposta melhoria na condição de vida de quem migrava foi vista pelos que ficaram como um sonho a ser, na maioria das vezes, almejado. Destarte, as contradições e as agruras que fazem parte da vida do migrante (racismo, xenofobia, péssimas condições de trabalho e moradia, entre outros) eram escamoteadas pelas conquistas.

Nesse bojo, foram criadas as redes de apoio para que novos trabalhadores pudessem migrar, sendo a família um dos principais pilares, por exemplo, irmãos levavam irmãos, que depois levavam os pais e assim por diante. Outro meio de migração foram os aliciadores, que ganhavam comissões/salários para convencer os trabalhadores a migrarem para outras regiões e, por vezes, serem submetidos a trabalhos análogos ao escravo.

Destacamos aqui o caso do principal destino de trabalhadores migrantes — São Paulo (FROCHTENGARTEN, 2009) — e a seca como um dos principais motivos, que apesar de ser ainda um problema político grave, é tratado como natural e insolúvel pelos políticos, mesmo já tendo recursos científicos e tecnológicos para auxiliar as populações do campo a terem acesso à água.

Contudo, novos destinos em outras regiões do Brasil vão se apresentando, em médias e pequenas cidades, como é o caso da região sul do país, mais precisamente Santa Catarina, que, segundo o IBGE (2010), durante o período de 2005–2010, recebeu 59% de migrantes; que, em 2010, a Grande Florianópolis foi a segunda mesorregião do estado em número de migrantes, tanto de outros municípios, quanto de outros estados. E ainda que Florianópolis contraria as estatísticas de perda populacional da maioria das cidades do estado, pois revela ter crescimento de migrações vindas de outros estados.

Durante o período de estudos do doutorado, ao conversar com migrantes baianos, pude observar que muitos, antes de chegarem em Florianópolis, desconheciam onde ficava Santa Catarina, qual a sua capital, dentre outros elementos, como clima, culinária, condições de moradia. Entretanto, os próprios migrantes reconheciam que somente poderiam ter melhores trabalhos se estivessem inseridos no processo de escolarização.

O período compreendido entre 1970 a 1990, no Brasil e no mundo, foi marcado por intensas transformações, sendo a migração um campo que foi impactado sobremaneira pelas

mesmas, e os trabalhadores cada vez mais frágeis e descartáveis na sua condição de migrante. As políticas neoliberais e a conseqüente retirada de direitos, por exemplo, atingiram toda a classe trabalhadora. Entretanto, atingiram ainda mais violentamente esses trabalhadores que já eram desamparados por trabalharem na informalidade e sem proteção alguma.

Contudo, por que os trabalhadores ainda migram? Apesar de alguns avanços para as pessoas da zona rural (energia elétrica, cisternas, dentre outros), a seca, no Nordeste, ainda continua, de tempos em tempos mais ou menos severa. Para quem pode furar poços artesianos é uma solução para o problema da seca, mas muito cara e impensável para a maioria da população do campo. Ressaltamos ainda que os direitos não chegaram a todos, principalmente nos lugares longe dos grandes centros. A reprodução da vida nas regiões que mais expulsam trabalhadores envolve no primeiro momento toda a família na lida com a terra, com o trabalho de sol a sol, envolve garantir a comida, dia após dia, às vezes sem geladeira ou sem fogão, mas sim no forno à lenha. A alimentação, na maioria das vezes, não é a adequada, mas é a possível, o acesso à saúde também é escasso. Então, essas são algumas condições enfrentadas para a reprodução social nessas regiões pobres.

O nosso estudo aborda os migrantes do sul da Bahia, aonde o clima é úmido, ou seja, aonde a seca não acontece. Aqui na exposição trazemos o quadro histórico que constituiu o motivo mais propalado da migração, no caso a seca. Contudo, observamos que durante a pesquisa que o sul da Bahia vem expulsando muita gente por falta de perspectiva de trabalho e condições de vida. Assim, Florianópolis vem se tornando um destino para aqueles que migram e o setor de serviços como uma possibilidade de atuação profissional, mesmo que seja na informalidade e em condições precárias.

Com isso, a migração torna-se uma solução, às vezes temporária, às vezes definitiva. No caso da Bahia, a migração tem acontecido não somente para a região Sudeste, mas também para a Região Sul. Como abordamos anteriormente, essas migrações são incentivadas pelas redes familiares, rede de amigos, pelos meios de comunicação de massa que “vendem” muitos destinos como promissores, por propagandas de oferta de trabalho por meio de intermediadores, que inclusive têm ônibus e horários nada convencionais para as viagens.

## 1.2 O LONGO CAMINHO DOS MIGRANTES

Para entendermos a jornada do migrante, devemos considerar que a mesma não é linear e que vários elementos compõem a vida de retirante, como por vezes são chamados os



migrantes. Um desses é o processo de escolarização, que na vida do migrante torna-se bastante complicado. Em determinado momento impõe-se “largar” a escola, em outro, regressar para ela; quase sempre não retornar, mas, quando consegue, a volta é em outro lugar, cidade, região, ou em outra escola, turno ou modalidade de ensino. São solicitados documentos, porém, um ou outro documento fica pela estrada, é perdido, tem que competir com a demanda em arrumar trabalho, que às vezes exige habilidades que somente a escola pode oferecer. Contudo, trabalhar e ir à escola quase nunca são compatíveis, um ou outro, “êta escolha doída!”. Então, qualquer emprego com ou sem carteira assinada é a prioridade para que esse migrante consiga sobreviver.

Assim, migrar, trabalhar, morar e estudar formam uma relação complicada, que ao nosso ver, precisa ser analisada para a compreensão do significado da escolarização diante desse cenário que “Severinos e Severinas” tendem a viver. Desse modo, nos inserimos nos estudos da migração baiana em Florianópolis/Santa Catarina e o processo de escolarização de trabalhadores migrantes, que a partir dos quinze anos já estão na EJA (Educação de Jovens e Adultos). O nosso campo de pesquisa abarca os trabalhadores migrantes, nordestinos e baianos que estudam na EJA no município de Florianópolis/SC.

De antemão, alertamos que o nosso estudo não é sobre a EJA (métodos, currículo, processo ensino-aprendizagem, dentre outros aspectos), mas sobre como os trabalhadores migrantes reproduzem socialmente a vida, com enfoque na escolarização, no atual contexto de destruição dos (poucos) direitos da classe trabalhadora, como é o caso da escola pública, que vem sofrendo ataques profundos desde a estrutura que organiza a escola, até a infraestrutura que deveria ser um tempo/espço para a formação humana. Entretanto, está em curso um processo de esvaziamento da escola pública, com a baixa qualificação e a negação do conhecimento científico historicamente produzido pela humanidade.

Ademais, interessa-nos compreender como os sujeitos migrantes produzem os meios para a sua reprodução social e como se reorganizam nos novos territórios, considerando a questão da moradia, do acesso à escola, à saúde, ao trabalho, à mobilidade, ao lazer, por exemplo. Assim como, a forma como lidam com as questões culturais, tanto em relação ao “novo território”, quanto ao confronto com a trajetória de vida que historicamente os constituem/constituíram como seu modo de vida e cultura.

Ao nos debruçarmos sobre o apontado acima, pretendemos, em âmbito específico, compreender a relação entre a produção e reprodução social da classe trabalhadora migrante, no contexto da relação capital-trabalho-educação. Salientamos a adoção da categoria migração interna para a análise feita dentro do território brasileiro. Portanto, o nosso objeto de

estudo é a reprodução social de trabalhadores migrantes (nordestinos e baianos) estudantes dos núcleos da EJA no município de Florianópolis/SC.

Esta pesquisa parte do conjunto de estudos que tenta compreender como a classe trabalhadora vem produzindo e reproduzindo a vida no atual contexto de crise do sistema capitalista, utilizando a migração como alternativa de sobrevivência diante do desemprego. Ela se movimenta visando a reprodução social da vida, em uma dinâmica do “vai e vem” (de um lugar para outro e de uma ocupação para outra). De acordo com Vendramini (2018, p. 1), “no Brasil, segundo dados do IBGE (2010), no período de 2005 a 2010, foram identificados 5.018.898 migrantes internos. Movimentam-se 30,6 migrantes para cada mil habitantes”.

Partimos do pressuposto de que toda migração econômica é forçada, seja para sobreviver, seja para melhorar as condições de vida. Assim, os trabalhadores são levados a deixar seus locais de origem e migrarem para diferentes regiões, por motivos diversos, visando a reprodução social da vida, principalmente a econômica, tornando-se assim, completamente disponíveis para o capital. O que em última instância revela o processo histórico de acumulação capitalista via expropriação e exploração-dominação da classe trabalhadora.

O processo histórico migratório não é novo, mas continua atual como demonstram Vendramini (2016, 2017), Frochtengarten (2009), Alcubierre (2018), Silva (1999, 2005) e, de forma mais geral, Harvey (2009), Oliveira (s/d) e Silver (2005). Interessa-nos compreender o fenômeno da migração nas relações sociais capitalistas, mais precisamente a problemática da relação migração-escolarização.

Diante do exposto, perquirimos enquanto **problema de pesquisa** o seguinte: qual a situação atual da classe trabalhadora diante do processo de expropriação dos meios de subsistência e do movimento migratório em busca dos meios de reprodução da vida, incluindo a educação?

Tais indagações mantêm estreita ligação com o **objetivo geral** da pesquisa que é analisar a situação atual da classe trabalhadora diante do processo de expropriação dos meios de subsistência e do movimento migratório dos nordestinos baianos em busca dos meios de reprodução da vida, incluindo a educação, especificamente a Educação de Jovens e Adultos, em Florianópolis/SC.

Assim, os **nossos objetivos** específicos são: 1) Analisar o processo de acumulação capitalista via expropriação e exploração; 2) Compreender as manifestações de expropriação da classe trabalhadora no Brasil, em particular dos nordestinos baianos; 3) Estudar as

condições de reprodução da vida dos trabalhadores migrantes baianos em Florianópolis/SC e;  
4) Avaliar a situação de escolarização dos estudantes migrantes da EJA em Florianópolis/SC.

A **metodologia** da pesquisa está baseada na teoria marxista, considerando a luta de classes e as contradições que permeiam as relações sociais e, por conseguinte, a reprodução social de trabalhadores no modo de vida capitalista. Entendemos que a concepção dialética nos permite apreender o movimento da realidade para além da aparência, captando a essência dos fenômenos, considerando a realidade como síntese de múltiplas determinações. Ressaltando ainda a história como matriz teórica capaz de desvelar o desenvolvimento da humanidade durante o seu percurso, demonstrando que não há linearidade, nem soma das partes, mas sim tensionamentos, em que as questões objetivas determinam a reprodução social das classes.

No caso da relação migração e escolarização, a teoria marxista vem contribuindo para que possamos compreender causas, elementos constitutivos, contradições, formulação de questionamentos, que possibilitem a apreensão dessa relação de forma profunda.

Vale ressaltar que o presente estudo se insere nas pesquisas desenvolvidas pelo Núcleo de Estudos sobre as Transformações no Mundo do Trabalho — TMT/UFSC, particularmente o grupo de pesquisa sobre migração e educação<sup>4</sup>, tendo como referência os estudos sobre a relação capital-trabalho-educação. Partimos de pesquisas<sup>5</sup> concluídas no âmbito do grupo que abordaram o tema da infância e migração (ALCUBIERRE, 2017); migrantes trabalhadores da construção civil (QUEIROZ, 2018); mulheres migrantes na EJA (GARCIA, 2017); migração e ocupações urbanas (SILVA, 2019); escolarização de migrantes na EJA e jornada de trabalho (PEREIRA, 2020); reprodução social e expropriação no contexto da América Latina (HOYOS, 2020); reprodução social de migrantes da EJA/Florianópolis (NASCIMENTO, 2021); juventude, migração, educação e trabalho, no contexto da EJA/Florianópolis (SILVA, 2019); trabalho precário, violência e marginalização de estudantes de EJA/Florianópolis (DALMAGRO *et al.*, 2019), além das pesquisas da professora Célia Vendramini sobre migração e educação.

Tomamos como referência a obra de Silva (1999), *Errantes do fim do século*, a qual traz no seu bojo a discussão sobre a expropriação de baianos e mineiros para o trabalho na cana de açúcar em São Paulo, as condições de reprodução social no novo local de trabalho e as relações de trabalho estabelecidas. A autora analisa ainda como esses trabalhadores vão

---

<sup>4</sup> Grupo de pesquisa coordenado pela professora Célia Regina Vendramini, intitulado “Migração e escolarização: a realidade de jovens estudantes e trabalhadores”.

sendo descartados com a mecanização do corte de cana. A obra apreende profundamente as relações de expropriação, dominação, exploração e exclusão desses trabalhadores. Abarca ainda as discussões de gênero e etnia/raça.

Consideramos pertinente também o diálogo com Frochtengarten (2009)<sup>6</sup>, que na sua tese, publicada em forma de livro, estudou o papel da educação na vida de adultos migrantes. O trabalho, além da sensibilidade que o autor demonstrou, foi escrito no “chão da escola” de um supletivo em São Paulo/SP com migrantes oriundos da Bahia e de Minas Gerais. O autor ainda fez incursões nos locais de origem dos migrantes da pesquisa, entrevistando-os para melhor compreender a realidade que os levou a migrar, apartando-se da família, da cultura, dos amigos, dentre outros. É conspícua a importância do diálogo com essa obra sobre variadas questões relativas ao migrante trabalhador e estudante.

Ao dialogarmos com o referido autor, entendemos que é uma obra de referência, pois o seu estudo trata da problemática em relação aos trabalhadores migrantes e ao processo de escolarização destes na EJA, considerando o seu trajeto migratório e suas condições de trabalho, vida e estudo. O autor é também professor da escola investigada, ou seja, já vem acompanhando as dificuldades, na sua maioria, de pessoas mais velhas, para aliar estudo e trabalho. O contexto em que essa situação acontece é a cidade de São Paulo, considerada em sua pesquisa como o maior polo receptor de nordestinos e de nortistas. A obra abarca principalmente a EJA na cidade de São Paulo, que ainda é um grande centro receptor de migrantes trabalhadores nordestinos.

Observamos que a obra em muito nos contempla ao tentar compreender o sentido/significado da escola e do processo de migração para esses jovens e adultos migrantes. Ao mesmo tempo em que considera necessário esmiuçar a origem destas pessoas que se deslocam ou, no sentido mais dramático, são expulsas da sua terra, dos braços da sua gente, da fonte da sua cultura para lugares longínquos, muitas vezes rumo ao desconhecido. Contudo, salientamos que o processo de migração nem sempre é linear, muitos migrantes deslocam-se o ano inteiro, podendo inclusive retornar à terra natal, mas, grande parte, motivados pela necessidade de trabalhar.

Com relação à nossa pesquisa, especificamente, ela foi iniciada no ano de 2018, quando tivemos contato com a coordenação da Educação de Jovens e Adultos da Secretaria Municipal de Educação, do município de Florianópolis/SC. Em um primeiro momento, fomos

---

<sup>6</sup> Cf. FROCHTENGARTEN, F. **Caminhando sobre fronteiras: o papel da educação na vida de adultos migrantes**. São Paulo: Summus, 2009.

apresentados na reunião da Secretaria Municipal de Educação aos Coordenadores dos Polos. Ali, explicitamos a pesquisa matricial e as demais pesquisas derivadas, como esta. Marcamos uma reunião com o setor da EJA para maiores explicações e compreensão do seu funcionamento.

A pesquisa de campo foi realizada na Educação de Jovens e Adultos do município de Florianópolis. Primeiramente, levantamos os dados sobre os matriculados na EJA, identificando origem (cidade e estado de nascimento), nos anos de 2018, 2019, 2020 e 2021.

Houve uma explanação pelo Coordenador Geral da EJA sobre como esta se organiza no município. Os núcleos são definidos com base nas regiões em que se encontram as escolas, já os polos, por sua vez, correspondem às unidades de ensino onde é oferecida a modalidade. Atualmente, a EJA está presente nas 5 regiões da cidade, constituída por 26 polos, os quais estão inseridos em 10 núcleos divididos em Centro 1, 2 e 3, Continente 1 e 2, Sul 1 e 2, Norte 1 e 2 e Leste 1.

No caso da nossa pesquisa, indagamos preliminarmente sobre qual Núcleo concentrava o maior número de migrantes e, particularmente, migrantes baianos. A partir do levantamento das fichas cadastrais, observamos que o norte da Ilha, especificamente o Polo de Ingleses, era o que mais concentrava migrantes baianos. Foi-nos autorizado o acesso às matrículas com informações sobre o local de nascimento, o sexo e o ano de nascimento.

Para a pesquisa no núcleo da EJA em Ingleses, consultamos as fichas físicas de matrícula de todos os estudantes em 2018 e selecionamos os migrantes. Construímos um quadro com os dados encontrados nas fichas, com nome, ano de nascimento, estado civil, raça, tempo de residência em Florianópolis, moradia (se alugada ou própria, número de moradores), renda, se beneficiário de programas sociais, tipo e local de trabalho, se desempregado, carteira assinada e escolaridade.

A equipe do grupo de pesquisa dividiu-se para que pudéssemos fazer o tratamento dos dados das fichas de todos os Núcleos da EJA. Assim, coletamos as informações mais gerais relativas a local de origem, sexo e ano de nascimento de todos os matriculados na EJA de Florianópolis em 2018, 2019, 2020 e 2021, constituindo banco de dados (com relatórios e gráficos por Núcleo). Eram 904 os migrantes matriculados nos núcleos de EJA em 2018; 974 em 2019; 842 em 2020; e 1024 em 2021. Ou seja, do total de alunos, em 2018, 47% eram migrantes; em 2019, 50,6%; em 2020, eram 55,5%; e em 2021, 54,2%. As fichas de matrícula continham algumas informações imprecisas ou incompletas, como o local de origem das pessoas, implicando de certa forma no quantitativo da análise. Encontramos nas fichas a indicação de EE (Estado Estrangeiro), porém pelo nome completo do estudante, deduzimos

que algumas pessoas podiam ser migrantes brasileiras. Outro problema foi a ausência sobre informações de gênero, o que nos limitou a ficar no binarismo masculino ou feminino

Realizamos dois grupos focais com estudantes migrantes no Núcleo de Ingleses, tendo como foco a vida, o trabalho e a escola antes da migração e após a chegada em Florianópolis. Contamos ainda com observações diretas, diário de campo e recursos imagéticos. Ao planejarmos a nossa primeira intervenção na escola, nos preparamos para explicar a pesquisa aos professores e aos estudantes, bem como o desenvolvimento do grupo focal com estudantes migrantes. Para isso, levamos mapas do Brasil e materiais para confeccionarmos o percurso da migração por cada participante do grupo, ou seja, a linha partia do local de nascimento dos migrantes, tendo como ponto final Florianópolis/SC. Assim, tivemos um panorama das migrações daquele grupo focal.

Elaboramos um roteiro com as principais questões a serem tratadas nos dois grupos focais. Ademais, fizemos uso do gravador. Salientamos que tivemos autorizações de todas as instâncias e pessoas envolvidas. Então, em um primeiro momento, no dia 07/11/2018, no período noturno, explicamos a nossa pesquisa e intenção ao Coordenador e aos professores, que trocaram informações conosco sobre os trabalhadores migrantes. Em seguida, passamos nas salas de sala para explicarmos brevemente a nossa pesquisa e ao mesmo tempo convidarmos os migrantes a participarem do grupo focal.

Realizamos dois grupos focais, partindo dos critérios para se formar um grupo focal. Segundo Gaskell (2008), o objetivo do grupo é possibilitar e valorizar a expressão de sentimentos, percepções, atitudes e ideias dos participantes a respeito de determinado assunto, gerando assim maior possibilidade na diversidade e profundidade de respostas. O que resulta na probabilidade de elaboração de mais informações do que o somatório das respostas individuais.

O primeiro grupo focal contou com 17 estudantes, de 15 a 60 anos (a grande maioria tem até 20 anos), 04 pessoas da equipe da UFSC e 01 professora da escola, que também é migrante. A nossa proposta foi conhecer a vida, o trabalho e o processo de escolarização dessas pessoas antes de migrarem, ou seja, como era o território no qual viviam, como produziam a sua existência e qual o lugar da escola na vida deles. Sentados em círculo, em uma das salas de aula que nos foi concedida pela direção da escola, nós do grupo nos dividimos pelo círculo e fomos conduzindo a atividade.

Para esse primeiro grupo focal, estivemos presentes na escola desde o início do período noturno, portanto, na chegada da coordenação, dos professores e estudantes, até o final do período das aulas, às 22h. Fomos convidados para jantar na escola com a comunidade

escolar, o que nos proporcionou saborear um excelente jantar e também conhecermos mais sobre os estudantes, os funcionários, a estrutura da escola e seu funcionamento.

Após uma reunião da equipe de pesquisa e análise do primeiro grupo focal, decidimos fazer um segundo encontro, no dia 13/11/2018, partindo do mapa das migrações que fora traçado a partir das informações do grupo focal. Esse segundo grupo focal abordou questões relacionadas aos motivos que os fizeram migrar, quais as condições de trabalho, de lazer, motivos que os levaram a frequentar a EJA, percepções sobre a vida em Florianópolis/SC.

Observamos que o primeiro local de onde partiam os migrantes era o estado do Rio Grande do Sul, seguido pelo estado da Bahia. Constatamos ainda que os nordestinos baianos eram provenientes do sul da Bahia, principalmente do município de Ituberá (como veremos mais adiante no quadro apresentado nas páginas 95 a 97).

Ante o exposto, a nossa tese está composta por três capítulos, um capítulo intitulado *O processo histórico de expropriação-acumulação capitalista*, o qual expõe como historicamente os trabalhadores foram expropriados dos meios de produção e de subsistência, visando separar os trabalhadores dos meios de produção da vida e torná-los livres para vender a força de trabalho, o pilar da acumulação capitalista. No próximo capítulo, *A produção e reprodução da vida: migração e escolarização*, analisamos como a classe trabalhadora tem produzido a sua existência no modo de produção capitalista e como tem sido o seu processo de escolarização, no que tange à EJA. Assim, apontamos que escola e trabalho formam uma relação conflituosa e, devido às relações sociais de produção, tornam-se concorrentes, pois o trabalhador migrante diante das condições de vida tem que optar por trabalhar ou estudar. Então, a opção que prevalece é o trabalho. No último capítulo, *Migrantes na Educação de Jovens e Adultos em Florianópolis/SC: o caso do Núcleo de Ingleses*, abordamos especificamente a condição de baianos migrantes em Florianópolis/SC e o seu processo de escolarização, considerando a EJA.

## 2 O PROCESSO HISTÓRICO DE EXPROPRIAÇÃO — A ACUMULAÇÃO CAPITALISTA E AS CONSEQUÊNCIAS NA MIGRAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA

— *E agora o que passará, irmão das almas, o que acontecerá contra a espingarda?*

— *Mais campo tem para soltar irmão das almas, tem mais onde fazer voar as filhas-bala.*

(MELO NETO, 2007)

Ao acompanharmos o diálogo de Severino (o retirante) com o irmão das almas (trabalhador que carrega o defunto), cabe situar que esse diálogo está no contexto da obra de João Cabral de Melo Neto, quando este discute de forma poética a questão da posse da terra e como as mortes (que são muitas e contumazes) revelam a situação de trabalhadores da zona rural que têm suas terras usurpadas pelos grandes proprietários, portanto, são expropriados dos seus territórios para viabilizar a acumulação capitalista.

Entendemos que essa emboscada compõe o quadro do processo de acumulação capitalista via expropriação, na qual há uma cisão entre o trabalhador e os meios de produção e subsistência, a qual a terra se apresenta, inicialmente, como principal ponto de disputa. Tal processo não é novo no modo de produção capitalista, mas as formas foram sendo alteradas, incorporadas e, principalmente, “incrementadas”, onde leis e armas são usadas do mesmo lado, sendo basilares para a classe burguesa.

Ao cotejarmos o contexto em que a obra de João Cabral de Melo Neto foi escrita, percebemos que ela retrata um período do Brasil, idos de 1950, ou seja, pós-segunda guerra mundial. Contudo, apontamos que a violência contra a luta pela terra continua bastante acirrada, basta uma consulta aos dados da CPT (Comissão da Pastoral da Terra — Conflitos no Campo) relativos ao ano de 2021, que, de janeiro a agosto, registrou 103 casos de



assassinatos<sup>7</sup> (sim, os que conseguiram ser identificados). Desta forma, se observamos as 152 expulsões da terra em 2021, percebemos o aumento de 61%, em relação a 2020 (CPT, 2021), notamos que esse dado está atrelado à migração, às vezes de famílias inteiras dos seus territórios, ou seja, ainda há muitos Severinos e Severinas sendo duramente perseguidos e assassinados.

Portanto, a migração forçada é provocada pela expropriação da terra e dos meios de subsistência, devido à necessidade da acumulação capitalista. É bem verdade que a migração não nasce no capitalismo, mas é neste sistema que, diante da relação expropriação-acumulação capitalista, a migração passou a ser o resultado direto.

Ao discutirmos as categorias acumulação capitalista e expropriação, partimos dos estudos mais gerais de Marx (2017), enfocando os capítulos XXIII e XXIV, da obra *O Capital*<sup>8</sup>, por entendermos que há uma profunda e essencial análise sobre o processo histórico de acumulação capitalista e a expropriação da classe trabalhadora, marcadamente na Inglaterra, ou seja, no berço do capitalismo, o que não impede que analisemos e façamos as mediações necessárias para a apreensão da realidade no contexto brasileiro. Essa análise mais geral permite-nos compreender o grau de pauperização no atual estágio do capitalismo, na qual os trabalhadores enfrentam inúmeros obstáculos para a produção e reprodução da vida.

No capítulo XXIII, *A lei geral da acumulação capitalista*, Marx (2017, p. 689) anuncia: “Neste capítulo, examinamos a influência que o aumento do capital exerce sobre o destino da classe trabalhadora. O fator mais importante nessa investigação é a composição do capital e as alterações que ela sofre durante o processo de acumulação”<sup>9</sup>.

<sup>7</sup> Em 2021, 418 territórios sofreram "Violência Contra Ocupação e a Posse". Desses, 28% são territórios indígenas; 23%, quilombolas; 14% são territórios de posseiros; 13% são territórios de sem-terra, entre outros. A "destruição de casa" aumentou 94%; a "destruição de pertences", 104%; "expulsão", 153%; "grilagem", 113%; "pistolagem", 118%; e "impedimento de acesso às áreas de uso coletivo" aumentou 1.057%, no ano de 2020. Disponível em: <https://www.cptne2.org.br/noticias/noticias-por-estado/5711-dados-parciais-da-cpt-violencia-contra-ocupacao-e-a-posse-assassinatos-de-sem-terras-e-mortes-em-consequencia-disparam-em-2021>, acessado em: 14 mar. 2022. Todos esses dados, registrados entre janeiro e agosto de 2021, já ultrapassam os dados de todo o ano de 2020. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/destaque/5889-dados-parciais-da-cpt-violencia-contra-ocupacao-e-a-posse-assassinatos-de-sem-terras-e-mortes>, acessado em: 14 mar. 2022.

<sup>8</sup> São os capítulos *A lei geral da acumulação capitalista* (p. 721-831) e *A chamada acumulação primitiva* (p. 833-855).

<sup>9</sup> O que significa compreendermos a composição do capital a partir das divisões do **valor** e da **matéria**: A) a partir do **valor** (capital constante/valor dos meios de produção e capital variável/valor da força de trabalho), aponta-se a **soma total dos salários**; e B) a partir da **matéria** que é inserida no processo de produção. Tendo em vista que o capital se divide em meios de produção e força viva de trabalho, Marx define A como composições do valor e B como composição técnica do capital, alertando que há uma relação entre ambas, a qual nomina como composição de valor do capital, “porquanto é determinada pela composição técnica do capital e reflete suas modificações, de composição orgânica do capital” (MARX, 2017, p. 689).

O referido capítulo desvenda didaticamente como se desenvolve a lei geral da acumulação capitalista e quais os impactos sobre a reprodução social da classe trabalhadora. Vale ressaltar que Marx se apropria de relatórios do próprio governo da Inglaterra, principalmente da área da saúde, para demonstrar o estado de pauperização na qual se encontravam crianças, mulheres e homens. Em outras palavras, o capitalismo “libertou” a humanidade do feudalismo. Então, a partir do profundo estudo de Marx, com base em documentos oficiais, aliado ao estudo da literatura econômica clássica, demonstram-se os limites do capitalismo para o desenvolvimento humano pleno.

A história enquanto matriz científica foi extremamente importante para o desenvolvimento da teoria marxista, pois permitiu a compreensão da dialética e, assim, Marx (2017) contribuiu sobremaneira para suas análises a partir de fatos, como os sistemas que antecederam o capitalismo e que fundam as bases do capital, com a ênfase na propriedade privada dos meios de produção da vida.

Nos seus estudos, o autor apontou como a Igreja desempenhou importante papel no processo de acumulação capitalista, demonstrando a relação das várias “igrejas” com o capitalismo, os impactos na manutenção e na agudização da pauperização da classe trabalhadora, assim como do enriquecimento das próprias religiões e das suas participações na política.

Ainda, mostra-nos como nos antigos regimes, cada qual a sua maneira, “os donos do poder” usurpavam os meios de produção da vida, intensificando a pauperização da população, tendo no primeiro momento a terra como questão central para o estabelecimento dos meios de produção e tudo o que nela havia, expropriando, assim, milhares de pessoas das suas terras, criando mecanismos para garantir a concentração e a centralização da riqueza nas mãos de poucos. Em última análise, usurpando as terras coletivas e propondo uma nova organização dos chamados “homens livres”<sup>10</sup> ao novo modo de produção e reprodução da vida, o capitalismo.

O autor afirma que “a estrutura econômica da sociedade capitalista nasceu da estrutura econômica da sociedade feudal. A decomposição desta liberou elementos para a formação daquela” (MARX, 2013, p. 836). Portanto, inferimos que a sociedade capitalista surgiu no bojo da sociedade feudal e, a partir do seu desenvolvimento, suplantou a velha

---

<sup>10</sup> Homens que não tinham trabalho fixo, fora das relações da venda da força de trabalho e assalariamento, ou seja, do capitalismo incipiente. Em outros termos, trabalhavam quando precisavam, tendo um tempo diferente. Isso antes e durante a transição para o capitalismo. No capitalismo, os homens livres foram condenados moralmente, sendo chamados de vadios e vagabundos, pois deveriam se adequar ao novo modo de produção, o capitalista, e a viverem sob o jugo do sistema da venda da força de trabalho e do assalariamento.

ordem com elementos que coexistiam. Para isso, uma nova dinâmica foi implementada, como demonstra Marx (2013), onde os camponeses foram expulsos das suas terras, as terras comunais foram apropriadas privadamente (cercamento), estabelecendo assim novas configurações para o trabalho, que ainda estava na transição do trabalho servil para o trabalho assalariado.

Para continuarmos discutindo o impacto da acumulação capitalista na vida da classe trabalhadora, observemos a seguinte assertiva:

O solo da produção de mercadorias só tolera a produção em larga escala na forma capitalista. Certa acumulação de capital nas mãos de produtores individuais de mercadorias constitui, por isso, o pressuposto do modo específico de produção capitalista, razão pela qual tivemos de pressupô-lo na passagem do artesanato para a produção capitalista. Podemos chamá-la de **acumulação primitiva**, pois, em vez de resultado, ela é o fundamento histórico da produção especificamente capitalista. (MARX, 2017, p. 700, grifo nosso).

Assim, Marx aponta que a acumulação primitiva é historicamente datada, ou seja, situa-se na transição do feudalismo para o capitalismo. Por isso, em dado momento, o autor explicita a relação entre capitais individuais, que no modo de produção capitalista precisam ser fundidos para que os níveis de produção nas escalas simples e ampliadas dinamizem a circulação de mercadorias do próprio sistema, o que significa a possibilidade de ampliar a acumulação. Portanto, essa passagem da manufatura para a indústria, ou da produção artesanal para a produção em larga escala, impacta na sorte da classe trabalhadora em produzir a vida sob nova lógica, diferentes métodos e principalmente sob novo lugar do trabalho na vida da sociedade. Diferentemente dos outros modos de produção, sob a égide do capitalismo, o trabalho assume total centralidade, ou seja, tanto quem possui os meios de produção (capitalista), quanto quem vende a força de trabalho (trabalhador), agora estão totalmente disponíveis para o capital, logicamente que em condições e posições opostas.

O autor demonstra também como o arcabouço jurídico que estava nascendo tinha como base o direito de posse das terras para alguns, assegurando, portanto, o direito à propriedade privada como algo “sagrado” e que devia ser respeitado. Portanto, aqueles que não tivessem a propriedade da terra, por exemplo, teriam a sua capacidade de trabalho a ser oferecida no mercado como a força de trabalho. A partir dessa relação, a força de trabalho se apresenta como mercadoria, uma mercadoria diferenciada.

E como no sistema capitalista tudo é mercadoria, sendo a mais preciosa é a mercadoria força de trabalho, que é vendida pelos trabalhadores via sistema de assalariamento, tendo como forma simbólica o dinheiro. O que vai diferenciar o valor das mercadorias é a quantidade de tempo de trabalho dispensada pelo trabalhador para produzir

determinada “coisa”, e dentro das relações capitalistas o trabalhador “doa” tempo de trabalho ao capitalista, sendo este convertido em mais-valia.

Ressaltamos que o trabalhador recebe o salário (os meios de subsistência) como pagamento pelo trabalho executado. Porém, a força de trabalho é consumida para além daquilo que retorna ao trabalhador por meio do salário, pois o segredo da acumulação está no processo de extração da mais-valia, que é justamente esse tempo que não é contabilizado para o trabalhador, mas sim para gerar a acumulação capitalista.

A base para a constituição dos trabalhadores livres está na violenta expulsão dos camponeses de suas terras, sendo obrigados a encontrarem outros lugares para morar, em condições extremamente pauperizadas e insalubres. Há relatos de aldeias e vilas que foram saqueadas e destruídas pelos usurpadores. Essa massa de trabalhadores, que forma o exército industrial de reserva, expressão utilizada por Marx, passa a procurar sobrevivência em qualquer lugar e sob quaisquer condições.

Marx afirma que a humanidade estava saindo da idade do ouro e indo para a idade do ferro, demonstrando que as fábricas e as cidades eram os novos locais de trabalho e moradia. Para isso, a aliança entre a aristocracia das terras com a incipiente bancocracia foi importante para transformar a terra em mais uma mercadoria, que precisava de novos incrementos. A concentração da propriedade comunal na mão dos capitalistas burgueses pauperizou ainda mais a população, levando-a a concentrar-se nas cidades.

Os ideais burgueses de crescimento da nação partiam da compreensão de que era necessário conjugar lucro para poucos e miséria para a maioria, isto é, concentração e centralização da riqueza, gerando a acumulação de capital.

Diante desse cenário de extrema desigualdade, a classe que vendia a força de trabalho, que produzia toda a riqueza, teve que reproduzir a vida a partir do assalariamento, que é a venda da força de trabalho para aqueles que detêm os meios de produção, em troca de uma quantia determinada em dinheiro para sobreviver.

Assim, a análise da acumulação capitalista aliada à concentração e centralização dos meios de produção da vida implica sobremaneira na reprodução social da vida, principalmente da classe que vive da venda da força de trabalho.

A questão da terra foi central para o desenvolvimento da acumulação primitiva, assim como, a expulsão dos camponeses das suas terras. Isso forneceu aos capitalistas, segundo Marx, “o campo para a agricultura capitalista, incorporaram as terras ao capital e proporcionaram à indústria das cidades a oferta necessária de proletários sem direito” (2013, p. 855). O que significa também a pauperização da população.

Marx explicita a relação entre propriedade privada dos meios de produção, força de trabalho e mais-valia, considerando a luta de classes entre proprietários dos meios de produção (burguesia) e os que somente têm a força de trabalho para vender (proletários). De forma irônica, revela a aparência do segredo, que na verdade só é possível compreendê-lo ao entender a sua essência, analisando forma/conteúdo, diante do jogo capitalista. O segredo da acumulação, na verdade, está na concentração da propriedade privada.

Para o processo de submissão dos trabalhadores ao capital, ou seja, para que se tornassem disponíveis no mercado de trabalho, a qualquer tempo e em qualquer lugar, a expropriação teve e segue tendo papel fundamental, pois assegura que os trabalhadores fiquem despossuídos de quaisquer meios materiais para produzirem a sua própria existência,

Há uma quebra das ilusões quando Marx desvenda que a expansão do capitalismo não significa necessariamente a melhoria de vida da classe trabalhadora. Pelo contrário, o capitalismo tem como pressuposto a produção do mais-valor, que é fruto da apropriação pelo capitalista do trabalho adicional ou do trabalho não remunerado produzido pela classe trabalhadora e apropriado pelos donos dos meios de produção. Segundo Marx (2017, p. 690):

A reprodução da força de trabalho que tem incessantemente de se incorporar ao capital como meio de valorização, que não pode desligar-se dele e cuja submissão ao capital só é velada pela mudança dos capitalistas individuais aos quais se vende, constitui, na realidade um momento da reprodução do próprio capital. A acumulação do capital é, portanto, multiplicação do proletariado.

Inferimos, assim, que essa relação é extremamente contraditória e marcada por tensões insolúveis dentro do modo de produção capitalista. Se, por um lado, os trabalhadores querem melhorar sua condição de vida, por outro, os capitalistas tendem a querer aumentar ou manter sua taxa de lucro e isso significa explorar e usurpar os poucos direitos que a classe trabalhadora tem e conter a luta pela manutenção e/ou ampliação de mais direitos.

Outro ponto a ser abordado neste capítulo versa sobre uma profunda crítica à teoria de Malthus, por afirmar que quanto maior a população, mais os recursos naturais ficarão escassos. Por isso, deve-se ter o controle total da população, o que quer dizer, da classe trabalhadora. Marx contrapõe-se logo ao abstrato conceito de população, apontando a forma genérica, abstrata e descolada da realidade. Ou seja, o crescimento populacional deve acontecer de acordo com as necessidades do capitalismo, portanto, deve ser controlado. Tendo na religião um importante instrumento para exercer esse controle, mais precisamente a Igreja Protestante (a principal da Inglaterra). Assim sendo, o “crescei e multiplicai-vos” ganha outros contornos. Marx aponta que:

A lei da produção capitalista, que subjaz à pretensa “lei natural da população”, resulta simplesmente nisto: a relação entre capital, acumulação e taxa salarial não é

nada mais que a relação entre trabalho não pago, transformado em capital, e o trabalho adicional requerido para pôr em movimento o capital adicional. (2017, p. 697).

Observamos que a lei da produção capitalista desvelada por Marx busca confrontar a teoria de Malthus, uma vez que parte da realidade do modo de produção social da vida e demonstra a exploração da classe trabalhadora no capitalismo. Isso significa que o trabalhador, apesar de lutar por melhores condições de vida, e principalmente por sua emancipação, está totalmente vulnerável e disponível para os ditames do capital.

A questão da acumulação é uma necessidade vital para a continuidade do modo de produção capitalista, pois a apropriação do trabalho não pago pelo capitalista possibilita aumentar ou manter a taxa de lucro, assim como, a regulação do salário que não acontece a partir das necessidades dos trabalhadores, mas das demandas do capital, salientando que esse processo não é pacífico, mas sob intensa luta de classes. Como aponta Marx,

Uma vez dados os fundamentos gerais do sistema capitalista, no curso da acumulação chega-se sempre a um ponto em que o desenvolvimento da produtividade do trabalho social se converte na mais poderosa alavanca da acumulação. (2017, p. 698).

Portanto, a lei da população defendida por Malthus significa o extremo controle do exército industrial de reserva, que Marx define de forma precisa e contundente no tópico 4, intitulado “Diferentes formas de existência da superpopulação relativa. A lei geral da acumulação capitalista” (2017, p. 716), no qual discorre sobre três formas de existência dos trabalhadores: flutuante, latente e estagnada.

Fazemos um alerta: essas três formas não devem ser compreendidas de maneira isolada, mas como sendo parte da reprodução social da força de trabalho. Enquanto a superpopulação flutuante encontra-se nos grandes centros industriais ou onde exista maquinaria, esta possui algumas características, tais como força de trabalho masculina e juvenil, até certo limite. Quando esse limite é atingido, não há mais absorção da mão de obra que continua se reproduzindo. Esse limite atinge com mais impacto a força de trabalho feminina, que emigra junto com o capital atrás de trabalho, segundo Marx (2017).

Enquanto essa superpopulação é expulsa desses centros, há uma tendência da acumulação capitalista buscar novos mercados para a obtenção de lucros, sendo a agricultura um desses e a expropriação um meio. Então, a superpopulação que migra para outros lugares, inclusive no campo, depara-se com a própria população do campo que mesmo tendo sido expropriada, continua no seu território. Essa população latente já vive em condições piores. Vale salientar que há uma população no campo sobrevivendo em condições miseráveis. De acordo com Marx, essa superpopulação que se encontra na zona rural tem um salário, na

maioria das vezes, muito menor que os trabalhadores da fábrica e estão quase sempre à beira da pobreza. Vejamos essa assertiva do autor: “Uma parte da população rural se encontra, por isso, continuamente em vias de se transferir para o proletariado urbano ou manufatureiro, e à espreita de circunstâncias favoráveis a essa metamorfose” (2017, p. 717).

A terceira superpopulação que é a estagnada é constituída por trabalhadores com ocupação totalmente irregular, proporcionando ao capital uma fonte inesgotável de força de trabalho disponível. Estes combinam o máximo de tempo de trabalho com o mínimo de salário. Muitos já desistiram de procurar trabalho, vivem na informalidade, migram em busca de trabalho em qualquer setor e região.

Podemos falar ainda do lumpemproletariado, constituindo o segmento mais baixo da superpopulação relativa que está mais sujeita ao pauperismo. Sendo Marx (2017), entre eles, estão: os inaptos ao trabalho; os órfãos e os filhos dos indigentes; os degradados, maltrapilhos, incapacitados para o trabalho.

Observemos que o exército industrial de reserva sobrevive cada vez mais na pauperização, ou seja, essas três formas de superpopulação revelam como se desenvolve a reprodução social da classe trabalhadora. Diante disso, não podemos esperar que a superpopulação estagnada esteja em um patamar melhor, na verdade, esta é a condição da animalidade social operária, na perspectiva estudada por Oliveira (1976), para tentar explicitar a população para o capital.

Assim, a superpopulação estagnada é aquela que foi expulsa do trabalho formal na cidade e no campo, encontrando-se em uma situação de extrema informalidade, ou como no atual patamar do horror capitalista, é uma categoria “empreendedora de si mesma”. São pessoas que perambulam pelo mundo e que estão totalmente disponíveis para o capital, ou de acordo com Marx (2017, p. 718): “Sua condição de vida cai abaixo do nível médio normal da classe trabalhadora, e é precisamente isso que a torna uma base ampla para certos ramos de exploração do capital. Suas características são o máximo de tempo de trabalho e o mínimo de salário”.

No caso da nossa pesquisa, compreender a condição de vida faz-se necessária para a análise da migração forçada de trabalhadores em busca de melhores condições de vida e trabalho. Ou seja, a nossa intenção é desvendar a essência desse fenômeno, qual seja, a migração que é o massacre, a violência, exploração, expropriação, em última instância, a expulsão de pessoas para o insaciável apetite da acumulação capitalista.

Analisando a obra de Marx, a ruptura da manufatura, da oficina de mestres e artesãos de ofício e o novo modo de produção, tendo à frente fábricas e maquinaria, provocou uma

reconfiguração inédita no mundo do trabalho, conseqüentemente na forma de organização social dos trabalhadores, tornando a vida destes ainda mais difícil. Com isso não queremos defender o velho sistema como o melhor para os trabalhadores, pelo contrário, queremos compreender como a expansão do sistema do capital, via expropriação e acumulação capitalista, agudiza as suas próprias contradições, considerando o processo histórico no qual estamos inseridos.

A luta de classes no modo de produção especificamente capitalista assume contornos ainda mais profundos. O capitalista tende a buscar inovações para aumentar a acumulação de mais-valor por meio da concentração e centralização de capitais, diante da relação entre atração e repulsão de capitais, o que acarreta perda para uma parcela de capitalistas e ganho para outras frações da burguesia. Assim, o sistema segue na tentativa de se expandir, modificando sob formas cada vez mais fragmentadas e complexas a dinâmica da relação capital-trabalho.

Por outro lado, temos uma massa de trabalhadores vendendo sua força de trabalho “livremente” no mercado capitalista para sobreviver indignamente (na sua maioria esmagadora) como ser humano. Como argumenta Marx (2017, p. 704) ao discutir a questão do exército industrial de reserva, a classe trabalhadora está totalmente disponível para o capital.

Partimos da seguinte premissa: a de que toda migração econômica é forçada, no caso em questão, que o modo de produção capitalista engendra a migração da classe trabalhadora. O capital na incessante busca em baratear custos e aumentar o lucro faz da expropriação uma regra para separar os trabalhadores dos meios de subsistência.

Essa lógica que separa a classe trabalhadora da terra e dos meios de subsistência, via expropriação para garantir a acumulação capitalista (da burguesia), revela a relação hegemônica no capitalismo enquanto modo de produção social da vida.

Essa relação baseia-se na exploração e na violência, como condição para que a classe trabalhadora continue existindo e se reproduzindo socialmente. Como anteriormente, a fábrica estava para a cidade, assim como, a agricultura estava para os latifúndios. Cabe indagarmos como isso foi desenvolvido no Brasil, mas sob a perspectiva da classe que somente tem a força de trabalho para vender, ou seja, a classe trabalhadora.



## 2.1 AS FORMAS CONTEMPORÂNEAS DE EXPROPRIAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA NO BRASIL



*Retirantes*  
(PORTINARI, 1944).

*Mas, para que me conheçam melhor vossas  
senhorias e melhor possam seguir a história de  
minha vida, passo a ser o Severino que em vossa  
presença emigra.*

(MELO NETO, 2017, p. 93).

A arte como uma maneira para se compreender a realidade. Aqui, tratamos de dois artistas brasileiros, nascidos e criados em regiões diferentes do Brasil. Um no Sudeste, no estado de São Paulo, Cândido Portinari (1903-1962); e o outro, no Nordeste, no estado de Pernambuco, João Cabral de Melo Neto (1920-1999). Contudo, ambos têm a migração na sua história e foram contemporâneos das grandes transformações econômicas ocorridas no Brasil, quando da consolidação do modo de produção capitalista, ou seja, da mudança da hegemonia do setor agrário como principal aporte econômico para o setor industrial.

Posto isto, voltemos primeiramente, ao quadro de Portinari “Retirantes”. Essa obra data de 1944, retratando uma família fugindo da seca. Alude-se, assim, à seca de 1915,

principalmente no Nordeste brasileiro<sup>11</sup>. Nessa obra, observamos homens, mulheres, crianças e um idoso, maltrapilhos, doentes, famintos. Ainda, ossadas no chão e urubus esperando a “comida”. Notamos também que se trata de uma paisagem com cores bastante escuras, que retratam um cenário desesperador, onde as pessoas vagueiam feito marimbondos atrás da sua sobrevivência de forma subumana, beirando a animalidade (OLIVEIRA, 1975).

A obra de Portinari foi elaborada no contexto anterior à primeira metade do século XX e ainda é extremamente atual, no geral. Período esse no qual o Brasil, por meio da Semana de Arte Moderna de 1922 — um século atrás —, tentava compreender o Brasil. Esse movimento artístico impactou e ainda tem impactos na arte, na cultura e sobre o pensamento acerca do nosso país.

Após esse brevíssimo panorama, trazemos questões de fundo para adentrarmos na análise brasileira. Para tanto, recuperamos alguns elementos históricos: o que foi o processo de colonização nas Américas em colônias de exploração e em colônias de povoamento, senão uma expropriação horrenda, repleta de genocídio dos povos originários e usurpação das terras, como aconteceu no Brasil, por exemplo? A nossa intenção é que o termo colonização seja compreendido no processo histórico de acumulação capitalista e expropriação da classe trabalhadora, sendo sinônimo de violência extrema, como uma expressão do capitalismo de imiscuir-se em todo o mundo e de variadas formas.

No contexto brasileiro, a partir da obra de Ianni (2004), notamos que a agricultura sempre foi um sustentáculo da economia do país. E, ao contrário do que aprendemos com a história “oficial”, a nossa história não é harmoniosa, mas sim de intensa luta, inclusive com o genocídio de povos. Desde que fomos “descobertos”, mesmo como colônia de Portugal, foi-se construindo uma elite, que optou por participar do mercado de então, comercializando matérias-primas, com rotas de escravos e, principalmente, do que era o seu papel enquanto colônia de exploração. O autor ainda demonstra como a economia do Brasil foi formada pelo tráfico negreiro até o final do século XIX e pela imigração de trabalhadores europeus, no início do século XX, que vieram fugidos da fome, miséria e falta de trabalho para uma nova terra, que era vendida a partir de ilusões, como a de ser o paraíso na terra.

---

<sup>11</sup> No Ceará, onde a seca foi bastante rigorosa, tanto em 1915, quanto na seguinte a de 1932, o governo construiu ‘campos de concentração’ (antes dos construídos pelos nazistas). Eram assim denominados, pois concentravam (prendiam) milhares de camponeses famintos que tentavam chegar à capital Fortaleza. Como o governo não queria que o ocorrido em 1877 acontecesse novamente (quando 100 mil camponeses triplicaram a população da capital), resolveu, então, encarcerar as pessoas, sendo as mesmas vigiadas pelas tropas oficiais, acarretando na morte de cinco pessoas por dia. AFP/ Revista EXAME, fev. 2017, Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/brasil-ja-teve-campos-de-concentracao-da-seca-conheca-a-historia/>.

A economia brasileira, segundo descrita por Ianni (2004), em *Origens agrárias do estado brasileiro* permite uma vasta análise da constituição do Estado brasileiro e da importância da agricultura na formação deste. Demonstra como o interior de São Paulo, no chamado Vale do Paraíba, fora se desenvolvendo e transformando o tempo/espaço desde a agricultura rudimentar até a mecanização e a automação do que seria denominado outrora como zona rural. Ianni observa que o campo brasileiro não é lugar de atraso, mas o primeiro ramo da economia a participar ativamente do sistema capitalista, ainda que muito se fale que o Brasil adentrou tardiamente, ou que a nossa economia era de subsistência. Argumentos esses refutados pelo autor, que aponta um estudo criterioso sobre a história do desenvolvimento brasileiro com base no elemento agrário.

Ianni demonstra como o homem do campo estava sintonizado com as lutas pela intensa disputa de terras e preocupado com a organização dos trabalhadores, pois o primeiro sindicato criado no Brasil foi no campo, o sindicato rural. Esse debate entre atrasado e moderno também é feito por Oliveira (1974), ou seja, como o discurso de que o Brasil era atrasado serviu para camuflar o processo de expropriação-acumulação capitalista e ainda estimular a migração da classe trabalhadora para os grandes centros urbanos e ocupar as terras mais longínquas do Brasil, vide período da ditadura civil-militar (1964–1985), como a construção da transamazônica. Ainda segundo o autor, a elite brasileira conformou-se em se aliar aos grandes países imperialistas como os Estados Unidos. A burguesia brasileira não tinha um projeto consistente de país, estava preocupada antes de tudo consigo, em acumular capital.

Nesse bojo, o Nordeste foi/é considerado um local atrasado, de gente preguiçosa, com aspectos físicos questionáveis para o padrão de beleza posto. Essa maneira de ver o Nordeste demonstra o preconceito, a xenofobia, o racismo e pretende desconstruir a história do povo brasileiro, pois coloca o negro como o padrão do sujeito marginal, que deve ser enquadrado pela lei.

No Nordeste, as populações são advindas da África, portanto os negros que foram escravizados e trazidos cativos para o Brasil, em navios negreiros e em condições desumanas, em viagens longas e muitas mortes de mulheres, crianças e homens. A Bahia é o lugar que tem mais negros depois da África e mesmo assim o racismo é extremamente forte, estrutural. Deprendemos dessa situação que as condições de vida e trabalho são complexas, pois aconteceu a expropriação dos meios de subsistência de um povo, que quando findou a escravidão, por meio de lutas abolicionistas e também pela necessidade do capitalismo, as pessoas escravizadas foram “libertas”, sem direito a nada, a não ser a sua força de trabalho

para vender a qualquer preço e em qualquer condição, isso porque a existência das pessoas estava ameaçada. Moura (2020, p. 31-32) descreve esse processo do modo de produção escravista para o capitalista no Brasil, segundo a assertiva abaixo:

Uma fase ascendente, até 1850, quando foi extinto o tráfico internacional de escravos. Outra descendente, de desagregação paulatina. Começa com a Lei Eusébio de Queirós, que estrangula a dinâmica demográfica via tráfico internacional, garantindo o seu desaparecimento efetivo. A esses dois períodos que se articulam, reestruturam e se desarticulam de acordo com a dinâmica específica de cada um chamamos, respectivamente, de escravismo pleno e escravismo tardio. Na primeira fase (e devemos considerar aqui, também, a contribuição demográfica e econômica do escravismo indígena tão importante no início da colonização), estrutura-se em toda a sua plenitude a escravidão (modo de produção escravista), a qual irá configurar praticamente o comportamento das classes fundamentais dessa sociedade: senhores e escravos. Isto levará a que as demais camadas, segmentos ou grupos, direta ou indiretamente, também tenham a sua conduta e seleção de valores sociais subordinadas a essa dicotomia básica.

O debate de raça/étnico, classe e gênero sempre se fará presente, pois coexistem no mesmo espaço/tempo, podendo ser mais enfatizado um ou outro aspecto no decorrer da tese.

Em se tratando de história do Brasil, estamos focando na região Nordeste do país e mais especificamente o contexto da Bahia. Seu território é bastante extenso e foi ocupado por muitas populações que migraram em vários sentidos sempre buscando melhores condições de vida e trabalho. Há vegetações como caatinga e o cerrado, por exemplo. As condições de vida na caatinga são difíceis, pois o período de estiagem e, portanto, seca, pode levar alguns anos. Esse é um dos principais motivos da migração dessas regiões para outras, pois a vida naquela localidade se torna inviável sem a água. Nada se desenvolve, tudo morre, inclusive a esperança em dias melhores.

O cerrado baiano, que está dentro do cerrado brasileiro é o segundo bioma mais importante do país. Há diversidade na fauna e flora, sendo o berço de três aquíferos. Assim, nesse território, habitam 14 milhões de pessoas, que dependem na sua maioria da agricultura e da pecuária. Nesse bojo, o agronegócio tem se mostrado próspero. É considerada a savana brasileira” é, ainda, a caixa d’água do país: concentra as principais nascentes e alguns dos mais importantes afluentes das três maiores bacias hidrográficas da América do Sul (Amazonas, Paraguai e São Francisco). (<https://www.tnc.org.br/s>).

Esse ramo da economia brasileira, no caso o agronegócio, que vive da expropriação da classe trabalhadora, por meio de conflitos no campo, como disputas de terra, expulsão de pessoas do campo (famílias mais pobres), expansão das monoculturas de grãos e, principalmente, da mecanização e automação do trabalho no campo. Tudo isso serve para aumentar a acumulação capitalista

Exemplo disso, foi a criação de uma área macroeconômica MATOPIBA<sup>12</sup> denominada “nova e última fronteira agrícola do Brasil”, segundo o USDA (2012)<sup>13</sup>. Essa região corresponde às iniciais dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, que tem como bioma o cerrado. Em dados, significa que 337 municípios estão inseridos em um território com 73 milhões de hectares, agrupando ainda 31 microrregiões, englobando 6 milhões de habitantes e com um PIB da ordem de R\$ 47 bilhões (MIRANDA, 2015).

A região do MATOPIBA compreende o cerrado brasileiro, que possui três aquíferos e ainda 5% da fauna e flora mundial. Essa área é a “menina dos olhos” do agronegócio, que tem implantado cursos de qualificação profissional para atender às demandas do mercado. Tem experimentado agrotóxicos para “melhoria genética” dos grãos, principalmente a soja.

A região era habitada por áreas quilombolas, movimentos sociais como os das quebradeiras de coco, além da produção da cultura local. A região do cerrado, nos anos de 1970, era considerada “terra de ninguém” por ter muita terra sem cultivo e sem a ocupação de todo o território. Com o apoio dos militares, a população da região Sul do Brasil foi incentivada a migrar e a desenvolver a área com incentivos governamentais. Os maiores donos de terras hoje são do Sul e quem fica com os trabalhos mais simples são os baianos (daquela região ou migrantes de outras) (MIRANDA, 2015).

Atualmente, há denúncias de assassinato, expropriações dos nativos de suas terras, invasões das regiões quilombolas, violência para com os movimentos sociais e ainda patenteamento de sementes (MIRANDA, 2015).

Afirmamos que essas são formas de expropriação da classe trabalhadora por meio da violência/exploração/expulsão. Por fim, chegamos a um nível de dramaticidade na reprodução social da força de trabalho, pois o capital precisa destruir aquilo que a ele se opõe ou que limita a sua expansão.

Há outro elemento, mas esse é um fator natural, que, com o passar do tempo, vem se intensificando a partir da intervenção humana, que é o fenômeno da seca, que tem sido responsabilizado pelos grandes processos migratórios no Brasil<sup>14</sup>, notadamente do Nordeste. Essa migração acontece em direção às cidades de médio e de grande porte, como também em outras regiões do país, como por exemplo, São Paulo (SILVA, 1999). Aproveitando esse bojo,

---

<sup>12</sup> Projeto criado entre o INCRA — Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — e a EMBRAPA — Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária —, que foi sancionado pela então Presidenta Dilma Rousseff, por meio do Decreto nº. 8.447, de 6 de maio de 2015.

<sup>13</sup> Departamento de Agricultura dos EUA. Mais informações no site: <https://www.usda.gov/>

<sup>14</sup> Vale lembrar as obras de Josué de Castro, sobre a fome como processo político, como mencionado na introdução deste texto.

o poeta João Cabral de Melo Neto coloca-nos diante do Severino, como alguém que assim foi batizado por ter uma vida dura, difícil, sem oportunidades e que para escapar da morte, vê a sua sorte lançada em uma triste sina, que é migrar na saga da vida severina.

Assim, Severino emigra com destino à cidade de Recife tentando fugir da morte de fome, de bala, da má sorte, da seca. É nesse caminho que essas obras se encontram, pois todo retirante é um migrante e os autores deram voz para esses sujeitos esquecidos, invisibilizados, que contam com a fé nos santos e “padrões”, Deus e a sorte do livramento de uma morte severina.

Quando anunciamos as formas contemporâneas de expropriação da classe trabalhadora no Brasil, estamos partindo da compreensão primeira, que o apartamento do trabalhador da terra, do seu meio de subsistência para produzir e reproduzir a vida caracteriza-se como uma expropriação de primeira ordem, como nos aponta Fontes (2010). Essa forma de expropriação do capital em relação aos trabalhadores desencadeia o desenraizamento (SILVA, 2009) de famílias inteiras do seu território, alijando-os do desenvolvimento das atividades de trabalho, bem como da preservação daquele pedaço de terra. Assim, acentua-se o problema da pauperização da classe trabalhadora e da migração forçada.

Outra forma de expropriação, que tem chamado atenção nas últimas décadas, tem sido a exploração de garimpos ilegais em terras indígenas, principalmente sob o incentivo do governo Bolsonaro (2018-2022). O rastro de destruição tem sido denunciado e demonstrado pelos indígenas, organizações não governamentais, parlamentares, artistas e pela mídia. O que pode aparentar ser uma disputa de terra entre indígenas e trabalhadores em busca da sorte grande, na verdade esconde o movimento da grande burguesia atrás de mais acumulação capitalista, não importando o ramo do negócio e nem as consequências socioambientais ou genocídios de populações indígenas.

E, na atualidade, temos a questão da geração de energia, como os parques eólicos, que estão instalados no Nordeste do Brasil, na sua maior parte. Essa geração de energia chamada de energia limpa tem ocupado bastante território com as torres e hélices. Percebe-se também que, até nas terras comunais que recebem várias denominações, como na Bahia que se denomina terra de fundo de pasto e até beira de rodovias, tudo isso vem sendo apropriado privadamente por grandes latifundiários, por exemplo. Ressaltamos também a apropriação privada dos conhecimentos ancestrais de povos originários, destruição de florestas, animais e apropriação de sementes para patenteamento de produtos. Isso tem causado novas formas de expropriação para que se continue a acumulação capitalista.

## 2.2 A RELAÇÃO EXPROPRIAÇÃO-ACUMULAÇÃO CAPITALISTA NO CONTEXTO BRASILEIRO

Para compreendermos a especificidade da realidade brasileira se faz necessário analisarmos mesmo que brevemente o seu desenvolvimento histórico, assim como, entendermos a sua inserção no cenário internacional<sup>15</sup>. Assim, consubstanciamos as nossas análises a partir de Fontes (2010) que aponta a situação do Brasil como um país de tipo capital-imperialista subalterno, ou seja, desenvolve os seus negócios para além das suas fronteiras, permitindo que o estado brasileiro auxilie a grande burguesia a expropriar outros povos, como no caso da construção civil em Angola e Moçambique, nos governos Lula (2003–2011).

A análise da autora compreende que o capitalismo está passando por uma profunda transformação, sendo o capital-monetário<sup>16</sup> a forma preponderante. Disso decorre que:

Essa concentração impulsiona relações sociais de tipo capitalista, exasperando suas contradições fundamentais a patamares dramáticos, através de uma enorme variedade de formas de expropriação, tornando a própria humanidade, em seu sentido mais literal e biológico, refém da propriedade do capital e de sua imperiosa necessidade de tudo converter em mercadoria, de maneira a assegurar sua própria existência. (FONTES, 2010, p. 303).

Inferimos, a partir dessa assertiva, que cada vez mais estamos caminhando para situações dramáticas de existência do planeta, como Mészáros (2002) vem alertando. Isto é, na imperiosa necessidade de lucros, o apetite do capital é voraz e consome aquilo que o mantém vivo, qual seja, a mercadoria especial de onde se extrai o mais-valor, o trabalho vivo, que somente pode ser desenvolvido por homens e mulheres. Assim, para a reprodução do capital, o sistema impõe que o exército de reserva esteja totalmente disponível para o trabalho em quaisquer condições, incidindo inclusive sobre formas de controle da vida da classe trabalhadora cada vez mais de maneira absoluta.

Deveras, a sorte da classe trabalhadora, ou seja, a produção e reprodução da vida sob o sistema do capital são do aumento do pauperismo e da miséria absoluta, pois a exigência do capital é por mais lucros e isso incide diretamente na extração cada vez maior de mais-valor, por meio da sua valorização, implicando em usurpar direitos da classe trabalhadora. Inferimos

---

<sup>15</sup> Para fins do nosso estudo, não temos como objetivo fazermos um tratado sobre a história do Brasil e do mundo.

<sup>16</sup> O capital monetário tende a extrair o mais-valor a partir da exploração do trabalho, sob a aparência dos juros de vários empreendimentos e setores, mas que estão concentrados em poucos proprietários, que tendem a expropriar cada vez mais a classe trabalhadora, intensificando e retirando direitos para que se mantenha a acumulação capitalista.

que, no capitalismo, não há espaço para que o mesmo seja humanizado, como apregoam alguns.

As evidências têm demonstrado que a história do Brasil, contada a partir do seu processo de colonização, está dentro do sistema do capital, como elucidada Marx, no capítulo XXV d'*O Capital*<sup>17</sup>. Neste capítulo, ele aborda a questão da luta nas colônias, em um primeiro momento, com o modo de produção antigo e o incipiente regime capitalista de produção. Ou como afirma Marx (2017, p. 835), “onde o capitalista é respaldado pelo poder da metrópole, ele procura eliminar à força o modo de produção e apropriação fundado no trabalho próprio”.

O modo de produção escravista (MOURA, 2020) adotado no Brasil por séculos, baseado no trabalho escravo de seres humanos trazidos do continente africano de forma animalesca, combinava-se com o então capitalismo desenvolvido pelas metrópoles. Cabe salientar que a historiografia hegemônica nos explica o que eram os “regimes independentes” e que os países colonizados foram “descobertos por verdadeiros milagres divinos” e, pior, que etnias diferentes conviviam harmonicamente. Em outras palavras, o falseamento da realidade é a regra e não a exceção. Contudo, no âmbito da luta de classes, alguns fatos históricos já foram e estão sendo revelados.

Enquanto os estudos de Marx apontavam a existência da superpopulação relativa (da classe trabalhadora) e suas três formas: flutuante, latente e estagnada, especificamente na metrópole economicamente mais desenvolvida do incipiente capitalismo, no caso a Inglaterra. No Brasil, apesar da intensa luta negra e dos genocídios de tribos indígenas contra os “brancos civilizadores”, a população era reduzida às relações escravistas.

Contudo, tão logo que o capitalismo necessitou ampliar seus mercados (para a acumulação capitalista), não hesitou em forçar as colônias (expropriação), claro que com mediadores nacionais (com a conivência da elite local) e a partir de lutas intensas a instauração do modo de produção capitalista, ou seja, o fim da escravidão foi crucial. Todavia, o processo não foi simples, uma vez que internamente no Brasil, a ferrenha luta dos escravos pela liberdade e por terra, comida e trabalho abria importantes fissuras no sistema, como a criação do território dos quilombos (território dos negros fugidios). E ainda com a questão das secas, foi criando também locais de resistência (ainda que prevalecendo o cunho religioso), como a saga de Antônio Conselheiro, onde há relatos de antes de 1877.

---

<sup>17</sup> *A teoria moderna da colonização.*



Diante de muitas lutas, em 1888, os negros foram oficialmente libertos e milhares de pessoas foram lançadas à própria sorte, sem direito a nada. Assim, a história do capitalismo no Brasil que pretende emergir com o fim oficial da escravidão e, portanto, com o assalariamento da nova classe trabalhadora totalmente “livre”, desprovida inclusive de conhecimentos para o novo modo de produção e reprodução da vida. Portanto, ao analisarmos a história do Brasil, apontamos que não tivemos propriamente o regime feudal, mas sim uma relação entre sistemas complementares, entre metrópole e colônia, entre capitalista e pré-capitalista, embasada pelas relações expropriação-acumulação capitalista e dominação-exploração.

Na primeira metade do século XX, a economia brasileira passou por uma transformação profunda, saindo do setor basicamente agrário, com a população rural sendo predominante para o incremento do setor industrial e migrando para as cidades<sup>18</sup> (IANNI, 2004), como o novo polo da vida em um sistema de produção e reprodução social. Não obstante, a combinação dos engenhos e indústrias funciona até hoje, coexistindo.

Com relação à situação da classe trabalhadora, num primeiro momento, os conhecimentos requeridos para ser escravo diziam respeito ao trabalho e à obediência/submissão, principalmente na lavoura. Os escravos também trabalhavam no setor urbano, incluso no comércio. Coexistia o trabalho escravo com o assalariado na lavoura e nas cidades. No capitalismo, as exigências são outras e requerem “constante qualificação”, ou nos termos atuais, competências e habilidades.

Ainda na primeira metade do século XX, algumas conquistas foram muito importantes para a classe trabalhadora que se consolidava, mas não sem luta e organização. Nos anos 1920, os anarco-sindicalistas promoveram intensas lutas e confrontos por melhores condições de trabalho, diminuição da jornada de trabalho e o descanso aos domingos, por exemplo.

Outro exemplo bastante significativo foi a organização dos trabalhadores em sindicatos e partidos políticos como o PCB (Partido Comunista Brasileiro), que completa, em 2022, 100 anos de existência. As revoltas da República velha (1889–1930)<sup>19</sup>. E, ainda em um primeiro momento, no Nordeste, surgiram as ligas camponesas<sup>20</sup>.

---

<sup>18</sup> Mais uma fantástica explicação bíblica ensinada nas escolas, o denominado “êxodo rural”.

<sup>19</sup> Revolta da Chibata (marinheiros negros), Guerra do Contestado (região Sul, luta por terra e por trabalho), Guerra de Canudos (expropriados em busca de uma vida melhor), por exemplo.

<sup>20</sup> Organizadas pelo PCB na luta pela reforma agrária e de melhorias para o meio rural, principalmente para a população do campo.

Por outro lado, Getúlio Vargas (1882–1954) e o seu grupo puseram fim à República Velha e, em um golpe de estado, Vargas assumiu o poder, tal situação perdurou até 1945<sup>21</sup>. Na época do “pai dos pobres”, como era chamado, pois durante esse período foram implementados o salário mínimo e a carteira de trabalho, por exemplo, como elementos para a regulação da relação capital-trabalho.

Observemos que existiram movimentos para que isso ocorresse. De um lado, o capitalismo pressionando para a implementação de indústrias de base, que exigiam uma mão de obra qualificada, além da relação propriedade privada dos meios de produção *mais* a venda da força de trabalho, consolidadas para o pleno funcionamento do capital. Do outro, uma classe trabalhadora organizada em sindicatos e partidos com o poder de barganha (SILVER, 2005) extremamente forte e que, com muita luta e mortes, conseguiu arrancar do capital direitos básicos. Portanto, nada foi dado à classe trabalhadora, mas sim conquistado. Nem mesmo a violenta ditadura Vargas impediu a luta dos trabalhadores da cidade e do campo.

Nesse bojo, faremos um recorte da situação do Nordeste por motivos do nosso objeto de trabalho. Analisemos alguns aspectos, por exemplo, a colonização, a escravidão e o povoamento, no Brasil, deram-se pelo litoral e, no caso, o “descobrimento do Brasil” (em 1500), ocorreu ao sul da Bahia. Ainda, a “invasão holandesa”<sup>22</sup> aconteceu no Nordeste, mais precisamente em Pernambuco. Essa combinação resultou em expropriações das mais diversas ordens.

Assim, o Nordeste, com suas matérias-primas, foi tendo o seu povo expropriado das terras para a acumulação capitalista da metrópole, primeiro assassinando e escravizando os índios, depois escravizando africanos e, por fim, iludindo imigrantes, principalmente os europeus. Ressaltamos que o Nordeste foi tratado como “colônia de exploração”, enquanto os bravos “desbravadores” adentraram o Brasil, usurpando tudo o que encontravam pela frente, ou seja, mulheres, terras, fauna e flora.

O desenvolvimento histórico da Bahia traz isso bem marcado até os dias atuais. Notamos as sequelas da expropriação e da acumulação capitalista, no racismo diário, no machismo que mata, na pobreza da população negra (majoritariamente), no genocídio da juventude negra masculina de 18 a 24 anos, segundo dados do próprio governo da Bahia. E

---

<sup>21</sup> Época de nova Constituição (1934) e Ditadura do Estado Novo (1937-1945), no contexto da II Guerra Mundial.

<sup>22</sup> A historiografia oficial é cômica para com as palavras, ou seja, os portugueses nos **descobriram**, já os holandeses nos **invadiram**. A narrativa histórica é realmente repleta de fábulas.

ainda sem acesso/qualidade aos serviços públicos de saúde, educação, moradia, mobilidade, trabalho, alimentação e lazer, por exemplo.

### 2.3 BAHIA: TERRA DE TODOS NÓS?<sup>23</sup>

O estado da Bahia é vendido como sinônimo de alegria, de belezas naturais (as praias que inspiram músicas e versos), de gente hospitaleira, como a terra mãe do Brasil. Terra de Catarina Paraguaçu (indígena tupinambá), Maria Quitéria, Castro Alves, Ruy Barbosa, Gregório de Mattos, Dorival Caymmi, Jorge Amado, Gilberto Gil, Caetano Veloso, Maria Filipa, Mãe Menininha do Gantois, Irmã Dulce, dentre tantos outros nomes importantes. Uma mistura de poesia, música, religião, mas, sobretudo de muita luta. Tanto que o último território do Brasil a tornar-se independente foi a Bahia, em 02 de julho de 1823, após intensa luta contra os portugueses.

O parágrafo acima traz, de forma sincrética e proposital, elementos e personagens, que ajudam na mistificação do território que chamamos Bahia. Aprende-se desde a mais tenra idade que o Brasil começou a se constituir a partir da Bahia e que os portugueses “descobriram”<sup>24</sup> essa terra, que em “se plantando, tudo dá”<sup>25</sup>. Certas correntes historiográficas brasileiras tentaram conciliar o inconciliável, ou seja, nos fazer crer que índios, brancos (europeus) e negros conviviam até certo ponto de forma “harmoniosa”, como se isso fosse possível<sup>26</sup>.

Essa brevíssima abordagem é para que nos situemos na Região Nordeste do Brasil, um dos maiores bolsões de miséria do nosso país. A Bahia, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2021) possui uma população estimada de 14.985.284 habitantes, ou seja, o quarto estado mais populoso da federação, e tem uma área territorial de 564.760,429km<sup>2</sup>, sendo a sua capital Salvador. Em relação ao último censo, em 2010, os dados apontam que a população rural é de 3.914.430, o que equivale a 27%, desses, temos

---

<sup>23</sup> Slogan escolhido para o segundo mandato do governador Jaques Wagner (2011-2015).

<sup>24</sup> Forma dissimulada para camuflar a invasão (com toda a violência) dos portugueses no território ocupado pelos povos originários, a saber, os índios de diversas tribos com organização e costumes diferentes entre si e que foram dizimados na sua quase totalidade, de norte a sul do país. Foi e continua ocorrendo o genocídio contra os povos indígenas.

<sup>25</sup> Alusão à carta de Pero Vaz de Caminha ao Rei Dom Emanuel, quando da chegada dos portugueses ao Brasil, mais precisamente ao Sul da Bahia, em Porto Seguro.

<sup>26</sup> Sugiro uma busca aos livros didáticos da década de 1980, por exemplo.

50,9% de mulheres e 49,1% de homens. O que nos permite observar que há certo equilíbrio. Dessa população, 43,5% correspondem à faixa etária de 15 a 39 anos.

Em termos educacionais, o IDEB<sup>27</sup> (2019) dos anos iniciais é de 4,9; entretanto, o dos anos finais, 3,8, sendo que no ano de 2020 foram matriculadas 1.947.777 pessoas no Ensino Fundamental e, no Ensino Médio, o IDEB foi de 3,7 com 506.448 pessoas matriculadas. A Bahia ocupa o 21º lugar em desempenho educacional em um comparativo com os demais estados, no caso dos Anos Iniciais, e em 25º lugar em relação aos Anos Finais. Em relação ao número de matriculados no Ensino Fundamental, a Bahia ocupa o 3º lugar e, em relação ao Ensino Médio, ocupa o 4º lugar com maior número de matrículas. O que significa que apesar do número de matriculados na Bahia em relação ao Brasil, o desempenho educacional mesmo nesse tipo de avaliação questionável, traz resultados pífios. Apontamos ainda que o caso não é apenas o resultado, mas como se pensa a educação, a estrutura das escolas, da comunidade acadêmica, em suma, a política educacional, no sentido de dar rumo/direção ao processo de formação humana.

Ainda segundo o IBGE (PNADC, 2019), a Bahia ficou em primeiro lugar no número de pessoas consideradas analfabetas, o que equivalia a mais de 1,5 milhão de pessoas. Dentre esses, o número de pessoas que se declarou negra ou parda, a taxa era de 13,5%; e das que se declararam brancas, a taxa era de 10,4%. O índice é ainda maior entre as pessoas acima de 60 anos, com taxa de 54,8% de analfabetos, ou seja, quem não consegue ler ou escrever um bilhete simples. Embora a população do Estado da Bahia seja a oitava com maior na taxa de analfabetismo do país em pessoas acima de 15 anos com 12,9%, e tenha reduzido 0,1% em proporção de analfabetos de 2016 para 2019, registrou aumento em termos absolutos nos últimos anos, em contraste com o movimento geral do país, que foi de redução do número de pessoas analfabetas. Foi de 1.479.000 analfabetos em 2016 para 1.524.000, 14% da população brasileira analfabeta, em 2019, de acordo com Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), do IBGE<sup>28</sup>.

No contexto educacional, a expulsão de trabalhadores do campo pode ser percebida pela redução de -5.841 (-42%) escolas rurais de 2007 a 2019<sup>29</sup> no estado da Bahia. A maior redução percentual de matrículas (-58% ou -31.241) foi em escolas rurais de áreas de assentamento. Nas escolas rurais, a redução geral foi de -397.779 matrículas, o equivalente a -34%, percentualmente muito superior aos 14% (-453.080) das escolas urbanas (conforme

---

<sup>27</sup> Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

<sup>28</sup> Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7111>

<sup>29</sup> Disponível em: <https://dadoseducacionais.c3sl.ufpr.br/#/indicadores>

Tabela 2). Há algo nesse fechamento de escolas e na redução de matrículas no setor rural que pode ser interpretado como um indicador de expulsão da população dessas regiões, embora o fechamento de escolas possa tanto ser estratégia de expropriação como decorrência dela. Não há diferenças significativas de 2007 a 2015 acerca da população da Bahia em idade de frequentar os bancos escolares e que estava fora dela<sup>30</sup>. Eram 7.268.576 pessoas em 2007 e 7.166.316 em 2015.

Tabela 1 – Número de Escolas por Área da localidade - Bahia, 2007 a 2019

Área da localidade	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Urbana	7.630	8.016	8.049	8.035	8.003	8.498	8.349	8.522	8.421	8.576	8.571	8.591	8.560
Rural sem especificação	13.327	13.139	12.821	12.113	11.536	11.118	10.496	9.735	9.098	8.816	8.334	7.739	7.231
Rural - Área de assentamento	418	334	321	338	381	376	343	342	353	346	349	320	304
Rural - Terra indígena	50	49	50	49	48	64	44	39	47	51	55	56	57
Rural - Área remanescente de Quilombos	168	210	251	375	390	412	436	473	515	517	518	495	530
Rural - Unidade de uso sustentável	0	0	0	0	0	7	9	11	18	8	9	14	0
Rural - Unidade de uso sustentável em terra indígena	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2	2	2	0
Rural - Unidade de uso sustentável em Área remanescente de quilombos	0	0	0	0	0	7	12	15	9	7	10	11	0
<b>Total</b>	<b>21.593</b>	<b>21.748</b>	<b>21.492</b>	<b>20.910</b>	<b>20.358</b>	<b>20.482</b>	<b>19.689</b>	<b>19.137</b>	<b>18.463</b>	<b>18.323</b>	<b>17.848</b>	<b>17.228</b>	<b>16.682</b>

Fonte: Elaborado pelo Laboratório de Dados Educacionais/UFPR a partir dos microdados do Censo Escolar/INEP.

Tabela 2 – Número de Matrículas por Área da localidade - Bahia, 2007 a 2019

Área da localidade	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Urbana	3.177.136	3.220.999	3.161.808	2.962.001	2.940.688	2.949.962	2.873.275	2.835.037	2.764.313	2.790.707	2.798.168	2.781.720	2.724.056
Rural sem especificação	1.082.671	1.067.594	1.010.899	940.283	890.996	837.825	817.662	786.771	753.400	719.430	718.672	698.265	679.533
Rural - Área de assentamento	53.962	27.185	25.943	24.264	29.525	26.662	26.326	27.597	27.973	26.219	26.260	24.452	22.721
Rural - Terra indígena	4.813	5.811	6.703	4.937	5.071	7.584	6.493	6.084	5.972	7.050	7.587	7.327	8.084
Rural - Área remanescente de quilombos	17.908	20.405	24.229	33.596	37.443	40.327	41.862	44.739	46.526	47.731	47.078	45.188	51.237

<sup>30</sup> A questão das pessoas fora da escola é referida como “Número de pessoas por faixa etária que não concluiu a educação básica e que declara não frequentar creche ou escola”. Sobre a faixa etária é compreendido: “A faixa etária é calculada com base na idade da pessoa em 31/03 do ano da coleta de dados. As faixas etárias correspondem às idades consideradas adequadas para a frequência nas etapas e modalidades da educação básica (0 -3; 4 -5; 6-10; 11-14; 15-17; 18-24 anos)”. Disponível em: <https://dadoseducacionais.c3sl.ufpr.br>.

Rural - Unidade de uso sustentável	0	0	0	0	0	1.312	1.153	1.681	985	594	793	1.426	0
Rural - Unidade de uso sustentável em terra indígena	0	0	0	0	0	0	0	0	268	343	339	282	0
Rural - Unidade de uso sustentável em Área remanescente de quilombos	0	0	0	0	0	1.395	1.199	1.915	571	593	425	473	0
Total	4.336.490	4.341.994	4.229.582	3.965.081	3.903.723	3.865.067	3.767.970	3.703.824	3.600.008	3.592.667	3.599.322	3.559.133	3.485.631

Fonte: Elaborado pelo Laboratório de Dados Educacionais/UFPR a partir dos microdados do Censo Escolar/INEP.

Em relação ao trabalho e à renda, a Bahia ocupa o 22º lugar com renda per capita domiciliar em R\$843,00. O IBGE (2021) aponta que, quando fez a pesquisa, a idade pesquisada foi a partir dos 16 anos. Em relação ao trabalho formal, havia 40,1% da população, equivalendo ao 21º lugar no país. Ainda considerando a população a partir dos 14 anos, o percentual de ocupação era de 48,8%, significando o 20º lugar. O salário médio das pessoas a partir de 14 anos, no período da pesquisa, era de R\$2.541,00, ou o 18º lugar.

Os dados nos revelam que a maioria da população está na informalidade, com remuneração baixa, conjectura-se que em ocupações simples. O desenvolvimento do estado da Bahia, comparando com os outros estados, é desolador, pois ocupa baixas posições de desenvolvimento. Os dados que consideram o percentual da juventude ocupada também são índices desanimadores. Assim, inferimos que elementos que contribuem para com a expulsão de trabalhadores para outras regiões (migrações internas e externas).

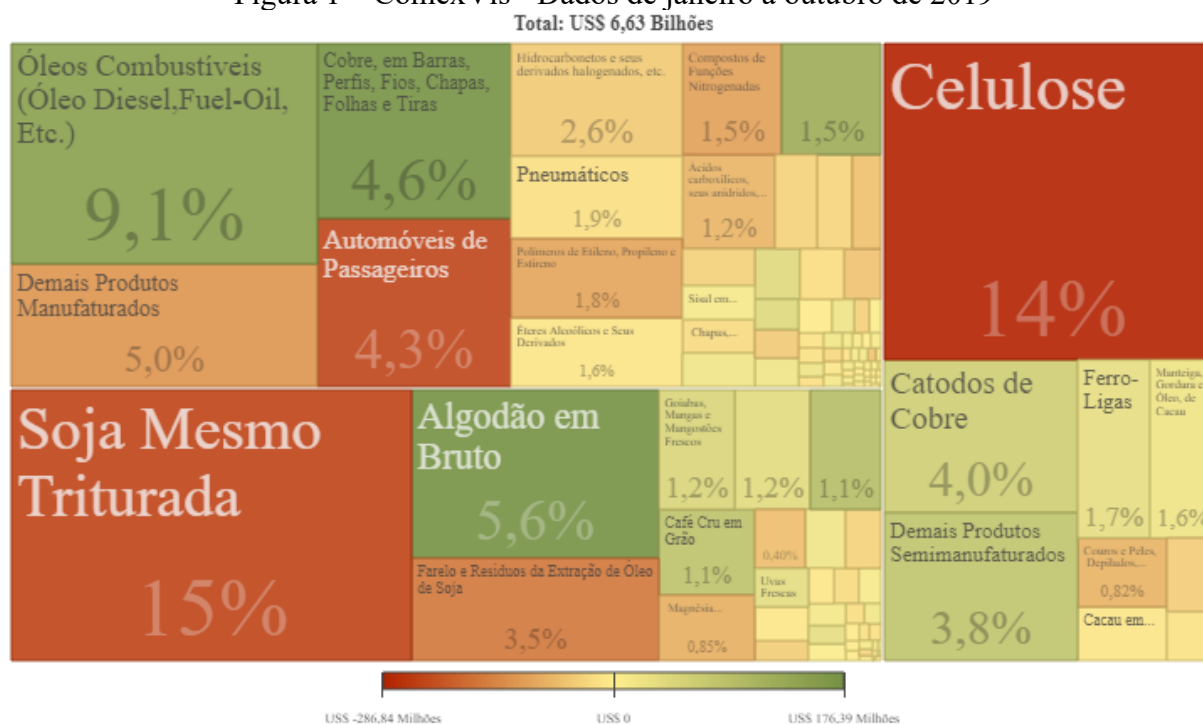
Em relação à economia, o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) do estado é de 0,660, sendo 1 a pontuação máxima. Isso coloca o estado em 22º lugar do país. Vale salientar que a mesorregião do extremo-oeste da Bahia compõe a região do MATOPIBA, que tem como bioma o cerrado. Em dados, significa que 337 municípios estão inseridos, em um território com 73 milhões de hectares, agrupando ainda 31 microrregiões, englobando 6 milhões de habitantes e com um PIB da ordem de R\$ 47 bilhões (MIRANDA, 2015). Esse é o setor do agronegócio, que tem cultivado grãos, principalmente a soja.

A Bahia tem uma economia bastante diversificada, como exemplos, o setor primário que engloba a agricultura: sisal, cacau, mamona, coco, feijão e mandioca. Assim como, um importante polo da fruticultura irrigada para exportação, concentrado no Vale do São Francisco (Juazeiro-Petrolina, Bahia e Pernambuco respectivamente). A pecuária, tendo os setores bovino e caprino, ocupando um lugar de destaque no cenário nacional. Ainda tem a extração mineral de pedras preciosas e de minério de ferro para exportação, por exemplo, nos municípios do norte da Bahia (Campo Formoso, Pindobaçu e Jacobina). A Bahia participou,

em 2019, com 4,8% da área de plantio e 4% da produção de Produção de Cereais, Leguminosas e Oleaginosas no Brasil (IBGE, 2020)<sup>31</sup>.

Os produtos exportados pelo Estado da Bahia com maior impacto financeiro são principalmente de soja mesmo triturada (15%) – farelos e resíduos de óleo de soja (3,5%) –, celulose (14%), óleos combustíveis (9,1%) e algodão em bruto (5,6%), que juntos somam quase metade das exportações, em valores, conforme pode ser apreciado no gráfico da ComexVis:

Figura 1 – ComexVis - Dados de janeiro a outubro de 2019



\*Variações em relação ao mesmo período do ano anterior. O tamanho dos retângulos é proporcional à participação em relação ao Valor FOB total.

Fonte: Fazcomex<sup>32</sup>.

Em relação ao setor industrial, o estado conta com uma diversidade de setores, tais como química e petroquímica, agroindústria, informática, automobilística e suas peças, alimentos, mineração, borracha e plástico, metalurgia, couro e calçados, higiene pessoal, perfumaria e cosméticos, energia eólica, celulose e papel, bebidas. Assim, a região metropolitana, ou seja, aquela no entorno da capital do estado, Salvador, que reúne Camaçari e

<sup>31</sup> “Produtos investigados: algodão (caroço de algodão), amendoim, arroz, aveia, centeio, cevada, feijão, girassol, mamona, milho, soja, sorgo, trigo e triticale”. Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação Agropecuária, Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, Dez/2020.

<sup>32</sup> Disponível em: <https://www.fazcomex.com.br/blog/principais-produtos-exportados-pela-bahia/>.

Lauro de Freitas, por exemplo, a partir de 1970, construiu o maior complexo industrial integrado do hemisfério Sul. Havia uma refinaria da Petrobrás que foi privatizada para um grupo árabe, que era a antiga Landulfo Alves, situada em São Francisco do Conde, sendo a Bahia um dos maiores produtores nacionais de petróleo e gás natural. Ressaltamos, que, do ponto de vista da eletricidade, existe o complexo hidrelétrico de Paulo Afonso e, atualmente, estão sendo desenvolvidos no território baiano os parques eólicos.

Quanto ao ramo do turismo, a Bahia tem sido destaque, tanto em nível nacional (13,2% do PIB turístico nacional), quanto internacional. Prova disso é o PIB (Produto Interno Bruto estadual), parte dele, correspondente a 7,5%, vem desse setor. O planejamento do governo via PRODETUR (Programa de Desenvolvimento do Turismo) potencializou ainda mais o turismo. Em 2002, eram sete zonas<sup>33</sup>. Após essas zonas, outras foram criadas para que houvesse a interiorização do turismo<sup>34</sup>. Observa-se que o território da Bahia é o que mais divisas faz entre todos da federação.

Os dados acima apontam uma economia bastante diversificada e inserida na lógica de expansão do capital para a acumulação em diferentes setores e espaços. Grande produção de riqueza para fins privados.

Consideramos esse panorama preliminar para discutirmos o objeto da nossa pesquisa. Salientando que o estado da Bahia é cantado em versos de música, em poesias, como o estado da infinita felicidade, bom humor e principalmente que o baiano sabe viver melhor do que qualquer povo do mundo. Contudo, o que esse (pseudo) consenso acoberta?

Os dados dos mais variados setores divulgados nos portais oficiais, como é o caso do IBGE, demonstram que a Bahia não é a terra da felicidade para todos, tampouco a terra de todos. Detivemo-nos aqui sob dois aspectos, os índices educacionais e os de trabalho e rendimento, observamos que ambos estão em situação complicada, ou melhor, a classe trabalhadora está sendo expropriada dos seus direitos elementares.

Como o nosso enfoque é sobre a migração e a escolarização, percebemos que esses dados contribuem para explicar a expulsão dos trabalhadores da Bahia e o quão é difícil permanecer no processo de escolarização, principalmente da região sul da Bahia, aonde:

A queda abrupta nos níveis de renda e emprego teria comprometido as condições de desenvolvimento da população sul baiana como um todo. O

---

<sup>33</sup> Costa dos Coqueiros, Baía de Todos os Santos, Costa do Dendê, Costa do Cacau, Costa do Descobrimento, Costa das Baleias e Chapada Diamantina.

<sup>34</sup> Caminhos do Oeste, Caminhos do Sertão, Caminhos do Sudoeste, lagos e cânions do São Francisco, Vale do Jiquiriçá e Vale do São Francisco.



não restabelecimento de tais condições tem pautado o discurso sobre o segmento da economia cacaueteira que cumpriria o papel protagonista de responder pelo desenvolvimento da população regional. (MIRA, 2014, p.01).

Observamos que no sul da Bahia o setor que mais tem empregado é o de turismo, principalmente no ramo da hotelaria. Contudo, os entraves vão desde a remuneração até as condições de trabalho. Há trabalhadores na informalidade sem direitos trabalhistas e pior, sem perspectivas futuras. Essa questão tem assolado sobremaneira a juventude que está sem projeto e à deriva, em condições de empobrecimento ainda maiores.

Assim, apontamos que as pessoas e, principalmente os jovens, têm migrado em busca de trabalho e de melhores condições de vida em outros locais. Para corroborar com essas afirmações, identificamos as mesmas nos estudos de Silva (1999) e Frochtengarten (2009), apontando que os baianos partem principalmente do sul da Bahia para São Paulo, mas não somente.

Nesse sentido, estamos nos baseando na pesquisa do IBGE, que revela que 60% dos trabalhadores estão na informalidade, ou seja, são pessoas sem nenhum direito, em ocupações simples e por vezes temporárias. Além disso, vale mencionar que cada vez mais o agronegócio vem aumentando o seu território, principalmente no cerrado e salientar as ações nas regiões de garimpo, o que causa além da expropriação do trabalhador, uma enorme devastação ambiental. Esses fatores desencadeiam o desemprego, os baixos salários pagos aos homens e, às vezes, menos ainda às mulheres, a enorme informalidade e o trabalho temporário, informal, sem qualquer estabilidade e, por fim, a migração como um último recurso para sobrevivência.

No próximo capítulo, vamos debater a produção e reprodução da vida da classe trabalhadora na sua jornada migrante e como se desenvolve o seu processo de escolarização com ênfase na Educação de Jovens e Adultos.

### 3 A PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DA VIDA DA CLASSE TRABALHADORA: MIGRAÇÃO E ESCOLARIZAÇÃO

*Nunca esperei muita coisa, digo a Vossas Senhorias. O que me fez retirar não foi a grande cobiça; o que apenas busquei foi defender minha vida.*

(MELO NETO, 2017, p. 111-112).

*O sangue do Brasil vai pelo chão, subiu o morro, prestou socorro, mais um do povo morreu tão novo.*<sup>35</sup>

Nossos interlocutores da epígrafe são o poeta João Cabral de Melo Neto e o compositor e cantor baiano Russo Passapusso. O primeiro trata da migração forçada do campo para a cidade, em 1950, e todas as dificuldades, tensões e razões para tal empreitada. Com o segundo, podemos apontar onde habita a população migrante em 2014.

Aliás, o próprio Russo Passapusso é um migrante que, juntamente com a sua banda<sup>36</sup>, produziram um disco denominado *Paraíso da miragem*, tendo como ideia a migração para a cidade grande, sendo que, para o migrante, a cidade é algo idealizado positivamente na busca por melhores condições de vida e trabalho. Entretanto, o migrante tem a percepção que aquilo que seria o paraíso, na verdade é apenas uma miragem e que, na maioria das vezes, esse trabalhador apenas sobrevive em condições de extrema pauperização e violência, inclusive pagando com a própria vida. Como mencionamos no capítulo *O Processo Histórico de Expropriação*, Marx (2017), na sua obra *O Capital*, trata também da situação da classe trabalhadora nas mais variadas dimensões, tais como a situação da habitação extremamente precária, os aluguéis exorbitantes e a expropriação das terras comunais (aqueles que pertenciam à comunidade), ou seja, revela como o sistema do capital revolucionou o mundo, via sistema de classes e opressão, principalmente por meio da expropriação da esmagadora massa de trabalhadores, demonstrando inclusive que o capitalismo tem limites que impedem a emancipação da humanidade.

<sup>35</sup> Artista: Russo Passapusso, álbum *Paraíso da miragem*, gravadora Oloko Records, ano 2014.

<sup>36</sup> Baianasytem é um grupo musical criado em 2009, em Salvador, Bahia, que tem como integrantes Russo Passapusso, Roberto Barreto e Marcelo Seko.

Portanto, os camponeses foram sendo violentamente expulsos das suas terras, sendo obrigados a encontrarem outros lugares para morar, em condições extremamente pauperizadas e insalubres. Essa massa de trabalhadores, que forma o exército industrial de reserva (MARX, 2017), passa a procurar sobrevivência em qualquer lugar e sob quaisquer condições.

Marx (2017) relata que aldeias e vilas foram saqueadas e destruídas. Em certa parte do texto, o autor afirma que a humanidade estava saindo da idade do ouro e indo para a idade do ferro, demonstrando que as fábricas e as cidades eram os novos locais de trabalho e moradia. Para isso, a aliança entre a aristocracia das terras com a incipiente bancocracia foi importante para transformar a terra em mais uma mercadoria, que precisava de novos incrementos. A concentração da propriedade comunal na mão dos capitalistas burgueses pauperizou ainda mais a classe trabalhadora, levando-a a concentrar-se nas cidades.

Os ideais de crescimento da nação partiam de polêmicas, tais como o da compreensão de que era necessário manter a pobreza, pois assim os capitalistas teriam mais trabalhadores à sua disposição para a execução do trabalho e extração da mais-valia. Em outras palavras, concentração e centralização da riqueza na mão de poucos, gerando a acumulação de capital. Para tal, foi pensado no quanto de comida o trabalhador precisava para desenvolver o trabalho e essa “preocupação” revela-se na forma de salário, que pode ser compreendida como uma forma fetichizada na qual o trabalhador doa aos donos dos meios de produção um tempo excedente, que não é pago, ou seja, o mais valor.

Esse fetiche é fundamental para a reprodução social no capitalismo, pois permite que a força de trabalho, no caso o trabalhador, se reproduza, ao garantir os seus meios de subsistência por meio do salário. Segundo Marx (2017, p. 610):

A forma salário extingue, portanto, todo vestígio da divisão da jornada de trabalho em trabalho necessário e mais-trabalho, em trabalho pago e trabalho não pago. Todo trabalho aparece como trabalho pago.

Assim, o salário é uma condição colocada para escamotear a expropriação do trabalhador diante da extração de mais-valor. O que chamaríamos, *grosso modo*, de salário total pago ao trabalhador é subdividido entre salário nominal, quando parte é destinada à força de trabalho, e o salário efetivo, quando parte é destinada à aquisição dos meios de subsistência da força de trabalho, ou seja, para que o trabalhador possa existir enquanto ser humano. Ainda segundo Marx (2017), devido à sanha da acumulação capitalista, quanto mais se trabalha, menor é o valor do salário.

Depreende-se desse apontamento o salário por tempo e o salário por peça. No primeiro, o valor pago ao trabalhador é pelo tempo da jornada de trabalho, já o segundo é a

produção por peça de trabalho, mais propício a fraudes capitalistas e a descontos, sem precisar de fiscalização dos trabalhadores. O que muda, na verdade, é a forma de pagamento. Em ambos, a relação expropriação-exploração do trabalhador está sempre presente. Marx (2017) trabalha com a fórmula valor diário da força de trabalho *dividido pela* jornada de trabalho e aponta que o *quantum de trabalho*, ou seja, o tempo e a força de trabalho empregados, no modo de produção capitalista, sempre gerará sobretrabalho, o que significa dizer que o trabalhador doa ao capitalista mais trabalho e mais tempo do que o necessário socialmente para produzir determinada mercadoria e que, por esse tempo a mais, ele não recebe nada, ele apenas produz o mais-valor que será extraído, gerando o lucro para o capitalista.

Ainda aponta o autor um fato geralmente conhecido: “quanto mais longa é a jornada de trabalho de um ramo da indústria, mais baixo é o salário” (MARX, 2017, p. 618).

Por isso, a compreensão do salário é importante para entender a reprodução social no modo de produção no capitalismo, que se torna propositalmente obnubilado. Ou seja, a realidade imposta é a de que o salário é a troca (in)justa entre donos dos meios de produção *versus* força de trabalho, no caso os trabalhadores. Uma troca em que os trabalhadores têm que se manter responsáveis em existir fisicamente e, para isso, o salário é parte fundamental, uma vez que sua parte efetiva se destina à compra de meios de subsistência (alimentação, vestuário, aluguel, dentre outros), como se fosse possível no capitalismo mensurar o valor da força de trabalho de maneira justa.

Marx e Engels (2007, p. 10-11), em *A ideologia alemã*, apontam que:

Pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião e por tudo o que se queira. Mas eles próprios começam a se distinguir dos animais logo que começam a produzir seus meios de existência, e esse passo à frente é a própria consequência de sua organização corporal. Ao produzirem seus meios de existência, os homens produzem indiretamente sua própria vida material.

Assim, apreendemos que a história se desenvolve a partir de seres humanos vivos e em condições de fazê-la. Como temos frisado, o nosso tempo/espço de análise é no modo de produção capitalista, ou seja, a partir do início do século XIX, quando as categorias que caracterizam esse modo de produção já estão plenamente desenvolvidas.

Oliveira (1975) traz contribuições para o entendimento dessa problemática, com base em Marx, demonstrando que a abstração da teoria malthusiana acerca do termo **população** servia para escamotear o exército industrial de reserva e as superpopulações que o compõem. Não obstante, Oliveira trabalha com conceitos que nos remetem a uma profunda análise e, sem cair em armadilhas, discorre sobre as condições de vida da classe trabalhadora. Vejamos o excerto abaixo:

Em termos demográficos – e aqui começo a pisar num terreno cheio de armadilhas para um não-especialista – parece que os conceitos essenciais para pensar a reprodução humana são a mortalidade e a fertilidade, válidos ademais para pensar a reprodução de quaisquer espécies animais e vegetais. O marxismo recupera esses conceitos, dando-lhes especificidade humana, colocando-os de pé e unificando-os dialeticamente sob o conceito de “gasto de trabalho”. (OLIVEIRA, 1975, p. 9).

Dessa forma, o autor explica a questão da mortalidade atrelada ora ao “desperdício de trabalho”, ora como “economia de trabalho”. Entendemos que esses termos devem ser compreendidos dentro da produção de mercadorias e extração de mais-valor. Pensemos que, no capitalismo, o termo vida é algo abstrato, pois, se para a classe trabalhadora viver significa almejar as condições básicas para a subsistência; para os donos dos meios de produção a vida reduz-se a uma mercadoria especial, que implica em ser consumida até a última gota de sangue.

Contudo, considerando os estudos de Oliveira (1976, p. 7), sobre a produção da vida no capitalismo, observamos que o capital variável (trabalho vivo, ser humano) se produz e reproduz em condições extremamente desfavoráveis. O autor, de antemão, aponta para abstrações que nos foram inculcadas, como o termo população. Alertando-nos que esse termo é uma abstração objetiva do capital e que “não existe, acabada, uma teoria da população”. Ou seja, como já mencionamos anteriormente, os estudos de Marx (2017) sobre o exército industrial de reserva esboçam didaticamente sobre as superpopulações relativas (flutuante, latente e estagnada), afirmando inclusive que todo trabalhador integra uma dessas formas. Oliveira (1976) demonstra como o capitalismo degrada, em todos os níveis, o sentido/significado de humanidade.

Podemos pensar também na questão do exército industrial de reserva, quando este é mais absorvido pelos ciclos do capital e quando é necessário ser dispensado pelas questões da crise do capital, tornando essa população excedente.

A percepção aguçada de Oliveira (1975) o faz trabalhar com o termo fertilidade e não natalidade, como abstratamente se faz. Uma vez que “a fertilidade, nesse contexto, é a redução do proletariado à sua naturalidade social operária” (OLIVEIRA, 1975, p.12). Aventamos que tal conceito nos aprofunde na compreensão da situação própria da classe trabalhadora, o que significa compreender que as leis sócio-históricas prevalecem sobre as leis biológicas.

Portanto, entender questões do cotidiano da vida da classe trabalhadora — como o casamento, a própria constituição da família operária e as condições de sua existência — passa pela compreensão que:

A especial combinação interna à família do trabalhador de venda de força de trabalho mais produção doméstica de valores de uso, apenas aproveita ao capital, no sentido de pagar salários mais baixos à força de trabalho que o seu próprio custo de reprodução. (OLIVEIRA, 1975, p. 12).

Quando o autor usa o termo da **animalidade social operária** como sinônimo de **naturalidade social operária**, acentua ainda mais a nossa reflexão sobre a relação humanidade e desumanidade, não como uma visão biológica, mas tendo em vista todo sentido/significado que esses conceitos trazem ao longo desse modo de produção sobre o ser humano.

Oliveira também demonstra que há possibilidades para se construir um projeto diferente do que está vigente, pautado na transformação da “classe em si” em “classe para si”. Isso não acontece rapidamente, mas é fruto de um longo processo da luta de classes.

Ainda sobre a reprodução social, Katz (2019, p. 438) define que:

A reprodução social é o material carnudo, desordenado e indeterminado da vida cotidiana. É também um conjunto estruturado de práticas que se desdobram na relação dialética com a produção e com quem mantém mutualmente tensão e constituição. A reprodução social abarca a reprodução diária e de longo prazo, tanto dos meios de produção como da força de trabalho, para fazê-los funcionar. Em sua base ampla, ela se desdobra sobre a reprodução biológica da força de trabalho, tanto geracional quanto diária, por meio da aquisição e distribuição dos meios de subsistência, ou seja, alimento, moradia, vestuário, saúde. De acordo com a teoria marxista, a reprodução social é mais do que isto, também engloba a reprodução da força de trabalho a certo nível de diferenciação e especialização. Esta força de trabalho diferenciada e especializada é socialmente constituída, sendo as práticas materiais não somente associadas a sua produção histórica e geográfica específicas, mas também os seus contornos e requisitos sendo resultado de luta contínua. Além de assegurarem os meios de subsistência, a produção e reprodução da força de trabalho envolvem uma variedade de práticas e formas culturais que são geográfica e historicamente específicas, incluindo aquelas ligadas ao conhecimento e aprendizado, justiça social e seu aparato e à mídia.

A autora analisa a reprodução social diante do capital globalizado e, principalmente, do reescalonamento da infância. A partir do excerto acima entendemos que o debate sobre a reprodução social é ampla e envolve todos os setores da vida. De um lado, o capital atrás da acumulação capitalista, exaurindo inclusive o meio ambiente; do outro, os trabalhadores, vendendo a sua força de trabalho de forma cada vez mais intensa e extensa.

A educação da classe trabalhadora deve ser compreendida nesse bojo, pois, como afirma Harvey (2016), se antes o capitalismo não se importava com a sorte da classe trabalhadora, hoje, o “gasto de trabalho” dessa classe, impacta sobremaneira na reprodução social do capital. Assinala o autor que:

Enquanto as habilidades artesanais tradicionais perdiam importância, o capital se interessava cada vez mais por uma força de trabalho modestamente educada, que fosse letrada, flexível, disciplinada e suficientemente dedicada para cumprir a variedade de tarefas exigida na era das máquinas. (HARVEY, 2016, p. 169).

O autor nos aponta que com o capitalismo tornando-se o sistema hegemônico, necessitou ter uma classe trabalhadora “letrada”, o que caracterizaria a forma de pensar da burguesia incipiente. Portanto, a questão central não era ter educação pública para os trabalhadores, mas quem deveria pagar por isso. Segundo Katz (2019), o Estado fora instado a dar conta de certa parcela da reprodução social como ampliação dos serviços em saúde pública, educação pública, parques públicos, dentre outros. Isso nos EUA com a política do estado de bem-estar social. Essas reformas progressistas também chegaram a países como o Brasil, mas com uma intensidade menor. O estado capitalista tem interesse direto na reprodução social, por isso, o incremento à força de trabalho para torná-la mais competitiva (HARVEY, 2016).

Uma observação que tanto Harvey (2016) quanto Katz (2019) fazem é em relação à migração e reprodução social, pois ambos demonstram que há uma transferência de capital, ou o que se queira chamar, quando um migrante é formado no seu país (estado, cidade) de origem e por questões de trabalho são forçados a migrar para outro local. Ou seja, o local de origem que investiu na formação desse trabalhador não terá o retorno dessa mercadoria especial, enquanto isso, em países como os EUA, esses trabalhadores migrantes com alta formação contribuirão para a reprodução social do capital. Mas, assim como Harvey (2016), alertamos para não pensarmos que isso é capital humano ou capital cultural.

Entendemos que a reprodução social ganha contornos ainda mais dramáticos em países periféricos, como o Brasil. Para situar a conjuntura da reprodução social no Brasil, Silva (1999) estudou os trabalhadores migrantes (boias-frias) dos canaviais no interior de São Paulo que, segundo a autora, “no período de 1960-1980, foram expulsos 2,5 milhões de pessoas do campo paulista” (p.63). O Estado brasileiro por meio do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), criado em 1963, e do Estatuto da Terra (ET), em 1964, tentaram organizar os camponeses nas formas jurídicas de trabalho, mas o que aconteceu foi a piora das condições de vida e, conseqüentemente, as expulsões do campo. Isso porque a condição de trabalhador permanente de uma fazenda, ou seja, o vínculo empregatício com direitos gerava gastos para o patrão, que demitia esse trabalhador para contratar os trabalhadores volantes (sem vínculo) e, com isso, os trabalhadores ficavam sem direitos e à mercê dos fazendeiros. Segundo Silva (1999, p. 82), tanto o ETR quanto o ET significaram:

O primeiro foi promulgado no governo de João Goulart e o segundo, no primeiro governo da ditadura militar. A implantação destas duas legislações deve ser interpretada no bojo dos conflitos sociais e do processo de modernização da agricultura brasileira sob a chancela do Estado, da modernização trágica.

A autora ainda aponta para a discussão sobre o desenvolvimento do Brasil, quando a mesma refuta a posição de que no campo estaria um Brasil atrasado, arcaico e que não auxiliava no desenvolvimento do país, no modo de produção capitalista. Silva (1999) demonstra que o campo não é o mais atrasado, que é preciso entender a dinâmica e a especificidade do capitalismo como um todo. Por exemplo, no campo brasileiro já havia uma tradição em relação à mecanização, em relação aos contratos de trabalho estar na lógica capitalista, das condições de vida da classe trabalhadora do campo. As mulheres, que trabalhavam nos canaviais e que trabalhavam junto aos homens, usavam a calça, mas colocavam a saia por cima, marcando a sua identidade de gênero. Ou seja, o campo é pauta das questões que envolvem gênero, etnia/raça e classe. É local de disputa, de luta de classes.

Situamos a classe trabalhadora que migra, ou na sua maioria, o que Marx (2017) denomina de superpopulação relativa. É a fração que está em constante “vai e vem”, em situação permanentemente temporária, em ocupações irregulares, inseguras e com longas jornadas e baixa remuneração, sem acesso aos direitos trabalhistas, quiçá a uma condição digna de vida.

Harvey (2014) e Silver (2005) apontam que o capitalismo tenta produzir uma “geografia” que alimente a sua necessidade de imiscuir-se por toda a terra (e para além dela também). Essa produção geográfica baseia-se nas relações de expropriação e acumulação capitalista e concentração e centralização da riqueza. Contudo, como aponta Silver (2005), essa reorganização espacial não se dá sem confronto, ou seja, “aonde o capital vai, o conflito vai atrás”.

O capital se desloca atrás de lucro, nesse sentido os autores mencionados demonstram que o capital não se preocupa em construir uma geografia em determinado lugar para extrair lucro e depois destruir aquela geografia, reconstruindo-a em outros lugares, considerando o custo da reprodução social do capital. Exemplos de abandono de locais industriais como Detroit (EUA) e Leeds (Inglaterra) e reconstrução de outras indústrias, inclusive com produto diferentes, em cidades da Índia e do Brasil (HARVEY, 2014). É necessário entendermos o que é a reprodução social no modo de vida do capital globalizado com o deslocamento de capitais móveis, nos quais não se precisa de uma base física. Os trabalhadores ficam desamparados, as cidades destruídas, o que gera violência, desemprego em massa, trabalhos informais, no setor de serviços, ou seja, quebra no poder de barganha dos trabalhadores.

Silver (2005) aponta que o poder de barganha dos trabalhadores do setor de serviços não é tão forte, mas que interfere na dinâmica do capital. Como exemplo, ela utiliza o caso da



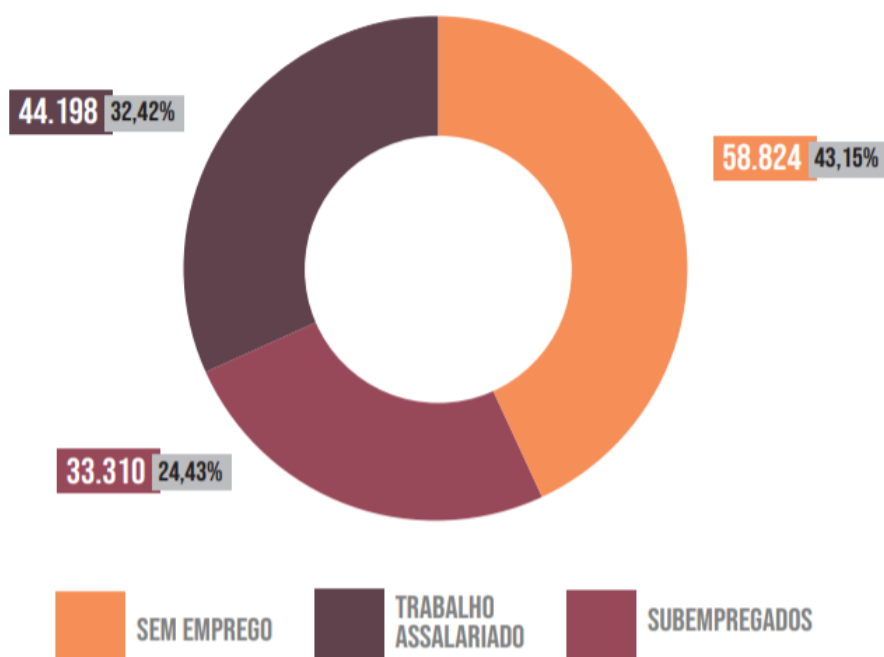
“Justiça para os faxineiros”, em Baltimore (EUA), que reivindicavam melhores salários. Como o local de trabalho não podia ser mudado geograficamente, pois os prédios das corporações têm sede fixa, eles tiveram uma vitória. A autora ressalta o seguinte exemplo:

Tomemos o caso dos faxineiros que limpam os arranha-céus do centro comercial de Los Angeles. Esses trabalhadores parecem ter pouco poder de barganha. Eles não precisam de qualificação. Os cargos são geralmente de meio período e/ou temporários sem adicionais, planos de carreira ou estabilidade, e têm alta rotatividade. Esses funcionários são desproporcionalmente mulheres imigrantes ou de grupos étnicos minoritários, que muitas vezes têm dois empregos e/ou obrigações maternas e não dispõem de tempo para participar das atividades do sindicato. (SILVER, 2005, p. 112).

Atualmente, ao analisarmos o desemprego estrutural pelo qual passa o país, que segundo o IBGE (2021) são mais de 14 milhões de desempregados, observamos que os trabalhadores do setor de serviços, como serviços gerais, sequer supõem utilizar o poder de barganha, pois o exército industrial de reserva somente aumenta e os postos de trabalho estão em refluxo. Visto por parâmetros e conceituação marxista, o exército industrial de reserva no Brasil é composto por “pessoas sem emprego ou no subemprego que totalizam 92,1 milhões de pessoas”, em 2021.

Essa fatia que totaliza 43,65% da população do país constitui um exército de reserva por ser força de trabalho potencial. Estão aptos a ingressarem na força de trabalho ativa e, por esse motivo, impulsionam para baixo as condições de trabalho e de remuneração de todos aqueles que se encontram no exército de trabalho ativo. (ILAESE, 2021, p. 10).

Figura 2 – Empregados, subempregados e sem empregos em 2020 (em mil pessoas).



Fonte: Dados da PNAD e RAIS-MTE organizados por ILAESE (2021).

De acordo com o ILAESE (2021, p. 10), “quando o exército industrial de reserva se torna tão numeroso, existe uma pressão para redução geral das condições mínimas de trabalho, garantidas pelo Estado”. Ademais, surge outra questão: a suposta qualificação necessária para arranjar uma ocupação que, no cenário atual, está baseada em competências (veremos mais adiante).

Segundo Vendramini (2020, p. 381-382):

A educação se constitui numa das dimensões da reprodução social, ou seja, da reprodução de uma força de trabalho instruída, disciplinada, produtiva, com qualidades competitivas, flexível e adaptável ao mercado de trabalho. No caso dos migrantes, observamos que após se instalarem no novo local, conseguem trabalho e moradia, preocupam-se com a educação, sua ou de seus filhos. A EJA tem-se apresentado como a modalidade que permite de alguma forma conciliar o estudo com o trabalho, ou com as idas e vindas dos migrantes, os quais enfrentam dificuldades cada vez maiores de se fixar num mesmo local.

Inferimos, assim, que a educação é um dos principais elementos da reprodução social e parte da contradição do capitalismo, porque a educação não é a salvadora e que vai emancipar os trabalhadores, mas também sem ela não há possibilidade de superação do sistema da barbárie. Assim trabalho e educação imbricam-se, podendo ser excludentes um ao outro ou complementares. Excludentes, porque para os migrantes forçados a questão central é ter trabalho e seguir no processo de escolarização também. Contudo, o que vimos na pesquisa é que o estudo pode concorrer com o trabalho e por uma questão de sobrevivência, eles se “evadem” da escola.

### 3.1 A MIGRAÇÃO NO CONTEXTO DA RELAÇÃO ESCOLARIZAÇÃO-QUALIFICAÇÃO

A partir da literatura da área, pesquisas e estudos, observamos que os migrantes se movem em busca de melhores condições de vida e trabalho, sendo essa relação atrelada à questão da qualificação.

Nas pesquisas do grupo TMT/UFSC, realizadas a partir da pesquisa matricial que fora coordenada pela professora Luciana Pedrosa Marcassa, desde 2015, intitulada “Juventude pobre e escolarização”<sup>37</sup>, nas escolas de Florianópolis, mais precisamente no Maciço do Morro da Cruz, evidenciou-se que a juventude estava migrando do campo para a cidade, de

---

<sup>37</sup> Ver mais no livro: MARCASSA, Luciana P.; CONDE, Soraya F.; DALMAGRO, Sandra L. (orgs.). **Juventude pobre e escolarização: trabalho, cultura e perspectivas de futuro nos territórios do Maciço do Morro da Cruz.** Florianópolis: Em Debate, 2019.

determinadas regiões do país para Florianópolis, principalmente em busca de melhores condições de vida, tendo a perspectiva de trabalho e seguir no processo de escolarização. Contudo, a realidade demonstrou que muitos haviam parado os estudos por vários motivos e, dentre estes, a questão de ter que trabalhar e não suportar as longas jornadas de trabalho e produção de valores de uso (trabalho doméstico).

Em pesquisa realizada por Queiroz (2018) com trabalhadores terceirizados da área da construção civil - migrantes e homens que estavam trabalhando nas obras da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) – foi constatado que a qualificação desses trabalhadores não é algo central para o recrutamento. Os chefes sequer sabiam o nível de escolarização dessas pessoas. O que importava é que eram migrantes e que trabalhavam de acordo com a necessidade da obra. Como afirma Queiroz (2018, p. 128):

No que cabe à educação, de modo geral, a desqualificação e o dismantelamento da escola pública na atual conjuntura, dentro da dualidade estrutural do sistema escolar brasileiro, estão atrelados às necessidades de reprodução do modo de produção capitalista.

Ainda segundo a autora, atualmente, esse processo acontece via pedagogia das competências e, consubstanciada em Rummert, aponta que:

Nesse processo, segundo Rummert *et al.* (2011, p. 5), a pedagogia do capital-imperialismo é a pedagogia das competências que se constitui como norteador de políticas de formação e de gestão, tanto no âmbito educacional, como no controle e administração da força de trabalho. Há uma intensificação e multiplicação de relações pedagógicas, com conteúdos particulares. (QUEIROZ, 2018, p. 132).

Assim, essas duas pesquisas (QUEIROZ, 2018; MARCASSA, 2019) nos remetem a discutir o papel da qualificação no atual modo de produção capitalista, considerando o embate da luta de classes e os discursos ideológicos que buscam justificar formas remuneratórias diferenciadas para os migrantes. O nosso recorte para esta discussão terá como pano de fundo o pós-segunda guerra mundial, com a teoria do capital humano, como uma vertente da teoria da modernização. A teoria do capital humano foi elaborada sob a coordenação de Theodoro Schultz, nos EUA, a partir de 1950 (FRIGOTTO, 2003). Segundo Frigotto (2003, p. 41):

A ideia-chave é que um acréscimo marginal de instrução, treinamento e educação, corresponde um acréscimo marginal de capacidade de produção. Ou seja, a ideia de capital é uma “quantidade” ou um grau de educação e de qualificação, tomado como indicativo de um determinado volume de conhecimentos, habilidades e atitudes adquiridas, que funcionam como potencializadoras da capacidade de trabalho de produção. Desta suposição deriva-se que o investimento em capital humano é um dos mais rentáveis, tanto no plano geral do desenvolvimento das nações, quanto no plano da mobilidade individual.

Essa compreensão por parte da burguesia sobre a qualificação para a classe trabalhadora esboça que se o sujeito se qualificar cada vez mais, terá mais oportunidade de

trabalho, melhores salários e acesso a certo padrão de consumo (bens). Contudo, tal forma mostra-se fragmentada (capitais variados), pois não considera a base material das relações de produção no capitalismo. Ou seja, não é tendo mais estudo (tempo e qualificação) que o sujeito terá trabalho ou melhores salários, podemos ver isso nos dados sobre o desemprego no Brasil, que vem aumentando, inclusive entre os mais qualificados (ILAESE, 2021).

Entendemos a educação como uma prática social, uma atividade humana, que é uma relação social, baseada na materialidade da produção e reprodução da vida. Portanto, contrapomo-nos à teoria do capital humano por compreendermos que essa é uma teoria conservadora e que somente favorece o capitalismo, uma vez que tenta encobrir e fragmentar a realidade em partes desconexas, ou em capitais, exemplos: capital humano, capital cultural.

No caso brasileiro, segundo Frigotto (2003), um exemplo da aplicabilidade de tal teoria foi a experiência do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL)<sup>38</sup> durante a ditadura civil-militar (1964-1985). Esse programa de alfabetização prioriza a instrumentalização técnica rudimentar, como saber “desenhar o nome”, fazer uma conta simples. O método de Paulo Freire contrapõe-se, por entender que a alfabetização e o letramento devem elevar o senso crítico do ser humano para que o mesmo saiba ler, interpretar e atuar sobre a realidade. Ressaltamos que o MOBRAL foi destinado, principalmente, aos grandes rincões de pobreza espalhados pelo Brasil como o Norte e o Nordeste, assim como, os interiores mais longínquos dos grandes centros urbanos.

Ao trazermos algumas análises sobre as políticas educacionais adotadas no Brasil, o fazemos na perspectiva de termos um melhor entendimento também sobre os caminhos da nossa pesquisa, na Educação de Jovens e Adultos, em Florianópolis/SC. Em um primeiro momento, devemos entender qual a função da EJA para o estado:

A Educação de Jovens e Adultos - EJA é uma modalidade de ensino criada pelo Governo Federal que perpassa todos os níveis da Educação Básica do país, destinada aos jovens, adultos e idosos que não tiveram acesso à educação na escola convencional na idade apropriada. Permite que o aluno retome os estudos e os conclua em menos tempo e, dessa forma, possibilitando sua qualificação para conseguir melhores oportunidades no mercado de trabalho. (site [educamaisbrasil.com.br](http://educamaisbrasil.com.br))<sup>39</sup>.

Inferimos, portanto, que a EJA integra a teoria do capital humano, pois atrela escolaridade com melhor qualificação para o trabalho. Ao desenvolvermos o grupo focal

---

<sup>38</sup> O Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) foi um órgão do governo brasileiro, instituído pelo decreto nº 62.455, de 22 de março de 1968, conforme autorizado pela Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967 durante o governo de Emílio Garrastazu Médici no Regime Militar. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbete-tematico/movimento-brasileiro-de-alfabetizacao-mobral>. Acesso em: 25 mar. 2022.

<sup>39</sup> Disponível em: [www.educamaisbrasil.com.br](http://www.educamaisbrasil.com.br). Acesso em: 6 abr. 2022.

(como veremos mais adiante), observamos que o entendimento dos frequentadores da EJA coaduna-se com essa perspectiva, qual seja, da educação como fator para o sucesso ou o fracasso na questão do trabalho. Assim, a responsabilidade da educação para o êxito ou não do indivíduo, torna-se mais complexa do que aparenta. Isso se apresenta quando as pessoas acreditam que se tiverem “muita educação” logicamente vão ter mais mobilidade na sociedade capitalista.

Essa é uma perspectiva extremamente danosa para a classe trabalhadora, uma vez que se aposta tudo no “poder da educação”, desconsiderando as relações sociais de produção a partir da análise da expropriação e acumulação capitalista. Com isso, não estamos negando o potencial da educação como um instrumento para transformação social. Porém, observamos que a educação está ligada a uma materialidade concreta em determinado contexto histórico, que se traduz na forma como a humanidade tem produzido a sua existência. Desse modo, Mészáros (1981, p. 260) aponta que:

Além da reprodução, numa escala ampliada, das múltiplas habilidades sem as quais a atividade produtiva não poderia ser realizada, o complexo sistema educacional da sociedade é também responsável pela produção e reprodução da estrutura de valores dentro da qual os indivíduos definem seus próprios objetivos e fins específicos. As relações sociais de produção capitalistas não se perpetuam automaticamente.

Essa assertiva traz uma reflexão atual e pertinente para entendermos o papel da educação e, principalmente, do sistema educacional na perpetuação do capitalismo como modo de produção da vida. Isto é, o sistema capitalista não prescinde de um sistema de educação. Pelo contrário, há um projeto de educação para que os seus valores sejam introjetados nas massas, de tal forma que molde a classe trabalhadora para satisfazer as necessidades do capital.

Dessa forma, acreditamos que combater a teoria do capital humano e seus desdobramentos como a teoria do capital social torna-se central para qualquer possibilidade de ruptura para com a ordem atual.

A relação que se estabelece entre a “teoria do capital humano” e a “teoria do capital social” está na concepção de que investir em pessoas, na capacitação da força de trabalho mais competitiva, reflete na melhoria das condições de trabalho e no aumento da produtividade que, conseqüentemente, vai refletir na melhoria da qualidade de vida do indivíduo e de sua família, reduzindo os “problemas sociais”, uma vez que se desenvolve a capacidade de controlar os “ativos” sociais ou de gerar “capital social”. (MOTTA, 2007, p. 186).

Como aponta Silva (2005), a migração é um processo social, marcado por quem vai e quem fica. As formas de expropriação que desencadeiam a migração se dão desde a expulsão

dos pequenos agricultores das suas terras por poderosos latifundiários e empresas capitalistas — o agronegócio, a grilagem de terra, os assassinatos e os demais conflitos no campo, como nos aponta a CPT (2021).

Quando esses migrantes chegam a algum lugar, pois nem sempre acontece de permanecerem no primeiro destino, portanto, tendo que se aventurar em outros locais, ainda precisam disputar os postos de trabalho/ocupações entre si e entre as pessoas do lugar, sendo os migrantes os mais desfavorecidos. E quando recebem o salário, ainda o recebem de forma diferenciada a depender de qual região pertençam (SILVA, 2005).

Essas questões, que tanto podem acontecer no campo quanto na cidade, afetam sobremaneira a vida do trabalhador migrante. Porque quem migra deixa e leva também ausências, se desenraiza, deixa o saber local daquela comunidade que também produz conhecimento. Quem fica, sobretudo, fica com a ausência e também com todas as angústias que esse processo pode gerar.

Ainda segundo Silva (2005), a situação das mulheres migrantes e negras é ainda pior, primeiro por serem mulheres, cuidadoras da família, mães, mulheres que muitas vezes foram abandonadas por seus parceiros, que também migraram e nunca mais voltaram. A depender da situação, as mulheres encontram-se em extrema condição de miserabilidade e se veem impelidas a migrar, às vezes tendo de deixar os filhos para trás. Nessas situações, o preço a pagar é alto, pois são consideradas egoístas, irresponsáveis. Em síntese, mulheres marcadas pelo machismo e, por conseguinte, pelo patriarcado. Muitas que não conseguem migrar acabam enlouquecendo devido à situação de miséria na qual estão expostas e, se forem mulheres pretas, piora a condição. Assim, vemos que as questões de etnia/raça e de gênero afetam violentamente as mulheres, em geral.

As que migram para as cidades de médio e grande porte, quando não, para o trabalho na zona rural (canaviais, por exemplo), conseguem ocupações simples, principalmente de empregada doméstica, diarista, faxineira, outros serviços gerais. Muitas na informalidade, sem direitos trabalhistas, sem carteira assinada (SANTOS, 2020).

Destarte, se em um primeiro momento a condição de migrante é manter-se vivo, homens e mulheres, então o trabalho/ocupação é a sua luta diária. Concomitante a esse ponto central, o homem e a mulher migrante buscam moradia, buscam inserir-se de novo ou pela primeira vez no sistema educacional.

Nesse aspecto, a EJA/ Florianópolis, por meio da Secretaria Municipal de Educação, contempla os segmentos do Ensino Fundamental I (Anos Iniciais) e II (Anos Finais) e o estado com o ensino médio da EJA, como veremos no capítulo seguinte. Aqui nos interessa

compreender esse processo de migração-escolarização da classe trabalhadora na EJA, não somente em Florianópolis, por isso, dialogamos com Frochtengarten (2009) e Silva (1999, 2005).

As similaridades entre as pesquisas são o estudo da migração da classe trabalhadora, condições de vida e os agentes da migração serem, preferencialmente, do sul da Bahia. Esses fatores permeiam as três pesquisas. Sendo que a de Frochtengarten e a nossa concentram-se na EJA. A dele em São Paulo e a nossa em Florianópolis, em períodos distintos, 2009 e 2021, respectivamente. Em São Paulo é um curso supletivo por iniciativa popular que tem uma taxa módica e fica em bairro nobre (onde o público do supletivo trabalha) e a nossa é pela Secretaria Municipal de Educação.

Especificadas essas diferenciações, na essência os problemas se assemelham, mesmo considerando as especificidades das migrações sudeste-sul. Os locais de moradia são as zonas periféricas das cidades, favelas, locais relegados pelas políticas públicas pelo poder público. Fora isso, a adaptação ao novo território, por vezes para os mais jovens, passa pela negação da cultura da qual é oriundo. Então, muda-se o jeito de falar, de se vestir, de se comportar de uma forma em geral para possivelmente ser aceito nos novos grupos sociais.

A escola, no caso a EJA, pois estamos acompanhando uma juvenilização (MARCASSA *et al.*, 2019) desse segmento, uma vez que jovens de 15 anos podem matricular-se na EJA, muitas vezes devido a quantidade de reprovação e indisciplina no ensino regular os impelem a procurar uma formação mais aligeirada até mesmo para compatibilizar com o trabalho.

Na pesquisa de Frochtengarten (2005), o público pesquisado foi de pessoas mais velhas, que ou estavam retomando o processo de escolarização, ou era a primeira vez que tinham acesso à escola. Então, esse percurso formativo agregava pessoas que não tinham passado por escola alguma, como aqueles que por motivos diversos já tinham passado por várias escolas e em lugares diferentes. Um paralelo com a nossa pesquisa, que nos grupos focais a maioria era de jovens, muitos traziam a referência de que em casa os familiares também não haviam terminado os estudos por diversos motivos, como gravidez, ter que trabalhar, dentre outros.

Ao cotejarmos com os apontamentos de Vendramini (2020, p. 380), que são:

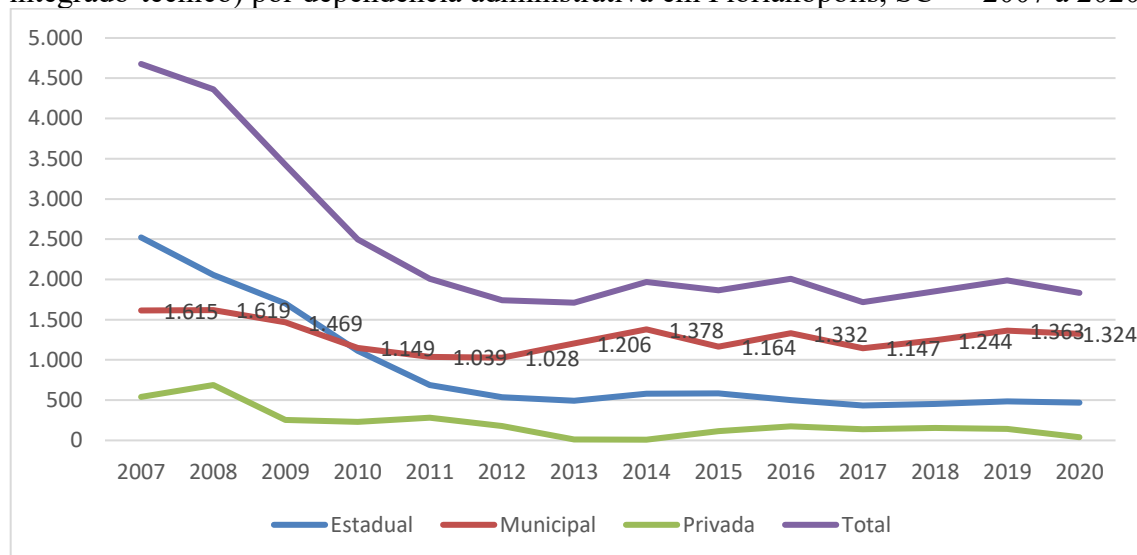
Partimos do pressuposto que a situação dos jovens e adultos migrantes revela um percurso de expulsões, seja do seu local de vida e trabalho ou da escola. Isso significa afirmar que o fenômeno da crescente expulsão de trabalhadores é acompanhada de mecanismos internos e externos de expulsão dos estudantes da escola, o qual aparece ocultado no termo abandono escolar. Podemos observar esta questão nos itinerários escolares de jovens trabalhadores migrantes marcados por

interrupções, reprovações, rotatividade de escolas, de turno e de modalidades educativas

São argumentos que demonstram que há uma dinâmica de migração forçada, uma vez que os trabalhadores estão à procura de trabalho e que veem a escola, no caso a EJA, como um meio de continuar o processo de escolarização, arcado por rupturas e retomadas, às vezes em lugares distintos, como é o caso dos migrantes do Nordeste que se deslocam para o sul do Brasil.

Conciliar migração e escolarização torna-se um desafio difícil de ser alcançado, sendo a escola considerada um “luxo” diante do que vivenciam os migrantes para reproduzirem a vida. Alimentam sonhos, querem cursar faculdade. Contudo, a EJA, infelizmente, encontra-se em lugar marginalizado dentro do sistema educacional. É um paradoxo, pois ao mesmo tempo em que para os trabalhadores migrantes terem uma vida melhor, um trabalho melhor, eles precisam da escola, no caso da EJA. Cabe ressaltar que as escolas de EJA têm sido reduzidas (Figura 4) em Florianópolis, segundo nos informou de forma oral a Secretária Municipal de Educação por estarem tendo menos demanda de matrícula e isso provocou uma reorganização na gestão da EJA. Isso em 2018. Vejamos o gráfico na figura abaixo, no que tange a matrícula.

Figura 3 – Número de matrículas, etapas e modalidades de ensino por segmento (EJA - Ensino Fundamental, EJA - Ensino Médio, EJA – Ensino Fundamental e Ensino Médio integrado-técnico) por dependência administrativa em Florianópolis, SC — 2007 a 2020.



Fonte: Elaborado pela autora com os dados organizados pelo Laboratório de Dados Educacionais a partir dos microdados do Censo Escolar/INEP 2007–2020.

Em relação a 2009, o número de matrículas tem decrescido, analisando o segmento municipal. Ainda segundo a informação da Secretária Municipal de Educação, o ano de 2018



teve uma redução se comparado ao de 2017. Ademais, essa figura não trata da evasão, ou seja, trata somente daqueles estudantes que se matricularam nas próprias escolas de EJA em Florianópolis. Quanto ao recorte da nossa pesquisa, que vai de 2018–2021, observamos que o número de matriculados mantém-se estável. No geral, em relação aos segmentos estadual, privada e municipal, observamos uma queda acentuada.

Atentemo-nos que muitos terão apenas a escola formal como o lócus para aquisição do saber organizado e científico, portanto, acreditamos que essa é uma questão a ser analisada. Frochtengarten (2009) observou que muitos migrantes procuram trabalho antes de procurarem a escola, pois se trata de migrações forçadas, nas quais o migrante precisa sobreviver. Então, a escola e o seu processo de escolarização ficam relegados a segundo plano, quando conseguem algum trabalho.

Se o direito ao processo de escolarização é considerado um “luxo”, imaginemos como ficam os direitos ao lazer, à saúde, aos espaços públicos, aos cinemas, aos teatros, dentre outros? Simplesmente não ficam! Com isso queremos alargar que o conceito de produção e reprodução da vida não diz respeito somente a nascer, trabalhar e sobreviver. Entendemos que há outros aspectos que compõem a vida das pessoas e que tais elementos estão sendo negados, tornando, assim, a humanidade empobrecida material e culturalmente e a juventude sem referências e perspectivas.

No modo de produção capitalista, as relações sociais são marcadas pelas questões de gênero, raça/etnia e classe (SILVA, 1999) e a condição de migrante forçado agudiza ainda mais essas relações, sendo regra a desigualdade, as condições insalubres de vida, os trabalhos precários e mal remunerados e a baixa escolarização. Quando Silva (1999) nos apresenta tão bem as expropriações no campo já aponta pistas, sem ser determinista, para a vida migrante como uma vida difícil.

Um ponto a ser considerado sobre a questão da escolarização e migração no bojo dessas dificuldades é a questão da alfabetização/qualificação para o mundo do trabalho, uma vez que esses trabalhadores são pouco escolarizados. Isso traz defasagens de conhecimentos em relação às ocupações/trabalho e isso, geralmente, é explorado pelo mercado, pois tende a baratear o preço da força de trabalho. Então, tudo o que leva as pessoas à EJA, como distorção idade-série, abandono escolar durante a vida por diversas situações, inclusive de trabalho, dificuldades na aprendizagem. Tudo isso é aprofundado e os trabalhadores tendem a se culpabilizar, como se fosse uma questão individual.

Ademais, como o Brasil é um país continental, o ensino não é igual em todo o território nacional, muito menos as condições estruturais, isso tanto em São Paulo quanto em

Manaus. As diferenças acontecem às vezes na própria cidade, na região, ou seja, não podemos conferir que todos tenham a mesma relação ensino-aprendizagem. E como o capitalismo é marcado por desigualdades, elas também acontecem na educação, já que a educação é uma relação social que acontece no modo de produção capitalista.

Dalmagro *et al.* (2019) abordaram a questão do trabalho precário, da violência e da marginalização de estudantes da EJA em Florianópolis/SC, abarcando também a questão de migrantes em um núcleo de EJA no centro da cidade. Esmiuçaram a disputa pelo território da escola, pois a mesma fica em área nobre, e desenvolveram grupos focais e entrevistas, ou seja, trouxeram elementos para analisar a classe trabalhadora pobre e que tenta estudar.

As condições apontadas são geralmente as mesmas, infelizmente o trabalho compete com os estudos e, se for mulher, ainda tem os afazeres domésticos. Assim, a jornada de trabalho torna-se extensa e intensa, chegando a ser tripla. Essa jornada, no caso dos estudos, compromete a qualidade e a frequência nas aulas por uma questão de esgotamento físico. Voltemos a Oliveira (1973), esse é o gasto de energia que não se repõe e que torna a reprodução da vida social extremamente desgastante e que impossibilita a vida para a emancipação humana.

A falta de perspectiva para a juventude, que estudava no período diurno, na pesquisa de Dalmagro *et al.* (2019), evidenciava-se no acesso a armas e drogas, por exemplo, como em alguns relatos. Então, como na EJA menores de idade podem estudar, não era raro encontrar alguns que são acompanhados pelo Conselho Tutelar. Há ainda relatos de brigas e consequentemente, expulsões da escola desses jovens. E, pelas entrevistas, eles entendem que fizeram opções erradas e que isso traz prejuízos para a sua vida, como na possibilidade de melhores trabalhos/ocupações e/ou melhor remuneração.

Vendramini (2017, 2020) tem pesquisado a questão da migração e escolarização, sendo que as discussões e resultados têm apontado para a contradição entre estudar para ter melhores condições de vida (como trabalho e remuneração) ou trabalhar para poder se manter. Essa contradição demonstra que, na reprodução social do modo capitalista, estudar e trabalhar podem ser concorrentes, devido às condições de vida da classe trabalhadora migrante. Os estudos têm abarcado toda a EJA de Florianópolis/SC, considerando, sobretudo, a migração interna. Dados como moradia, renda familiar, local de origem, data de nascimento, dentre outros índices, têm auxiliado a compreender na totalidade o segmento da EJA/Florianópolis.

O trabalho de Silva (2017) dialoga com Vendramini (2017), pois parte dos estudos sobre trabalho, educação e migração, com enfoque na juventude, em pesquisa realizada de 2014–2015, a partir da relação escola e trabalho, na EJA, desmitificando Florianópolis/SC

como sendo a “Ilha da magia”. A juventude pobre é bastante otimista e esperançosa, que, segundo Silva (2017, p. 167), possui “a crença na escola como meio que poderá ajudá-los no trabalho, desde o relacionamento laboral até a conquista de um emprego é alta; e ligeiramente mais alta entre os homens”.

O que temos, mais uma vez, é o fenômeno contemporâneo da migração da classe trabalhadora e o seu processo de escolarização em condições extremamente adversas. Temos acompanhado, em Florianópolis, um crescente quadro migratório (veremos mais adiante) que deposita na EJA a esperança de conseguir acessar uma vida melhor, mesmo reconhecendo que, nessa modalidade, os conteúdos são mais aligeirados. Relatam que as avaliações são mais fáceis, a aprendizagem se dá por projetos e que não há um preparo efetivo para o vestibular (DALMAGRO *et al.*, 2019).

A reprodução social é muito mais que escola e trabalho, pois envolve a cultura (sentido amplo), o lazer, a saúde, a mobilidade, a moradia, o acesso aos espaços públicos, dentre outros. Contudo, o que se observa para o migrante é que as dimensões da vida são limitadas ao trabalho, aos afazeres domésticos e, quando conseguem, à escola. Ou seja, são alijados, inclusive, de conhecer a cidade na qual estão morando, mesmo que temporariamente. Os relatos das pesquisas as quais tivemos acesso demonstram que o espaço que eles mais têm contato é a igreja.

Dessa maneira, observa-se pouquíssima participação em movimentos sociais e demais organizações, o que significa que há um distanciamento entre organização política e migrante, o que pode implicar nas condições de precariedade social (DALMAGRO *et al.*, 2019), termo usado para designar as duras condições nas quais vivem e reproduzem a vida.

O processo de escolarização dos trabalhadores migrantes é marcado por rupturas e recomeços, quase nunca no mesmo local. Quando ainda estavam no seu território, enfrentavam muitas dificuldades, como escola longe de casa, falta de professores, tempo pedagógico encurtado, falta de materiais e estrutura, geralmente salas multisseriadas. Segundo Frochtengarten (2009), muitos paravam seus estudos, pois a escola somente era até a antiga 4ª série primária. Ou seja, os estudantes tinham que ir para a cidade estudar, o que geralmente não era possível.

Em um dos períodos mais severos para a Bahia, a seca de 1951-1953, ocasionou um grande contingente migratório para o sul do país, sendo considerada uma das maiores migrações da história. Famílias movidas pelo desespero de não conseguir mais produzir sua vida naquele local, tiveram que migrar, sem apoio, saindo do campo para a cidade e, na maioria dos casos, sem saber ler e/ou escrever. Nem sempre os migrantes, mesmo sendo da

mesma localidade, se conhecem ou ficam no mesmo local. Frochtengarten (2009) ainda aponta que traços do rural se mostram na cidade, quando nas ocupações de terrenos, há construção de galinheiros e plantações nos quintais.

Conceitos como desenraizamento são desenvolvidos em contraposição ao enraizamento, propostos por Simone Weil e apontados por Frochtengarten (2009, p. 96). O enraizamento é talvez a necessidade mais importante e mais desconhecida da alma humana. É uma das mais difíceis de definir. O ser humano tem uma raiz por sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro.

Inferimos, portanto, que em relação à migração, o desenraizamento é essa ausência na vida da sua comunidade, da família, daquela região. É a redução gradativa do sentimento de pertencimento ao seu lugar de origem. Assim, a cultura migratória, como analisada por Frochtengarten (2009) a partir de Sayad, aponta que há contradições entre o imaginário e a experiência da migração. Em outros termos, é o tensionamento entre o ideal e o real, a experiência propriamente dita.

O partir e o ficar e/ou retornar envolve a todos, tanto os que partem quanto os que ficam. A migração também é parte da reprodução social, no modo de produção capitalista, sendo que a falta de trabalho corrobora muito para essa cultura da migração. A escola torna-se uma necessidade para os migrantes que já estiveram na escola, quanto para aqueles que nunca tiveram acesso. Ou seja, a relação trabalho-escolarização deve ser compreendida na totalidade da reprodução da vida da classe trabalhadora.

Os médios e grandes centros exigem habilidades que envolvem a leitura e a escrita, em síntese, a alfabetização. Nesse ponto, a escola é instada a desenvolver o seu papel na formação dessas pessoas e a EJA tem sido a modalidade procurada para que essa certificação aconteça. Isso pode permitir que os trabalhadores encontrem ocupações/trabalhos tanto na informalidade (maioria) quanto na formalidade (número bem reduzido). Salientamos que muitos migrantes enviam dinheiro para as famílias que ficaram, como nos foi dito nos grupos focais.

Esse auxílio é fundamental para a manutenção da família, principalmente em épocas de seca e demais adversidades. Isso não quer dizer que o migrante tem vida fácil ou se torna rico ao migrar, pelo contrário, vive em condições muito duras, mas sabe que da sua migração depende também a família. Não é raro que homens migrem para trabalhos sazonais, chegando às vezes a ficarem dois anos sem ver a família, tudo isso para poder manter os seus existindo.

Portanto, diante do exposto, ao mesmo tempo em que estudar é necessário, também é secundário, sendo uma relação conflitiva. Porque se o migrante precisa estudar para ter possibilidade de melhores ocupações/trabalho, também é verdade que precisa continuar produzindo a vida e isso requer a total disponibilidade para o capital, que no caso se escamoteia sob o nome de trabalho.

Então, o trabalhador que migra se vê impelido a ter que estudar e cada vez mais são trabalhadores jovens que são empurrados para a EJA. Com isso percebemos que, devido à própria dinâmica dessa modalidade, é extremamente difícil garantir que os conteúdos científicos clássicos necessários para uma boa formação humana sejam organizados, sequenciados, dosados e passados no tempo/espaço da EJA. O que compromete sobremaneira a qualidade da formação e, portanto, das habilidades que permitam o letramento mais completo.

É necessário mencionar que muitos trabalhadores migrantes não têm a tradição, no seu núcleo familiar, de ter pessoas alfabetizadas e/ou letradas. Na pesquisa de Frochtengarten (2009), por exemplo, os entrevistados citam que não conviviam com pessoas que tivessem o hábito de ler livros e tampouco conviviam com livros. Ou seja, o material impresso é uma raridade.

E mesmo na era das novas tecnologias da informação e comunicação, não é todo mundo que pode adquirir celulares e computadores, por exemplo. Há locais que sequer há sinal de internet e/ou bibliotecas.

Segundo dados do Censo Escolar de 2019, apenas 29,1% dos alunos do ensino fundamental e 61,9% do ensino médio da Rede Pública têm acesso à internet em suas escolas. Para ações de ensino e aprendizagem, são 37,2% e 66,2% respectivamente. (COLEMARX, 2020, p. 17)<sup>40</sup>.

Então, para essas pessoas, a comunicação está baseada na tradição oral, nos costumes, hábitos, dentre outros elementos. Há locais em que a história de vida de cada geração é passada via oralidade, pois o processo de escolarização formal é inexistente ou funciona precariamente. Essa tem sido uma dura realidade para os que ficam nos locais de origem e não migram.

Aos que partem, diante dessas condições, a realidade encontrada na cidade é diferente, principalmente nas de médio e grande porte. A reprodução social envolve outros

---

<sup>40</sup> COLEMARX. **Em defesa da educação pública comprometida com a igualdade social**: porque os trabalhadores não devem aceitar aulas remotas. Rio de Janeiro: UFRJ, 2020. Disponível em: <https://colemarx.educacao.ufrj.br/wp-content/uploads/2020/09/Colemarx-texto-cri%CC%81tico-EaD-2.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2022.

tipos de habilidades. Silva (2019) demonstra que a capital de Santa Catarina, Florianópolis, conhecida como “Ilha da magia”<sup>41</sup>, apesar do apelido místico que pode remeter a um lugar mágico, rico, da eterna felicidade, não é assim para todos. Aliás, o é para pouquíssimos e, no caso dos migrantes forçados, a realidade é ainda mais dura aos considerarmos, por exemplo, o clima. Para quem vem do Nordeste ou do Norte, a severidade do inverno em Florianópolis é assustadora.

Como Silva (2019) demonstra na pesquisa, os jovens migrantes encontram muitas dificuldades de adaptação, seja para encontrar trabalho, moradia e escola. Assim, as jornadas de trabalho são longas e exaustivas, a maioria não consegue tempo para estudar os conteúdos ministrados nas aulas, reduzindo, assim, o aprendizado ao tempo em que está na escola. Devido à exaustão, muitos dormem durante as aulas, o que compromete o aprendizado.

A vida em Florianópolis é cara, mas quando perguntamos aos migrantes se eles desejam voltar para suas terras de origem, a resposta é negativa, pois dizem que aqui eles têm mais oportunidades, inclusive de aumentar sua escolarização, via EJA, e o certificado de conclusão do ensino fundamental já é um feito considerável. A continuidade da EJA no ensino médio não foi nosso objeto de estudo.

Ao considerarmos o exposto, parece-nos que trabalho e escolarização são complementares, mesmo considerando as inúmeras dificuldades de conciliá-los. Contudo, a análise não pode ser feita de forma mecânica, tampouco determinista, pois incorreríamos no risco de apontar que quanto mais estudo, melhor o trabalho e a remuneração. Entretanto, a realidade demonstra que a preocupação na reprodução social é a acumulação capitalista. Ou seja, a mercadoria força de trabalho deve ser analisada por aquilo que pode gerar, o que significa o mais-valor. Então, o capital não está preocupado com a situação do migrante, mas precisa dele enquanto parte do exército industrial de reserva. Quando não é necessário nem para ser parte desse exército, o migrante é considerado excedente. Nesse ponto, o migrante tenta sobreviver e às vezes, para tal, necessita voltar à terra natal para tentar reconstruir a sua vida ou para passar algum tempo até ter condições para migrar atrás de trabalho em outros locais.

Nessa dinâmica, seguem os estudos, com rupturas, expulsões, retornos, quase sempre fora da idade regular, quase sempre recomeçando. A escola é um ponto de socialização importante, tanto para adquirir conhecimentos quanto para o convívio com outras pessoas e a

---

<sup>41</sup> Florianópolis ganhou a denominação de “Ilha da magia”, contudo, a realidade demonstra um grande número de migrantes trabalhando no mercado informal, o preço dos aluguéis está muito caro, a cesta básica é uma das mais caras do país e que a propalada qualidade de vida é para poucos.

EJA atende a esses propósitos, mesmo com as limitações que a mesma tem, pois tem uma dinâmica muito própria.

No próximo capítulo, adentraremos especificamente na questão dos migrantes matriculados na Educação de Jovens e Adultos em Florianópolis/SC.

#### 4 MIGRANTES NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM FLORIANÓPOLIS: O CASO DOS BAIANOS NA “ILHA DA MAGIA”

*Triste Bahia oh, quão dessemelhante  
A quem ti tocou-te a máquina mercante  
Quem tua larga barra tem entrado  
A mim vem me trocando e tem trocado  
Tanto negócio e tanto negociante.<sup>42</sup>*

O poema “Triste Bahia” do baiano Gregório de Matos (1636-1696), também conhecido como Boca do inferno, critica duramente a situação social e econômica da Bahia. A partir do excerto, identificamos que o sistema do capital já vai se fazendo presente e instituindo sua lógica de acumulação. A partir desse mote pretendemos dialogar sobre como no século XXI, no modo de produção capitalista, a Bahia tem expulsado sua gente na sanha da expropriação e acumulação capitalista.

Esta pesquisa foi desenvolvida, como mencionado anteriormente, no âmbito das pesquisas do Núcleo de Estudos sobre as Transformações no Mundo do Trabalho - TMT/UFSC e do subgrupo Migração e Educação, tendo como base o estudo sobre a relação capital-trabalho-educação. Assim, partimos de pesquisas no âmbito do Núcleo que abordaram as relações entre trabalho, migração, reprodução social e educação (VENDRAMINI, 2017, 2020); o tema da infância e migração (ALCUBIERRE, 2017); migrantes nordestinos trabalhadores da construção civil (QUEIROZ, 2018); migrantes mulheres na EJA (GARCIA, 2017); migração e ocupações urbanas (SILVA, 2019); migração e jornada de trabalho (PEREIRA, 2020); reprodução social de migrantes (SILVA, 2022); estudantes migrantes na EJA (NASCIMENTO, 2021). O panorama traçado demonstra que a temática da migração é dramaticamente atual, presente no município de Florianópolis e nos espaços educativos, entre eles, a Educação de Jovens e Adultos.

A EJA está organizada em núcleos que são definidos com base nas regiões em que se encontram as escolas, já os polos, por sua vez, correspondem às unidades de ensino onde é oferecida a modalidade. Atualmente, a EJA está presente nas cinco regiões do município,

---

<sup>42</sup> Música: Triste Bahia (1972). Compositores: Caetano Emmanuel Veloso / Gregório Mattos, baseado no poema Triste Bahia escrito em meados do século XVII e tendo algumas passagens musicadas por Caetano Veloso em 1972.



constituída por vinte e seis polos, os quais estão inseridos em dez núcleos divididos em Centro 1, 2 e 3, Continente 1 e 2, Sul 1 e 2, Norte 1 e 2 e Leste 1.

No caso da nossa pesquisa, indagamos preliminarmente, sobre o local onde se concentrava o maior número de migrantes baianos, sendo identificado o norte da Ilha, particularmente o Polo de Ingleses. Consultamos as fichas de matrícula dos estudantes com dados sobre local e data de nascimento, nos anos de 2018, 2019, 2020 e 2021; também tivemos acesso às fichas físicas de matrícula do ano de 2018 com informações sobre trabalho, renda, moradia, entre outros.

Realizamos dois grupos focais com estudantes migrantes da EJA de Ingleses (conforme o roteiro no Apêndice). No primeiro, direcionamos o foco para a história do migrante, de onde veio, quantas vezes já tinha migrado, como era a vida e o trabalho no local de origem. No segundo grupo, adentramos na questão do trabalho, moradia, processo de escolarização e perspectivas de vida em Florianópolis.

A realização dos grupos focais partiu dos critérios de Gaskell (2008). O objetivo do grupo é possibilitar e valorizar a expressão dos sentimentos, percepções, atitudes e ideias dos participantes a respeito de determinado assunto, gerando assim maior possibilidade na diversidade e profundidade de respostas. O que resulta na probabilidade de elaboração e reflexão para além do somatório das respostas individuais.

Para a composição do grupo focal passamos nas salas de aula com antecedência, convidando os estudantes migrantes a participar. Assim, formamos um grupo focal com 22 pessoas, além de quatro membros da equipe de pesquisa. Sentados em círculo, em uma das salas de aula que nos foi concedida pela coordenação do Núcleo de EJA, nós do grupo de pesquisa conduzimos a atividade, a qual foi gravada.

A seguir, apresentaremos os dados mais gerais sobre os migrantes na EJA de Florianópolis, em seguida no Núcleo de Ingleses, para depois adentrarmos nas questões mais específicas sobre a migração baiana na EJA na “Ilha da magia”.

#### 4.1 OS ESTUDANTES BAIANOS MATRICULADOS NA EJA

São muitos os migrantes que frequentam a EJA, em Florianópolis, conforme os dados da tabela abaixo, referentes ao período de 2018 a 2021.

Tabela 3- Quantidade e Origem dos Migrantes da EJA

	2018	2019	2020	2021
<b>Migrantes</b>	768	839	842	1024
<b>Nativos</b>	480	482	423	577
<b>Grande Florianópolis</b>	103	111	112	129
<b>Estado Estrangeiro</b>	33	24	16	36
<b>Não Informado</b>	246	201	125	124
<b>TOTAL</b>	1630	1657	1518	1890

Fonte: Elaboração do grupo de pesquisa migração e educação coordenado pela professora Célia Regina Vendramini.

Podemos inferir que o número de migrantes vem crescendo, como também aventamos a possibilidade de uma retomada do processo de escolarização desses retirantes. Ressaltamos que esses números são os de matrícula, ou seja, em relação à evasão que pode ocorrer durante o ano, não temos os dados. Muitas fichas de matrícula estão incompletas, sem a identificação do local de nascimento, o que leva a um número grande da categoria “não informado”.

A presença de grande número de migrantes na EJA pode ter várias explicações. Entre elas, o fato de a EJA atender a classe trabalhadora, em particular sua parcela mais empobrecida, a qual por ter que trabalhar, foi afastada da escola e teve a escolarização interrompida. Os migrantes na EJA são em sua maioria migrantes internos, os quais contam com baixa escolarização e pouca qualificação para o trabalho. Além disso, é uma modalidade oferecida em grande parte no período noturno, facilitando a conciliação com o trabalho.

Tabela 4- Região de origem dos migrantes

	2018	2019	2020	2021
<b>SUL</b>	1090	1107	995	1292
<b>SUDESTE</b>	52	63	72	81
<b>NORDESTE</b>	140	176	202	221
<b>NORTE</b>	54	70	90	109
<b>CENTRO-OESTE</b>	15	16	18	27
<b>Estado Estrangeiro</b>	33	24	16	36
<b>NÃO INFORMADO</b>	246	201	125	124
<b>TOTAL</b>	1630	1657	1518	1890

Fonte: Elaboração do grupo de pesquisa migração e educação coordenado pela professora Célia Regina Vendramini (2022).

A partir da tabela acima, observa-se a migração interna sul-sul como sendo a predominante, tendo uma decrescida no ano de 2020, mas um crescimento em 2021. Em seguida, a migração sudeste-sul, que vem crescendo, seguida pela região Nordeste com um crescimento expressivo entre 2018 e 2021. A região Norte dobrou o número de migrantes na EJA de 2018 a 2021. A região Centro-oeste vem também crescendo. Enquanto o Estado Estrangeiro<sup>43</sup> teve uma queda em 2020, mas crescendo em 2021.

Após apresentar esses dados mais gerais, adentraremos na compreensão sobre os baianos que frequentam a EJA em Florianópolis. A tabela abaixo quantifica o total desses migrantes de 2018 a 2021, vejamos:

Tabela 5 – Origem dos migrantes por Estado

	2018	2019	2020	2021
<b>SANTA CATARINA</b>	761	780	722	899
<b>RIO GRANDE DO SUL</b>	233	225	185	264
<b>PARANÁ</b>	95	102	88	129
<b>BAHIA</b>	77	80	113	116
<b>PARÁ</b>	38	56	78	92
<b>OUTROS ESTADOS</b>	426	414	332	390
<b>TOTAL</b>	1630	1657	1518	1890

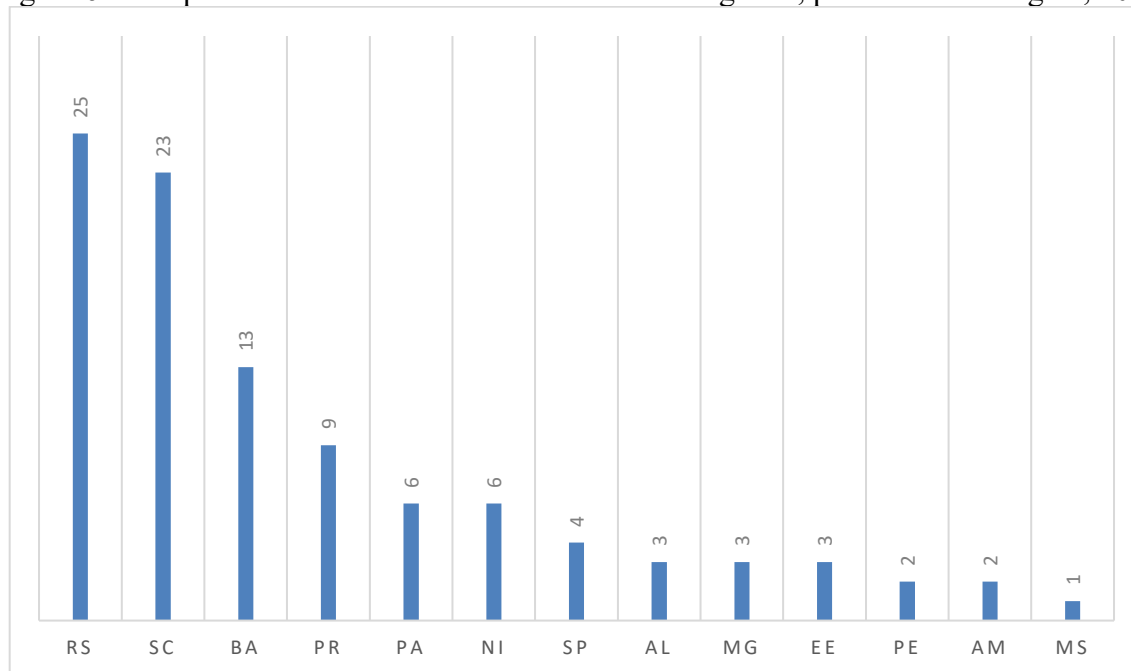
Fonte: Elaboração do grupo de pesquisa migração e educação coordenado pela professora Célia Regina Vendramini (2022).

Observamos que os migrantes da Bahia são o quarto maior grupo. Depois dos Estados da região Sul, os quais pela proximidade têm destaque na movimentação interna – intrarregional, a Bahia é o estado com maior número de migrantes na EJA do município, número que vem crescendo durante o período estudado.

Cabe mencionar que há um núcleo e um polo no norte da Ilha, um tendo como sede a **EBM Herondina Medeiros Zeferino (Ingleses), um Polo em Canasvieiras e o Polo EB Maria Tomazia Coelho (Santinho), os quais compõem o Núcleo Norte 1.** A nossa pesquisa foi desenvolvida no Núcleo de Ingleses, onde existe uma rua denominada Rua dos baianos, visto a concentração de baianos naquele bairro ou até mesmo por outros nordestinos e nortistas, pois há o preconceito em se pensar que da Bahia para cima é tudo “baiano”.

<sup>43</sup> Os migrantes estrangeiros que ultimamente têm chegado ao Brasil, como haitianos e venezuelanos, já chegam com a escolarização completa, dominando outros idiomas, inclusive. Portanto, é baixa a procura pela EJA.

Figura 6 – Frequência de estudantes da EJA Norte 1 – Ingleses, por estado de origem, 2021



Fonte: Elaboração do grupo de pesquisa migração e educação coordenado pela professora Célia Regina Vendramini. (2022)

Nota: EE –Estado Estrangeiro; NI- Não Identificado

Segundo o gráfico acima, a Bahia é o terceiro maior estado de origem dos migrantes no Núcleo Norte 1. O território que mais expulsou gente foi o que agrega os municípios do sul da Bahia, como: Gandu, Valença, Canavieiras e, principalmente, de trabalhadores oriundos da cidade de Ituberá. Na literatura sobre migrações internas, Frochtengarten (2009) e Silva (1999) também apontam nas suas obras que os trabalhadores migrantes que foram foco das suas pesquisas eram oriundos do sul da Bahia. Identificamos que, para muitos, Florianópolis não é o primeiro destino diante dessa saga migratória, tendo eles passado por outros municípios do país.

As fichas físicas de matrícula indicam que grande parte dos migrantes que chegaram à Florianópolis tem idade variando entre 15 a 65 anos, moravam com a família (entre dois e sete parentes) e de aluguel. A renda mensal variava de R\$ 700 a R\$ 2 mil, a esmagadora maioria trabalhava sem carteira assinada, sendo que alguns assinalaram que já haviam tido a carteira assinada, somente um estudante não trabalhava e não estava procurando trabalho. Diante desses dados, observamos que a força de trabalho migrante e assalariada é paga insatisfatoriamente, dificultando a reprodução da vida. Alguns têm dois trabalhos e mesmo assim a renda é baixa, tendo que dividir o valor da moradia (aluguel) com outras pessoas, que nem sempre são da família e em lugares insalubres. Em relação à moradia, Queiroz (2019, p.99) aponta que:

Desse modo, os trabalhadores migrantes, quando chegam à Florianópolis, vão atrás de aluguéis na cidade para se instalarem, principalmente em morros e periferia. A maioria dos trabalhadores acaba por se instalar nos alojamentos dos canteiros de obras que as empresas oferecem, pois representa economia para os trabalhadores, em função dos altos custos de aluguéis na cidade e também se torna interessante para as empresas, visto que alguns trabalhadores fazem a segurança nos canteiros de obras sem qualquer custo.

Nas fichas físicas de matrícula observamos que, em relação ao trabalho, as ocupações encontradas foram: repositor, servente de pedreiro, costureira, jardineiro, cozinheira, diarista, cuidadora de criança (babá), pedreiro, auxiliar de produção de sorvete, serviços gerais, açougueiro, artesão e uma pessoa estava trabalhando no programa “Jovem Aprendiz”. Dentre esses, as ocupações com maior número de trabalhadores são o trabalho como jardineiro, serviços gerais e repositor. Identificamos que são trabalhos simples e a grande questão que eles colocaram é a experiência. Ou seja, a qualificação pode ser baixa, mas a experiência com determinado tipo de trabalho é quesito fundamental.

Segundo Marx (2017), esse tipo de trabalho se configura como trabalho simples que se diferencia do trabalho complexo, aquele que, dentro da divisão social e técnica do trabalho, no modo de produção capitalista, não exige grandes habilidades e/ou alta escolarização. É o trabalho de tipo braçal, que ganha os menores salários e tem as piores condições de trabalho. Ou, segundo o autor, “ele é dispêndio da força de trabalho simples, que, em média, toda pessoa comum, sem qualquer desenvolvimento especial, possui em seu organismo corpóreo”. (MARX, 2017, p.122).

Portanto, a força de trabalho dos migrantes, em geral, é comprada no mercado de trabalho por valores abaixo dos praticados, em atividades simples e que exigem baixa escolarização/qualificação. Devido à renda mensal baixa, esta precisa ser complementada com uma segunda ocupação, “bicos” e programas governamentais, conforme observam Dalmagro, Manrique, Cataño e Katrein (2019). Entendemos que, em condições como essas, a expropriação é de toda ordem, a exploração é aprofundada, alimentada pela sanha da acumulação capitalista.

Vendramini e Pereira (2021, p. 196) apontam que:

Os trabalhadores migrantes que frequentam a EJA no município de Florianópolis/SC, conforme pesquisa que resultou neste artigo, destacam-se por: 1) frequentemente possuir mais de um vínculo empregatício; 2) longa jornada de trabalho (chegando a 12 horas/dia); 3) histórico de vida marcado por diferentes processos migratórios; 4) percurso escolar permeado por interrupções e descontinuidades.

Como mencionamos acima, o trabalhador migrante busca melhorar as condições de vida. Então, quando parte da sua terra natal e chega ao seu destino, a primeira providência é

procurar trabalho, a escola vem em seguida. Ou seja, se em determinado momento a escola é relegada a segundo plano, em outro ela é retomada na expectativa de melhoria das condições de vida.

Nas fichas físicas de matrícula, os dados sobre o grau de escolaridade apontam que alguns migrantes eram analfabetos, outros frequentaram a escola por quatro, cinco até nove anos. Contudo, dividem-se ainda na EJA entre Ensino Fundamental I (Anos Iniciais) e Fundamental II (Anos Finais). Baseamo-nos em Vendramini *et al.* (2020), consubstanciada em Saska Sassen e Acácia Kuenzer, para demonstrar as novas formas e lógicas de expulsões e/ou inclusões excludentes, sendo a escola um desses locais. Uma constatação é a seguinte:

Tal fenômeno também pode ser observado nas escolas. Kuenzer (2005) denomina de exclusão incluyente o acesso da classe trabalhadora à escola, a qual produz mecanismos internos de exclusão, via avaliação, desqualificação, infraestrutura precária e insuficiente, assim como linguagens e práticas que se afastam da realidade dos estudantes, especialmente das crianças e dos jovens da periferia. (VENDRAMINI *et al.*, 2020, p. 5).

Diante do exposto, vemos a face do que se considerou chamar também evasão escolar, que a nosso ver é uma abstração liberal das expulsões do espaço escolar, tendo diferentes faces. Essa constatação ainda é pior na infância e juventude, pois segundo Vendramini *et al.* (2020), ao mencionar Batista e Cacciamali (2012), observam que estas:

apontam que a migração familiar está associada à adaptação dos pais ao mercado de trabalho e à inserção/adaptação de seus filhos à escola. Quando os pais não se inserem no mercado de trabalho, os filhos passam a ser a alternativa para a expansão da renda da família. Sendo assim, os filhos de migrantes têm uma probabilidade menor de frequentar a escola em relação aos filhos de não migrantes.

Em relação à associação entre escolarização e melhores salários e condições de vida, as perspectivas desses trabalhadores não são animadoras, segundo o relato de Vendramini *et al.* (2020, p. 12).

Os trabalhadores avaliam que, se estudassem, poderiam ter melhores oportunidades de vida e trabalho, deixando assim de se sujeitar às elevadas jornadas, aos trabalhos pesados e aos baixos salários. Mesmo que apontem o retorno aos estudos como possibilidade de mudança, ainda assim não têm grandes expectativas, pois estas pouco se distanciam do trabalho que atualmente realizam. No máximo, poderiam ser vigilantes, conforme depoimento acima. Ao que parece, a farsa liberal da ascensão social por meio da escola não é inteiramente endossada por estes trabalhadores.

Assim, observamos que as condições dignas de vida vão se tornando cada vez mais distantes. Notamos isso, por exemplo, quando famílias se inscrevem nos programas sociais das prefeituras para que recebam algum tipo de auxílio governamental, que complemente ou garanta alguma renda, sendo que nem todas as famílias conseguem. Um dado da realidade é a inscrição no Cadastro Único (CadÚnico).

Os dados do Cadastro Único de Florianópolis/ SC, em 2020, apresentados na tabela abaixo, revelam a situação de vida dos migrantes, levando-os a buscar os programas sociais.

Tabela 6 - Cadastro Único Migrante por Estado em 2020

ESTADO DE ORIGEM	CADASTRADOS MIGRANTES
Santa Catarina	13197
Rio Grande do Sul	13161
Paraná	5362
São Paulo	4303
Bahia	2668
Pará	2597
Demais estados	7064
<b>Total</b>	<b>48.352</b>

Fonte: Elaboração do grupo de pesquisa migração e educação coordenado pela professora Célia Regina Vendramini. (2022).

Segundo a tabela acima, as famílias sobrevivem também da assistência de programas do governo federal como o Cadastro Único (CadÚnico), que:

Desde 2003, o Cadastro Único se tornou o principal instrumento do Estado brasileiro para a seleção e a inclusão de famílias de baixa renda em programas federais, sendo usado obrigatoriamente para a concessão dos benefícios do Programa Bolsa Família, da Tarifa Social de Energia Elétrica, do Programa Minha Casa Minha Vida, entre outros. Também pode ser utilizado para a seleção de beneficiários de programas ofertados pelos governos estaduais e municipais. Por isso, ele funciona como uma porta de entrada para as famílias acessarem diversas políticas públicas.<sup>44</sup>

Há 48.352 migrantes nacionais cadastrados, se somados aos estrangeiros, totalizam 50.765, diante dos 30.864 autóctones. O que significa um contingente considerável, sem contar as pessoas que não conseguem se cadastrar e/ou garantir o atendimento pelos programas sociais. Os migrantes baianos somam o quarto maior grupo, após o Estado de Santa Catarina. A partir desses dados, identificamos que para a força de trabalho se reproduzir, a renda também advém de outras fontes que não a remuneração paga pelo(s) trabalho(s) executado(s). Ou seja, o Estado, de certa forma auxilia na sobrevivência mínima do exército industrial de reserva, por meio de importantes programas sociais, que devem ser analisados com acuidade na totalidade das relações sociais do modo de produção capitalista, mas que nesse momento são necessários para garantir a sobrevivência física das pessoas.

<sup>44</sup> Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/cadastro-unico/o-que-e-e-para-que-serve-1>, acessado em: 15 abr.2022.

Os migrantes do estado do Rio Grande do Sul estão em número maior entre os cadastrados. Os demais estados também apresentam números expressivos.

Tabela 7 – Condição de nascimento - CadÚnico 2020

CONDIÇÃO DE NASCIMENTO	CADASTRADOS
Natural de Florianópolis	30864
Migrante nacional	48352
Migrante estrangeiro	2413
Total	81629

Fonte: Elaboração do grupo de pesquisa migração e educação coordenado pela professora Célia Regina Vendramini (2022).

A tabela acima nos dá uma noção da quantidade de famílias cadastradas no CadÚnico, em 2020, pela condição de nascimento, o que amplia o número de cadastros e de famílias incluídas em meio a um sistema de exclusão, que é o capitalismo, um sistema onde o aumento da riqueza se dá pelo aumento da miséria. Que quanto mais riqueza os trabalhadores produzem, mais são aliados das riquezas. O que significa que o sistema capitalista é um grande promotor de desigualdades, onde quem produz a riqueza não tem direito a nada e quem nada produz, mas detém os meios de produção, tem direito a tudo. Desta forma, a acumulação capitalista se desenvolve com base na expropriação de todos os meios materiais e imateriais da vida da classe que sobrevive do trabalho. A expropriação também se refere à escolarização da classe trabalhadora, particularmente aquela que é compelida a migrar.

Para entendermos melhor esta situação, evidenciaremos abaixo os dados coletados na EJA e a seguir enfocaremos a EJA NORTE 1, em Florianópolis, no bairro de Ingleses.

Tabela 8 - Frequência de estudantes da EJA por condição (migrantes ou nativos) – Florianópolis, 2018 a 2021

	2018		2019		2020		2021	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Migrantes	768	47%	839	51%	842	55%	1024	54%
Nativos	480	29%	482	29%	423	28%	577	31%
GF	103	6%	111	7%	112	7%	129	7%
EE	33	2%	24	1%	16	1%	36	2%
Não Informado	246	15%	201	12%	125	8%	124	7%
<b>TOTAL</b>	1630	100%	1657	100%	1518	100%	1890	100%

Fonte: Elaboração do grupo de pesquisa Migração e Educação, coordenado pela profa. Célia Regina Vendramini (2022)

Nota: GE - Grande Florianópolis e EE - Estado Estrangeiro



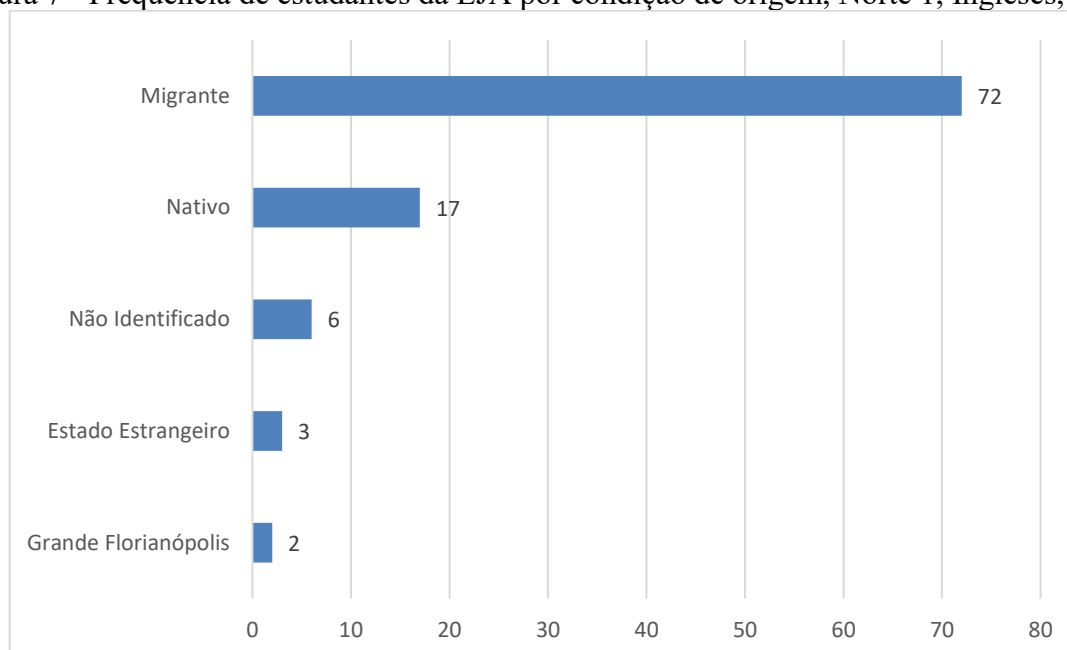
Retomamos esses dados para evidenciar o crescimento da presença dos migrantes na EJA, em Florianópolis, entre 2018 a 2021. Em 2018, eles constituem 47%, em 2019, 51%, em 2020, 55% e, em 2022, 54% dos estudantes matriculados. Tal número pode ser acrescido com os que residem na Grande Florianópolis e os provindos de estado estrangeiro, o que significaria, em 2018, 55%, em 2019, 59%, em 2020, 63% e, em 2021, 63%. Infere-se, portanto, que com a pandemia os trabalhadores foram impelidos a buscar trabalho em outros locais diferentes do seu lugar de origem. O comércio (principalmente os pequenos), de uma forma geral, das cidades do interior foi fechado e assim foi desempregando muita gente, porque não tiveram condições de continuar com os negócios. O que faz com que os trabalhadores cada vez mais se tornem totalmente disponíveis para quaisquer trabalhos e sob quaisquer condições.

Quando esses migrantes conseguem trabalhar em qualquer ramo, o processo de escolarização é retomado e, no caso da EJA, isso se expressa com mais veemência. Ainda há uma juvenilização dessa modalidade de ensino, ou seja, a certificação ocorre mais rapidamente e esses são pontos importantes para os migrantes que procuram retomar a escola. A seguir enfatizaremos os dados coletados na EJA Núcleo I – Ingleses, em 2018.

#### **4.1.1 Os estudantes baianos matriculados na EJA Norte 1**

Como vimos anteriormente, o Núcleo EJA Norte 1, em Ingleses, foi selecionado para os grupos focais em virtude da alta presença de migrantes, a qual chega a 72,6% nos dados gerais. No decorrer da pesquisa foram destacados também os estudantes naturais da região metropolitana da Grande Florianópolis (GF), contabilizados como migrantes, mas classificados diferentemente dos demais, conforme mostram os gráficos abaixo.

Figura 7 - Frequência de estudantes da EJA por condição de origem, Norte 1, Ingleses, 2021

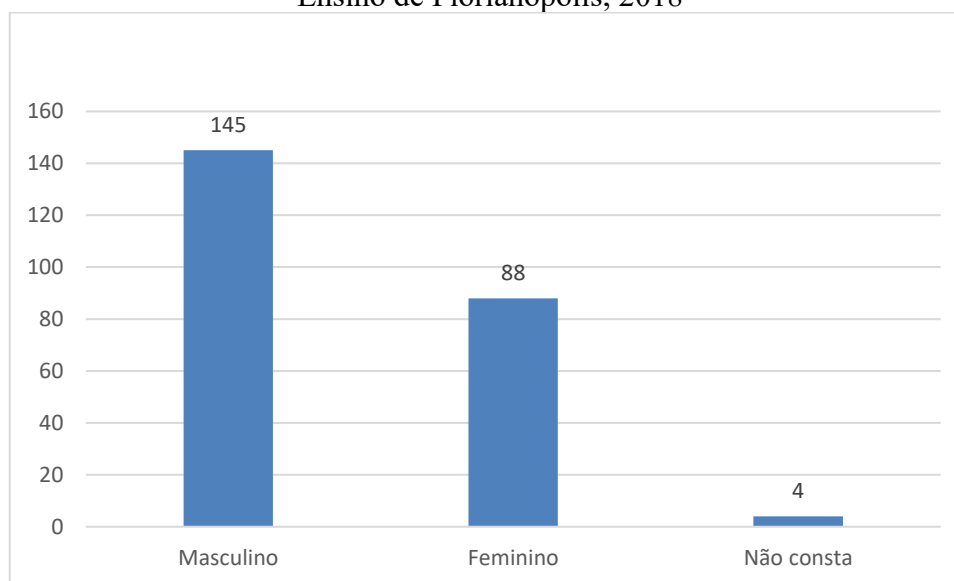


Fonte: Elaboração de Artur Gomes de Souza com base nos materiais do grupo de pesquisa Migração e Educação, coordenado pela profa. Célia Regina Vendramini

Dentre os estudantes matriculados no núcleo Norte 1, há maior presença masculina, com 145 (61,2%), em relação à feminina, com 88 (37,1%), nos dados gerais. A proporção se repete nos dados dos migrantes, com 60,8% de homens e 37% de mulheres<sup>45</sup>. Aventa-se a possibilidade de as mulheres terem maior jornada de trabalho, incluindo o trabalho doméstico, cuidados com familiares e outros, os quais concorrem com a escola. Portanto, esses fatores têm que ser levados em consideração quando falamos do acesso ao início ou continuidade no processo de escolarização. Como Silva (1999) aponta, a questão de gênero, raça/etnia e classe social estão imbricadas.

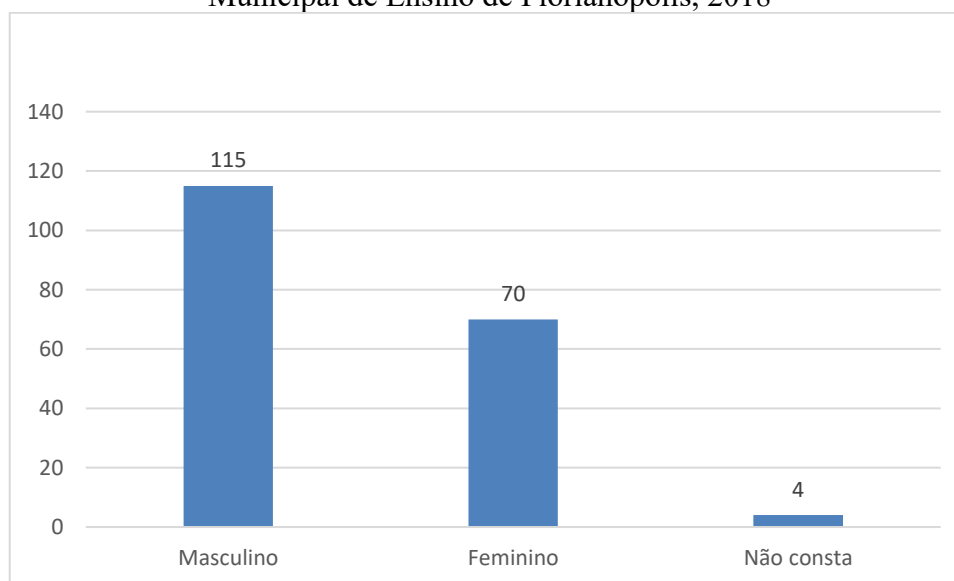
<sup>45</sup> Não encontramos fichas que permitissem uma maior expressão do gênero, como por exemplo nome social.

Figura 8 – Frequência de estudantes da EJA Norte 1, Ingleses, por sexo, Rede Municipal de Ensino de Florianópolis, 2018



Fonte: Elaboração de Artur Gomes de Souza com base nos materiais do grupo de pesquisa Migração e Educação, coordenado pela profa. Célia Regina Vendramini

Figura 9 – Frequência de estudantes migrantes da EJA Norte 1, Ingleses, por sexo, Rede Municipal de Ensino de Florianópolis, 2018



Fonte: Elaboração de Artur Gomes de Souza com base nos materiais do grupo de pesquisa Migração e Educação, coordenado pela profa. Célia Regina Vendramini (2022).

Ao mencionarmos a condição da mulher, observamos que nas relações sociais em que vivemos, ela está em condições desiguais em relação aos homens, sendo que para a mulher migrante e preta as oportunidades são ainda mais limitadas, ou como já cantava Elza Soares, “A carne mais barata do mercado é a carne negra”, em alusão ao racismo estrutural e à situação do negro no Brasil. Assim, a reprodução da vida da classe trabalhadora é ainda mais

precarizada nessa parcela da população, pois os trabalhos mais simples e a baixa escolarização solapam ainda mais essa camada social.

Em relação às regiões brasileiras, depois da região Sul, a Nordeste é a que mais está presente entre os estudantes migrantes do Núcleo Norte 1 da EJA de Florianópolis. Santos (2020) ressalta que no banco de teses e dissertações da CAPES a quantidade de pesquisa é inexpressiva sobre a migração nordeste - sul e foi o que também constatamos. Nas últimas décadas, esse tipo de migração tem crescido ano após ano, os nordestinos que chegam ao Sul enfrentam todo tipo de preconceito, como o racismo e xenofobia, por exemplo. Durante o grupo focal eles relataram muitas situações de preconceito como a que segue:

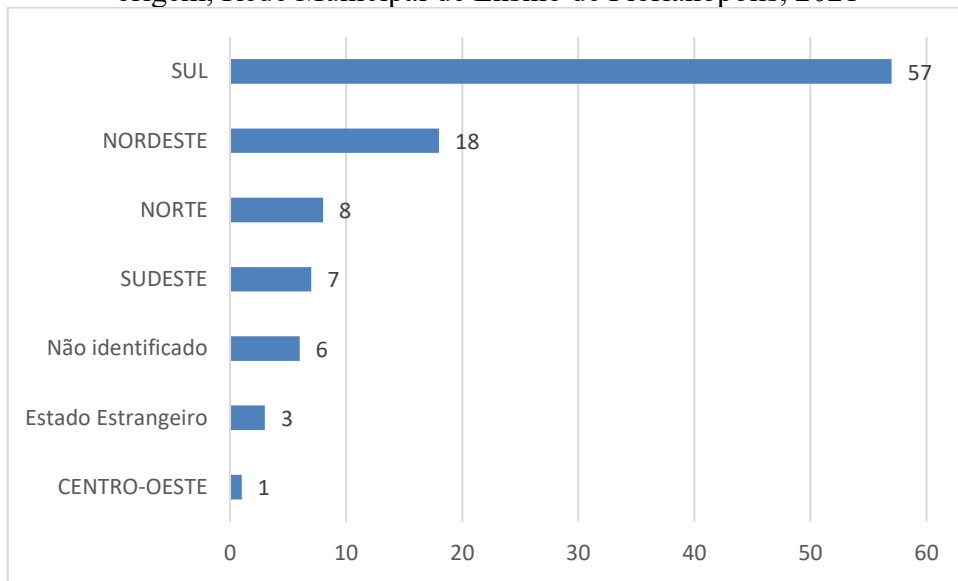
*Mas assim, concluindo o que tu disse, que gosta de trabalhar, eu já vi muita gente falando, porque meu marido trabalha num, em Canasvieiras, lá no Imperatriz, e tipo assim um homem pegou e falou assim pra ele “Ah tu é baiano é?” ele disse “Sou, com muito orgulho” aí ele pegou e falou “Ah, me disseram muito mal do baiano, que o baiano é preguiçoso, acorda tarde e não sei nem quantas horas”. Mentira, pura mentira, sabe que horas a gente acorda? Eu vim mudando esse hábito aqui, um hábito que foi que eu mudei muito e foi aqui, esse hábito de acordar tarde, eu nunca acordei tarde na minha vida. O horário que eu acordo máximo lá na Bahia, era seis da manhã, todo baiano acorda cinco ou quatro da manhã pra trabalhar, e muitas pessoas aqui é nove, dez horas, que nem de tarde, acorda às três horas, duas. Aqui, entendeu? Aí o povo fica falando “Ah, porque os baianos são tudo preguiçoso” não sabe, e quando você não sabe, você não fala, entendeu, você fica quietinho ou procura saber. (Migrante 5).*

Uma questão que observamos nos depoimentos é que as pessoas do Norte e Nordeste são tratadas como ‘bairanos’, como se fossem todos do mesmo estado. Ou seja, não há uma preocupação em conhecer quem está chegando a Florianópolis e de onde vem, mas há um (falso) consenso de que todos são bairanos e qualquer coisa malfeita é ‘bairanada’. A Migrante 6 nos disse o seguinte:

*Uma vez eu tava na fila do ponto de ônibus, e eu tava conversando com a minha amiga, conversando, conversando, e a gente ria depois veio um rapaz e disse assim “ Você é baiana?” aí eu falei assim “Não, por que? E se eu fosse o que que tinha? Se eu fosse baiana, eu pareço baiana? Porque tem baiana que é branca, preta e daí? Que que tinha se eu fosse baiana?” “Aí. Não, você é da onde?” eu falei “Maranhão, maranhense”, aí ele falou: “Nossa, é muito difícil encontrar uma maranhense aqui. Mas você não tem sotaque de maranhense”, aí eu falei assim “Não , mas isso não quer dizer nada”. Isso ele já sugeriu o baiano, já falou do baiano, pra eles é o baiano, “Só podia ser baiano”. Lá no meu trabalho eu costume falar uma coisa, muito engraçada, que a cidade dos bairanos está ali sabe? Lá onde eu trabalho no Costão do Santinho, é muito baiano.*

Abaixo, identificaremos a migração por região na EJA Norte 1, em Ingleses.

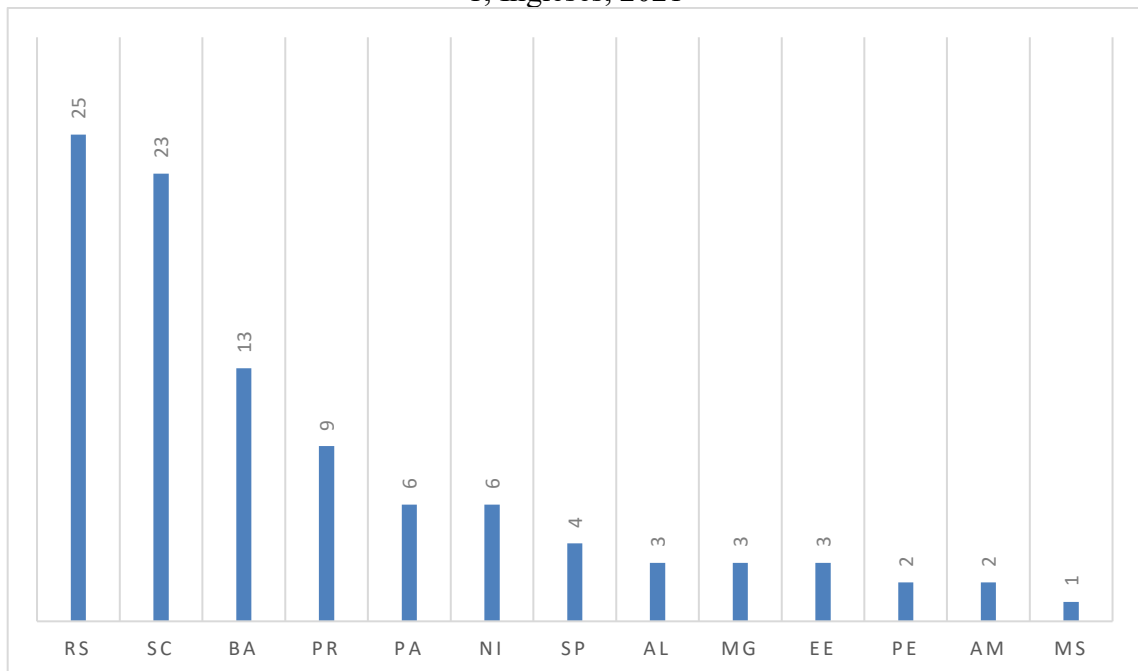
Figura 10 – Frequência de estudantes migrantes da EJA Norte 1, Ingleses, por região de origem, Rede Municipal de Ensino de Florianópolis, 2021



Fonte: Elaboração de Artur Gomes de Souza com base nos materiais do grupo de pesquisa Migração e Educação, coordenado pela profa. Célia Regina Vendramini (2022).

O gráfico aponta que a EJA/Florianópolis-Ingleses recebe mais migrantes da região Sul, seguida da região Nordeste. Notamos que há uma prevalência da migração sul-sul.

Figura 11 - Frequência de estudantes por Unidade da Federação (UF) de origem da EJA Norte 1, Ingleses, 2021



Fonte: Elaboração de Artur Gomes de Souza com base nos materiais do grupo de pesquisa Migração e Educação, coordenado pela profa. Célia Regina Vendramini (2022).

Nota: EE- Estado Estrangeiro; NI- Não Identificado

O estado de origem mais presente é o Rio Grande do Sul (25), seguido por Santa Catarina em segundo lugar (23) e depois a Bahia (13). Observamos que entre os quatro primeiros, há uma predominância da migração sul-sul. No nosso caso, a explicação dessa expulsão dá-se porque as pessoas não conseguem mais reproduzir a vida no local onde estão, portanto, migram em busca de trabalho principalmente.

No próximo subtópico, abordaremos o percurso dos baianos migrantes para Florianópolis, com foco nos retirantes do sul da Bahia e mais precisamente da cidade de Ituberá. A partir dos grupos focais, buscamos compreender como está sendo a reprodução da vida dessas pessoas, priorizando a relação trabalho e escola.

#### 4.1.2 A saga dos migrantes até Florianópolis: análise dos grupos focais

Durante o percurso, da partida da terra natal até a chegada em Florianópolis, os migrantes percorreram vários caminhos, ou seja, passaram também por outros locais. Então, para nossa melhor compreensão quanto às migrações, realizamos dois grupos focais no Núcleo Norte 1, em Ingleses. O primeiro grupo focal foi realizado no dia 7 de novembro de 2018, no turno noturno e contamos com a participação de 17 estudantes migrantes e 04 membros da equipe de pesquisa. Desenvolvemos o grupo a partir do eixo central sobre a vida, o trabalho e a escola antes de migrar. O segundo grupo focal foi realizado no dia 13 de novembro de 2018, com a presença de 22<sup>46</sup> estudantes migrantes, com base no segundo eixo: a vida, o trabalho e a escola em Florianópolis.

O quadro abaixo apresenta os dados gerais sobre os migrantes que participaram dos grupos focais.

Quadro 1 - Idade/origem/ocupações/tempo de moradia em Florianópolis

Número	Idade	Origem	Cidades que morou	Trabalho	Tempo de moradia em Florianópolis
01	21	São Luís – MA	São Paulo		
02	15	Caxias do Sul - RS	Curitiba	Mecânica	5 anos
03	Jovem	Ubatã - BA	São Paulo		Chegou com 15 anos

<sup>46</sup> Dentre os 22 participantes do grupo focal, uma era professora da escola. então, não coletamos os dados dela. Por isso, somente foram listadas 21 pessoas.

04	Jovem	Ituberá - BA	São Paulo		
05	17	Ituberá- BA		Academia civil Cassol Segurança do trabalho no Costão do Santinho	2 anos
06	17	Foz do Iguaçu - PR		Jardinagem Construção civil Quer ir para o exército	12
07		Uruguaiana - RS			Chegou com 8 anos
08	16	Santo Ângelo - RS			Chegou com 13 anos
09	19	Ituberá - BA	Pirai e Gandú - BA	Agricultor Mecânico Carpinteiro na construção civil	8 meses
10	18	Rolim de Moura -RO	Parecis – RO, Vargem Grande – MT, Goiânia, Salvador - BA	Jogar futebol profissional (pretende fazer teste em times) Quer fazer carreira militar	4 meses
11	16	Porto Alegre- RS	Santana do Livramento-RS, Rio de Janeiro – RJ, São Paulo, Fortaleza- CE e outros lugares que não recorda. No total mudou de local 13 vezes.	Trabalha em um estúdio de música	3 anos
12	15	Uruguaiana- RS	Porto Alegre – RS	Fez curso de modelo com 6 anos, Escola de futebol, Curso pré-militar, Música, Mecânica, Capoeira, (disse que tudo deu errado) Bolsa no cursinho para Escola Militar Está esperando uma vaga em supermercado.	
13	Mais de 50	Canguçu-RS	Pelotas-RS, Camaquã-RS, São José-SC		
14	Mais de 50	Santana do Livramento- RS	Caxias-RS		1 ano e meio
15	Em torno	Bagé-RS	Porto Alegre-RS, Bagé-RS	Pintura de carro e chapeação	4 anos

	de 30			(funilaria)	
16	Mais de 30	Bacabal-MA	Rio de Janeiro- RJ	Babá, Vendedora de bolo e picolé, Restaurante e Supervisora no Costão do Santinho	4 anos
17	16	Curitiba-PR	Porto Alegre - RS	Não trabalha	7 meses
	16	Passo Fundo-RS	Carazinho-RS	Trabalhou no RH Fez tatuagem Está à procura de trabalho	Menos de 1 ano
18	17	Porto Alegre-RS	Santarém-PA, Belém-PA Porto Alegre-RS	Trabalhou em papelaria (a mãe é dona) Não trabalha	1 ano
19		Tangará da Serra-MT	Realeza-PR, Balneário Camboriú e Blumenau-SC	Não trabalha	10 anos
20	17	Cruz das Almas-BA		Dona de casa (o marido trabalha)	1 ano e 2 meses
21	18	Niterói-RJ	Olinda- PE, Recife- PE e São Paulo- SP		

Fonte: Elaboração do grupo Migração e Educação, coordenado pela professora Célia Regina Vendramini

O quadro acima apresenta informações ora completas, ora incompletas, pois alguns participantes não quiseram falar sobre determinados assuntos. Observamos que os estados do Rio Grande do Sul, Bahia, Paraná, Rondônia, Rio de Janeiro, São Paulo, Mato Grosso e Maranhão foram os locais de origem dos migrantes. O tempo de residência em Florianópolis variou de 03 meses a mais de 10 anos. A grande maioria migrou para outros lugares antes da chegada à Florianópolis. Em relação ao trabalho, os migrantes relataram que já exerceram a função de dona de casa, babá, trabalho informal, mecânico, construção civil, tatuador, modelo, jardineiro, agricultor, repositor de supermercado, sendo que alguns estão à procura de emprego e outro dado relevante é a questão de três jovens relatarem que querem seguir a carreira militar.

Em dado momento do grupo focal, eles contrapõem seus sonhos com a realidade em que vivem. Por exemplo, um migrante tentou diversos trabalhos e, segundo ele, deu tudo errado. Essa ideia (com base real) do fracasso, frustração e novos sonhos formam o ciclo dessa saga migrante, principalmente entre os mais jovens.

Os migrantes (na sua maioria), quando falam da sua origem, destacam a vida no campo, sobre andarem descalços, sobre o trabalho, a escola. Contudo, contrastando com essa construção da imagem bucólica, eles revelam a falta de trabalho, a violência, as drogas e a



falta de perspectiva, como os principais fatores que os fizeram migrar dos seus locais de origem.

Uma das falas<sup>47</sup> que corroboram para o que mencionamos anteriormente é: “*Umas das coisas que eu gostava de lá, era que eu gostava bastante de roça, plantação, cacau essas coisas.*” (migrante 1). E esse mesmo migrante complementa laconicamente que “*A realidade era bem dura, mas eu gostava*”. Ou seja, as referências da terra natal, em determinados momentos, ainda parecem vivas, misturando momentos bons e outros nem tanto e isso tudo lembrado em poucas palavras, mas muitas expressões faciais, que aqui não poderiam ser retratadas.

O partir é eivado de contradições, pois o migrante ao mesmo tempo em que é levado a buscar outro lugar que traga ao menos a perspectiva de uma melhor condição de vida, também quer ficar na sua comunidade, junto com sua família, sua cultura, seus hábitos, os amigos. Essas questões foram relatadas nos grupos focais. Contudo, eles não pensam em voltar para a terra natal. Alguns pensam em adquirir terreno, casa em Florianópolis.

Outro aspecto é a questão da educação, o lugar da escola. Como já mencionamos, a escola para os trabalhadores em geral e para os migrantes compete com o trabalho, sendo que poucos são os que conseguem ficar sem trabalho, geralmente estão à procura de trabalho ou estão fazendo bicos. Então, fica difícil priorizar a continuidade do processo de escolarização. Assim, o movimento dos trabalhadores migrantes é acompanhado por rupturas no seu processo educacional, visto que o trabalho é prioridade e a educação torna-se uma segunda opção.

Ao mesmo tempo a educação apresenta-se como uma possibilidade (ainda que cada vez mais remota) para que eles consigam melhorar a condição de vida e trabalho. Ou seja, essa relação contraditória e extremamente tensionada entre trabalho e educação é uma constante, pois há rupturas e retornos à escola, sendo a EJA a opção que melhor tem se adequado para os migrantes, conforme nossa pesquisa. A procura por conhecimento, melhores condições de trabalho e certificação fazem com que a EJA (por meio do ENCCEJA- Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos, concebida pelo trabalho por

---

<sup>47</sup> Nas falas não identificamos ninguém pelos nomes, mas como “migrante” e o número.

competências)<sup>48</sup>, seja um caminho para a inserção dessa parcela da classe trabalhadora no mercado de trabalho.

*Trabalho numa empresa, trabalho no Costão do Santinho, eu sou supervisora lá, fui promovida há pouco tempo, por causa do meu estudo porque antes eu não tinha como ser promovida, foi o que me fez voltar a estudar. (Migrante 2).*

A fala acima ratifica o que apontamos anteriormente acerca da educação como parte da teoria do capital humano e como elementos de mobilidade social. Contudo, percebemos que tal teoria aliada à questão da mobilidade social não condiz com a realidade, ainda que seja ideologicamente apresentada como tal. Ou seja, não podemos afirmar que quanto mais estudo a pessoa tem, ela vai conseguir trabalho (simples ou complexo), ao mesmo tempo, a escolarização pode ampliar as possibilidades de trabalho.

*Eu vim pra cá com 15 anos, tinha acabado de chegar do meu futebol, aí meu pai falou que a gente ia se mudar, minha mãe já tava aqui em Floripa e eu fiquei 'puto, não vou embora, não vou deixar minha casa'. Aí deu uns 6 meses, eu vi ele arrumando as malas, botando no carro, falando que ia embora, botou todo mundo no carro, eu fui me despedir dos meus amigos, meus amigos começaram a chorar, eu fiquei triste também. Entrei no carro, peguei quatro aviões, parei no Rio de Janeiro, São Paulo, depois Florianópolis. Vim pra cá com o objetivo de entrar na faculdade, porque eu quero me tornar um delegado federal, aí tipo preciso terminar os estudos e entrar numa faculdade de direito, meu objetivo era entrar aqui porque a faculdade daqui é melhor. Mas, nesse tempo que tô aqui, já fiz tanta coisa já, já trabalhei na academia civil, já trabalhei na Cassol, nesse um ano que tô aqui que foi uma correria braba, não dava de fazer nada. Agora tô trabalhando no Costão do Santinho com segurança do trabalho, eu venho do Costão do Santinho pra escola, escola, trabalho, essa é minha vida. (Migrante 3).*

Esse é um relato de migrante do interior da Bahia que representa a perspectiva de crescer na vida, fazer faculdade de direito e ser delegado federal. Contudo, quando confrontamos com a realidade, compreendemos que essas aspirações ainda estão no plano da ilusão. Ao conversar com esse estudante durante o grupo focal, ficou evidente que ele tem outros sonhos que remetem ao sonho de Ícaro<sup>49</sup>. Assim como o 'Migrante 3', há muitos que pensam da mesma forma e que sequer têm uma noção mais profunda acerca dos impedimentos sociais e educacionais para a classe trabalhadora no capitalismo, apesar de viverem nele e de sofrerem as mais profundas agruras todos os dias, como racismo e xenofobia.

<sup>48</sup> O Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja) foi realizado pela primeira vez em 2002 para aferir competências, habilidades e saberes de jovens e adultos que não concluíram o Ensino Fundamental ou Ensino Médio na idade adequada. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/encceja>, acessado em: 21 abr. 2021.

<sup>49</sup> Entretanto, Ícaro, fascinado com o mundo, se esqueceu dos conselhos do pai e acabou voando alto, chegando mais perto do sol. As asas derreteram como o pai havia avisado. Assim, Ícaro caiu no mar e morreu. Disponível em: <https://www.megacurioso.com.br/artes-cultura/111883-o-mito-de-icaro-como-a-falta-ou-excesso-de-seguranca-nos-atinge-hoje.htm>, acessado em: 21 abr. 2022.

Em contrapartida, os mesmos apontam que no seu local de origem não havia mais expectativa de uma vida digna, devido ao desemprego e às drogas, inclusive relatando que amigos e parentes tinham se envolvido como usuários ou com o próprio tráfico. E que, portanto, Florianópolis era melhor, pois oferecia mais trabalho, apesar de se gastar quase tudo o que se ganha ou tudo para se manter na Ilha. Nenhum deles tinha planos de voltar para a terra natal e, em certa medida, as redes de apoio familiar ou por amizade estavam trazendo mais pessoas para Florianópolis.

No segundo grupo focal, observamos que boa parte do grupo permaneceu, poucas ausências foram sentidas e novos migrantes ingressaram. Retomamos o mapa, o novo roteiro (em apêndice), que possibilitasse a nossa compreensão sobre as condições de vida, trabalho e estudo em Florianópolis, em síntese, como era morar e produzir a existência no “Sul maravilha”. Na dinâmica do grupo focal, observamos que os migrantes falaram mais sobre suas vidas e com algumas análises sobre a produção da vida em Florianópolis, na “Ilha da Magia” ou “Ilha da correria”, como mencionou um migrante da Bahia, ao constatar que Florianópolis não é a maravilha como é apresentada, que é a terra da correria. Enfim, várias são as percepções sobre a relação trabalho-educação, mas todas apontam que a educação é a condição para uma vida melhor.

*Eu vim estudar na EJA porque eu precisava, porque dá um tempo a mais pra tramar, querendo ou não eu preciso ter estudos para entrar na faculdade, daí tipo eu fui pra uma seleção, entreguei meu currículo lá e depois de uma semana me chamaram, aí ela falou bem assim “Você quer trabalhar em que setor?” eu disse “Me coloca no melhor que né” eu falei bem assim pra ela “Um setor que tenha aparência, jeito de falar e conversar” aí ela falou “Tem, mas você não vai gostar porque mexe muito com matemática”. Aí chegou lá uns carinhas falando merda pra mim, aí eu pensei “Tem uns velhos bizarros falando comigo, não vai dar certo” aí me chamaram pra segurança do trabalho, aí fiquei na segurança do trabalho, me enturmei. (Migrante 3).*

O Migrante 3 estava no programa Jovem Aprendiz<sup>50</sup> e, segundo relatou, recebia 20% do que era um salário de um profissional. E isso o fazia desanimar, mas que pelo menos tinha a “graninha dele”. Diante disso, identificamos a exploração da mão de obra da juventude em troca da “experiência” no mundo do trabalho capitalista. Nesse sistema de troca, quem lucra é o dono dos meios de produção, e o trabalhador, no caso um jovem sem a experiência

---

<sup>50</sup> O Programa **Jovem Aprendiz** foi criado pela Lei 10.097/2000 e tem o intuito de ingressar no mercado de trabalho jovens que buscam seu primeiro emprego. O programa também oferece oportunidade respeitando o fato destas pessoas não terem experiência e que ainda estão em desenvolvimento. Disponível em: <https://www.jornalcontabil.com.br/jovem-aprendiz-o-que-e-o-que-faz-e-quais-sao-os-direitos/#.YmG0fNrMI2x>, acessado em: 21 abr. 2021.

requerida, ganha menos do que um salário. Entre os jovens homens de dezesseis anos, alguns apontaram que se não tiverem êxito nas suas inserções atuais, procurarão a carreira militar.

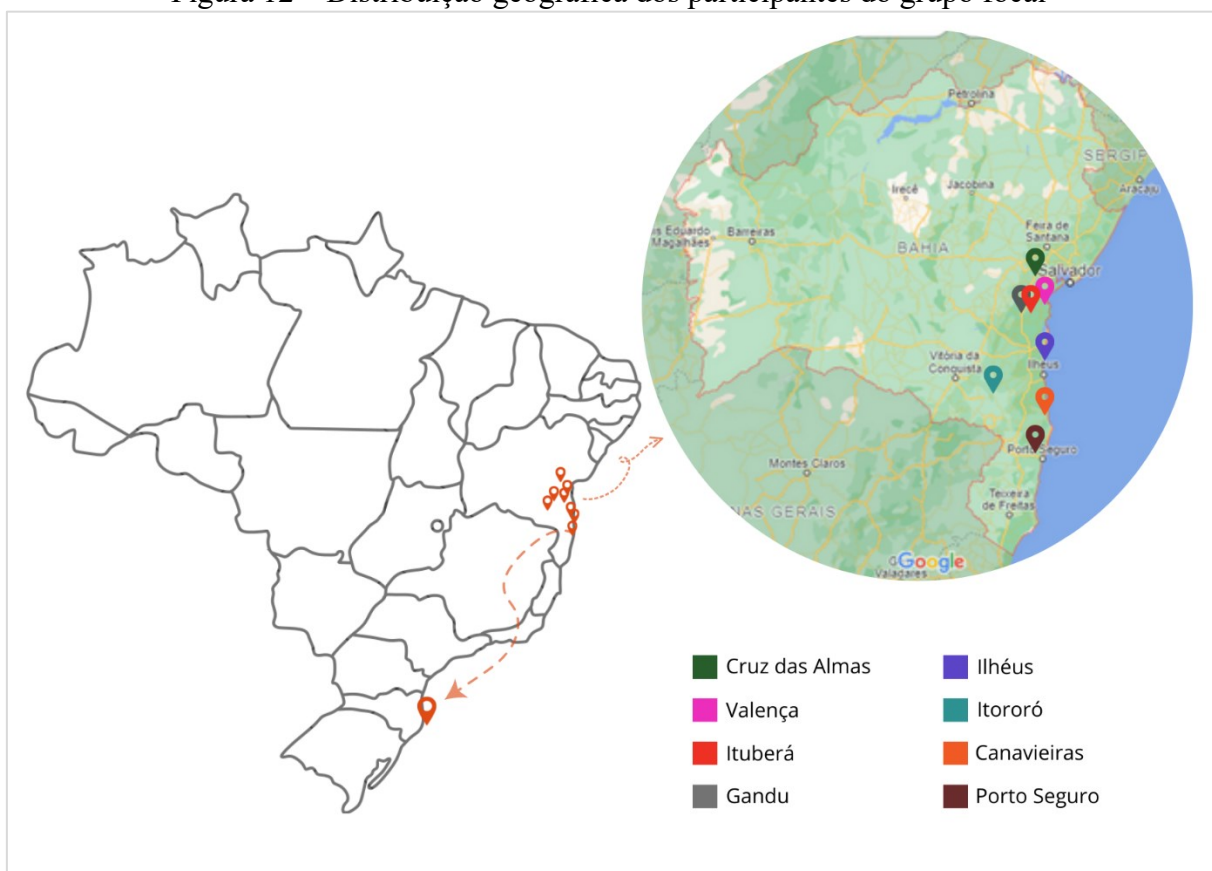
Outro aspecto a se considerar é o da religião, pois muitos migrantes no grupo focal relataram que frequentavam as igrejas evangélicas e que era um espaço de socialização, fazer amizades e conversar.

*São várias tribos né, tem a Assembleia, a Bola de neve, tem a Quadrangular. Eu sou uma pessoa que já ficou na Assembleia, só que eu não me via lá, eu gosto da Assembleia e tudo, mas não é a linha que eu sigo. Tipo o Bola de neve, a Bola de neve é minha vibe sabe? Só que a pessoa quer ir pra Quadrangular, Quadrangular todo mundo diz que é a mesma coisa que o Bola de neve, só que eu chego e tenho uma visão diferente. Eu acho que Bola de neve é Bola de neve, Assembleia é uma coisa e outro lugar é outra, todos acreditam em deus, só que cada um tem a sua casa, cada um tem seu vínculo com deus, se você foi lá e vamos dizer que você teve algum problema com o pastor e não deu muito certo, muitas vezes a sua tribo não era lá, mas pode ser numa Assembleia, pode ser na Bola de neve, na Quadrangular, mas muitas vezes não era pra você estar num lugar, mas muitas vezes era pra estar! (Migrante 4).*

Outro participante relata problemas com o pastor, mas a maioria assente que a igreja é um lugar importante para se frequentar. O que se observa são as falas moralizantes quando a religião é o assunto, como a igreja se torna o refúgio e como ‘deus vai ajudar a quem se comportar direito’, ou seja, seguindo a lógica das igrejas de trabalhar cedo e duro, não reclamar e agradecer por ter essa vida, porque assim deus quis.

Em relação aos trabalhadores baianos presentes no grupo focal, observamos que há baianos de Valença (01), Cruz das Almas (01), Ilhéus (01), Porto Seguro (01), Canavieiras (01), Gandu (01), Ituberá (04), Itororó (01). Ou seja, há uma predominância do sul da Bahia, conforme podemos observar no mapa a seguir:

Figura 12 – Distribuição geográfica dos participantes do grupo focal



Fonte: Elaboração da autora, 2022.

No grupo focal, ouvimos os relatos sobre o que os trouxe a Florianópolis, algumas respostas foram apontadas como a alta taxa de desemprego na região, bem como a rede familiar e de amigos que se formou em Florianópolis.

Demonstrou-se no grupo focal que boa parte dos migrantes morou na zona rural, portanto, a imagem bucólica, de pés no chão, cheiro de terra, tudo isso se mostrou presente. Mas ser da zona rural é encontrar muita dificuldade, desde o chamado êxodo rural até as “escolinhas do fazendeiro” (dentro das fazendas). No sul da Bahia há mais chuva, a terra é mais verde; já no norte e oeste prevalece a seca, que tudo devasta, que tudo arrasa. Esses migrantes viveram entre as contradições do campo, chuva e seca, assim como, do principal produto da lavoura do sul da Bahia, o cacau, que já enfeitou os livros de Jorge Amado, principalmente entre Itabuna e Ilhéus (que também têm sua gente migrando para Florianópolis, como constatamos nas fichas de matrícula), que ao fundo tinham ricos cacauicultores e camponeses. Porém, longe da romantização dos livros, a vida de quem vive no campo é dura e intensa.

Um dos baianos, inclusive, mencionou que lhe disseram que Florianópolis era um paraíso, que tinha emprego, melhores condições de vida, dentre outras coisas sobre o

chamado “sul maravilha” (SANTOS, 2020). Contudo, ele disse que não era bem assim, que aqui podia até ganhar mais, mas que tudo era muito caro e que ele tinha o básico para sobreviver. Assim, indagamos se o mesmo queria retornar à sua cidade natal. Então, ele foi categórico e disse que não, pois lá não havia nada para fazer e que poderia se meter com coisa errada (mundo das drogas e crimes) e que aqui ele se mantinha ocupado e podia estudar.

Uma unanimidade foi na questão da escola, pois ressaltaram que foi a melhor escola (a EJA) que estudaram, seja pelas condições de infraestrutura, alimentação, qualidade dos professores e demais funcionários. A forma de ensino-aprendizagem por projetos foi citada como um ponto positivo e atrativo para que eles frequentassem a escola. Segundo Pereira (2020, p.55):

A EJA possui uma carga horária mínima anual por segmento: 800 horas aula efetivamente trabalhadas. Estas podem ser divididas entre a parte presencial - 75% (600 horas) e o máximo de 25% de caráter não presencial (200 horas), onde cada dia letivo corresponde a 4 horas-aula, as quais somente serão contadas se houver produção do aluno. O documento da PMF (2008) anuncia que o professor responsável pela turma deve verificar a produção do estudante, caso este não esteja engajado em suas atividades, as horas não deverão ser contabilizadas.

A partir desse banco de horas os estudantes migrantes que frequentam a EJA conseguem se organizar melhor. Essa modalidade de ensino conta com dois segmentos, o primeiro representa a fase da alfabetização/ Anos Iniciais do Ensino Fundamental I (primeiro ao quarto ano) e um segundo segmento que corresponde aos Anos Finais do Ensino Fundamental II (quinto ao nono ano). Há avaliações individuais e o professor acompanha para observar o nível do aprendizado. É um tipo de educação bastante flexível, o que podemos inferir que acompanha o movimento do mundo do trabalho capitalista, por duas características: banco de horas e flexibilização.

Ao dialogarmos com a direção da escola, esta apontou que a dinâmica dos trabalhadores migrantes também varia em relação às estações do ano, principalmente os que vêm de estados nos quais o inverno não é tão rigoroso como em Florianópolis. Na época do inverno, estes migram para outros lugares onde há trabalho. Estes lugares podem ser a sua terra natal ou até mesmo outros estados e em outros trabalhos. Assim, nem sempre podem estar na escola, nem sequer ter uma continuidade do conteúdo, como aponta Frochtengarten (2009). Assim, constatamos que a classe que migra o faz pela necessidade de produzir e reproduzir a vida no capitalismo.

Planejamos viajar para o local que concentra o maior número de migrantes do grupo focal, qual seja, Ituberá/ BA. Contudo, não nos foi possível por problemas de saúde da pesquisadora e devido à pandemia. No entanto, aventamos alguns aspectos que podem ter

provocado a vinda dos migrantes para Florianópolis, tais como, a presença de atravessadores e empresas clandestinas, com a função de convencer os trabalhadores a migrarem para um lugar melhor. O que significa mão de obra barata e com baixa escolarização para o sul do país, incluindo Florianópolis/SC, principalmente para a construção civil e setor de serviços. No grupo focal apenas três migrantes tinham carteira assinada.

Para fins do nosso estudo, delimitamos o nosso campo de estudo na região sul da Bahia, particularmente a cidade de Ituberá, ou da região turística denominada Costa do Dendê, segundo o governo do estado e sua classificação turística (via PRODETUR). É desta região que provém os estudantes migrantes da Educação de Jovens e Adultos em Florianópolis/SC, Núcleo de Ingleses. Os municípios que compõem esse território são Valença, Igrapiúna, Cairú, Camamu, Taperoá, Nilo Peçanha, Ituberá e Maraú. A costa, de norte a sul tem a extensão de 115 km.

É uma região turística, como mencionamos, e composta por pequenos municípios, onde não há indústrias. Segundo dados do IBGE, a população de Ituberá é estimada em 28.740 habitantes (2020), tendo uma área total de 417,542 km<sup>2</sup>, com o IDH médio em 0,606. É conhecida como a “Capital das águas”, ou seja, não se encontra na região da seca, pelo contrário, o clima é tropical úmido. Em 2010, a escolarização de 06 a 14 anos era de 97,8%.

Segundo dados históricos obtidos no site da prefeitura de Ituberá, a cidade já foi próspera devido ao comércio marítimo, tendo um declínio quando da construção de rodovias, como explica o excerto abaixo:

A microrregião de Ituberá foi primitivamente habitada pelos índios Aimorés. O município originou-se de uma aldeia indígena, onde, no século XVIII, os jesuítas construíram a igreja de Santo André. Posteriormente, colonizadores portugueses se estabeleceram, desenvolvendo a cultura do cacau e do café, formando o povoado denominado Santarém. Com a penetração de bandeiras, na parte Sul da Bahia, toda mercadoria destinada aos desbravadores, e embarcada no porto de Salvador, era encaminhada ao porto de Santarém. Esse fato incrementou, então, o desenvolvimento da localidade. Em 1909, a vila de Santarém foi elevada à cidade, e, em 1944, o seu topônimo foi mudado para Ituberá. A construção da estrada BA-02, em 1942, provocou a decadência de Ituberá, uma vez que todo o comércio da região era feito por via marítima. Esse fato abalou a economia do município, resultando numa fase de declínio. Somente na década de 1950, com a introdução da cultura do cravo-da-índia, Ituberá retomou o seu progresso<sup>51</sup>.

Consideramos pertinente o diálogo com Frochtengarten (2009)<sup>52</sup>, que na sua tese fez incursões nos locais de origem dos migrantes entrevistados para melhor compreender a realidade da qual eles migraram, apartando-se da família, cultura, amigos, dentre outras

---

<sup>51</sup> Disponível em: <https://www.ituberba.ba.gov.br/site/dadosmunicipais>.

coisas. O autor focou sua imersão de campo no Vale do Jequitinhonha, entre Minas Gerais e Bahia, nas cidades dos seus estudantes, entre povoados e fazendas, convivendo com eles e tentando apreender o contexto que fez as pessoas migrarem. Frochtengarten (2009) nos relata do que viu e ouviu, como as melhorias que houve no campo, mas também sobre o “definhamento do trabalho rural e o declínio do modo de vida a ele associado” (p.72). É conspícua a importância desse diálogo, mas como não pudemos realizá-la, coube nos cercar de informações sobre a vida em Ituberá, tentando compreender por que a população está migrando, principalmente a população mais jovem.

Em Ituberá, no ano de 2019, segundo o IBGE, os dados econômicos apontam que o salário médio mensal era de 1,8 salários mínimos, na questão da proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 9.3%, o que equivale a 2.654 pessoas ocupadas. Em relação ao percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo era de 46,4 %. Os dados acima demonstram que a quantidade de pessoas ocupadas, ou seja, com trabalho não chega sequer a 10 da população, o que significa que é um percentual irrisório. Ademais, a média do salário pago é baixa, indicando assim que a maioria da população encontra-se trabalhando sem carteira de trabalho assinada, sem direitos trabalhistas e por conta própria e podemos aventar a hipótese de que sobrevivam também de programas sociais dos governos. Em relação ao meio salário mínimo, metade da população sequer consegue recebê-lo.

Na área da educação, a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade (do censo de 2010), o que corresponde a todo o Ensino Fundamental, o percentual é de 97,8 %, tendo os índices do IDEB – Anos Iniciais do Ensino Fundamental (Rede pública), no ano de 2019 sendo de 4,7, e IDEB – Anos Finais do Ensino Fundamental, 3,9. Aqui considerando somente a rede pública de educação. Observamos que a taxa de escolarização apresenta índices insatisfatórios e mesmo que tenhamos críticas às avaliações que geram essas notas do IDEB, observamos que em relação aos anos iniciais, os anos finais apresentam nota baixa e isso implica no processo de formação humana, *grosso modo*.

Em relação ao setor econômico da cidade, observamos que o setor de serviços é a principal atividade, conforme os dados disponibilizados pela prefeitura.

Ituberá é bem servida em seu comércio e serviços, com bons hotéis, pousadas, restaurantes, supermercados, farmácias, lojas de roupas e materiais esportivos. Serviços de Internet, transportes de barcos, lanchas, táxis, moto-táxis, vans e ônibus. Praça de alimentação no centro da cidade e no Dique, com bares e lanchonetes, que além da comida típica baiana (acarajé, caranguejo, goiamum, moquecas de peixe,



siri, polvo e camarão) servem pizzas, sorvetes, pastel, hot-dog, churrasquinho, beiju de tapioca, entre outros<sup>53</sup>.

Não encontramos outras informações que buscamos em sites como o IBGE, universidades, imprensa local. O que tem publicado demonstra que o setor de serviços é a principal fonte de trabalho e também a agricultura (em menor escala). Outro dado, em geral, é que as prefeituras são os maiores empregadores nas cidades do interior, entre concursados e cargos comissionados.

Ante aos dados coletados, observamos que há uma falta de perspectiva em relação ao trabalho em outros ramos da economia que não seja o turismo. Ou seja, a falsa ideia de empreendedor de si mesmo, por mais que possa existir cooperativas para a organização do turismo local. Porque se trata de uma questão de sobrevivência em condições que estão à margem do trabalho formal com contratos de trabalho que garantam segurança para o trabalhador.

Nesse sentido, aventamos que essa realidade expulsa os trabalhadores fazendo-os migrar para outros locais em busca de trabalho e de melhores condições de vida. No caso dos nossos entrevistados, encontramos pessoas da zona rural e da zona urbana. Houve um estudante que relatou que os pais trabalhavam no ramo da hotelaria, mas que amigos os convenceram a virem para Florianópolis trabalhar no Costão do Santinho, pois ganhariam melhor e com melhores condições de trabalho e que também seus filhos teriam escola boa.

Assim, essa rede que vai se montando e possibilitando a migração do Nordeste para o Sul, mais precisamente para Florianópolis. Na cidade, o setor de serviços acaba sendo a alternativa de trabalho para os migrantes, em geral, sem carteira assinada e direitos trabalhistas, enfrentando a informalidade e insegurança. O bairro de Ingleses, pelas suas características, abriga uma grande população migrante. DA Rosa (2004, p. 54) nos ajuda a compreender esse movimento em direção ao bairro.

A abertura de novas vias de comunicação ligando o distrito a outras áreas da cidade, a diminuição do tempo de deslocamento entre o local de trabalho e de moradia, aliados à propaganda voltada para a atração de turistas, em particular as articuladas ao turismo ecológico e a atração de migrantes de alta renda. Fundadas no marketing da qualidade de vida, acelerou a exploração imobiliária na localidade, com a abertura de diversos loteamentos residenciais, acelerando o adensamento populacional, criando novas necessidades para atender esta população que passou a residir nestas áreas.

Com essa nova expansão do capital na Ilha, segundo Nascimento (2021, p.11-12):

O bairro dos Ingleses também apresenta altos índices de crescimento populacional, principalmente entre as décadas de 1990 e 2010, saltando de 16.439 habitantes nos

---

<sup>53</sup> Disponível em: <https://www.itubera.ba.gov.br/site/dadosmunicipais#cultura>, acessado em 07 abr. 2022.

anos 90 para cerca de 35.000 habitantes em 2012 (SADOWSKI, 2017, p. 97-98), o que representa um crescimento de quase 100% da população. De uma região com características rurais, Rio Vermelho e Ingleses rapidamente transformaram-se em bairros urbanizados, com maior presença de atividades econômicas, ligadas ao comércio e ao setor de serviços, justamente as áreas de trabalho que contam com maior presença dos estudantes migrantes que frequentam a EJA, de acordo com as informações adquiridas nos grupos focais.

Denota-se que o Núcleo I - Ingleses da EJA de Florianópolis conta com uma grande quantidade de estudantes migrantes, incluindo nesse bojo, os migrantes baianos de Ituberá. Estes tentam conciliar o trabalho com o estudo, ora sendo expulsos pela dinâmica que o capitalismo engendra, ora retornando sua escolarização via certificação, almejando sempre um trabalho melhor, uma maior remuneração e uma condição de vida digna.

Nesse capítulo, pudemos debater a reprodução da vida da classe trabalhadora que migra para Florianópolis em busca de melhores condições de vida, tendo como base a relação trabalho e educação. Assim como, buscamos compreender como são as condições de vida nos seus locais de origem e como essa parcela do exército industrial de reserva se desloca para manter a reprodução social no modo de produção capitalista sob intensa expropriação, exploração e dominação. A escola é algo almejado, sendo que a Educação de Jovens e Adultos cumpre um papel importante na escolarização/certificação e na socialização dos estudantes migrantes.

## 5 CONCLUSÃO

*Já não podemos calar.  
Chega o tempo de vencer,  
Chega o dia de lutar,  
Sem morrer.<sup>54</sup>*

Ao elaborarmos as considerações finais desta tese, evocamos a poesia de Ademar Bogo como uma forma de nos colocarmos diante da realidade do modo de produção capitalista e, para isso, consideramos a luta de classes como uma categoria fundamental para a compreensão do campo de estudos migração e escolarização. Assim como, por meio da arte, dialogamos com a poesia de João Cabral de Melo Neto, a música de Luiz Gonzaga, a pintura de Cândido Portinari e a música de Caetano Veloso, baseada no poema de Gregório de Matos (Boca do inferno). Dessa forma, buscamos analisar a expropriação, exploração, dominação que tanto alargam o processo de acumulação capitalista.

Procuramos refletir sobre a situação da classe trabalhadora no atual contexto de crise estrutural do capital, que produz uma massa de trabalhadores completamente disponível ao capital em qualquer lugar e ramo produtivo. O problema da migração apresenta-se, assim, como a expressão do processo de expansão e acumulação capitalista que, por meio do par dialético expropriação/exploração, produz uma população relativamente supérflua lançada em diferentes regiões e países em busca de trabalho. A situação agravou-se com a pandemia da COVID-19 e todas as suas consequências sobre a reprodução social da classe trabalhadora, em particular a migrante, e diante do governo brasileiro que despreza as vidas e a ciência.

A nossa análise centrou-se sobre a reprodução da vida de nordestinos baianos que migram para Florianópolis/SC, considerando sobremaneira o seu processo de escolarização na Educação de Jovens e Adultos do município. Perquirimos, assim, uma metodologia que nos permitisse articular reprodução social com a questão da migração e da escolarização na EJA.

Ao longo dos capítulos desta tese, procuramos tratar de categorias como a expropriação, a reprodução social e, no interior desta, a educação da classe trabalhadora. Ao tratarmos da expropriação, lidamos com aquilo que significa a mais brutal violência contra aquele que somente tem a força de trabalho para vender, visto que foi separado dos meios de produção da vida e dos meios de subsistência. Tal processo não está restrito às origens do

---

<sup>54</sup> Poema *Que diremos aos nossos filhos?* de Ademar Bogo. Disponível em: <https://mst.org.br/wp-content/uploads/2021/03/Livro-MST-editado-FINAL.pdf>. Acesso em: 6 maio 2022.

modo de produção capitalista, mas segue seu curso expropriando os trabalhadores da terra, dos instrumentos de trabalho, dos recursos naturais, dos direitos trabalhistas, da assistência social, da escola, dos espaços de lazer e descanso, entre outros.

Observamos que o processo de expropriação expulsa os trabalhadores dos seus locais de origem, visto não contar com os meios de subsistência, levando-os a migrar. Uma migração que cada vez menos tem um destino definido, mas é marcada pela sazonalidade e pelo trabalho (e vida) temporário, um “vai e vem” pelas cidades, estados, países, sempre em busca de melhores condições de vida e trabalho. No caso deste estudo, focamos as migrações internas, mais especificamente entre as regiões Nordeste–Sul, Bahia–Santa Catarina, Ituberá–Florianópolis. Para tanto, pesquisamos o público atendido pela Educação de Jovens e Adultos, no município de Florianópolis/SC, em particular, a origem dos estudantes, os motivos que os levaram a deixar seus locais de origem e suas condições de vida, trabalho e estudo em Florianópolis. Em síntese, o processo de reprodução social de migrantes baianos matriculados na EJA.

Para a análise, levantamos a literatura da área, procuramos trabalhos que tratassem da temática e constatamos que são escassos, visto que a migração nordestina e baiana é relativamente recente nos municípios médios e pequenos e no sul do país. Historicamente, ela esteve direcionada para a região Sudeste, em particular as grandes cidades, como São Paulo.

Indagamos sobre esse percurso marcado pelas “ausências” tanto de quem fica quanto de quem parte. Os migrantes deixam seu território, família, amigos, costumes, cultura, partindo rumo ao desconhecido em busca de trabalho e melhores condições de vida. Esse movimento de migrar não é fruto de uma escolha e de um planejamento, ele é compreendido como processo de expulsão, pois infere-se que todas as tentativas de ficar na sua terra findaram, não restando outra coisa que não seja partir.

Por vezes, é um tensionamento intenso, pois há os que ficam e que de certa maneira ficam na dependência (econômica) de quem partiu e quem migrou não quer ter má sorte, porque sabe que a família depende dessa migração. O intuito do trabalhador migrante, imediatamente, é sobreviver, trabalhar e ter uma moradia, logo outras questões se colocam, como o direito à saúde, à educação, à mobilidade urbana, ao lazer, entre outras. Entretanto, o tempo de vida acaba se reduzindo ao trabalho, conforme mencionado por estudantes migrantes pesquisados, a chamada “Ilha da magia” na verdade é a “Ilha da correria”.

Conforme apontamos acima, as expropriações são de toda ordem, desde as materiais até as imateriais e, nesse sentido, muitos direitos não podem ser acessados, como o direito à cidade. Vivemos em um contexto nefasto, onde o estado mínimo, em termos de políticas

sociais, e os preceitos neoliberais estão cada vez mais presentes, o que contraria os princípios de uma vida digna. E isso pauperiza ainda mais a vida da classe trabalhadora. O salário mínimo não consegue mais garantir o mínimo para a sobrevivência e a maioria dos migrantes trabalham na informalidade ou são “empreendedores de si mesmos”, em condições precárias e inseguras de trabalho.

A reprodução social no modo de produção capitalista exaspera a vida do trabalhador, que vende a sua força de trabalho em troca de um salário, na forma de dinheiro, que escamoteia todo o processo de exploração e de extração de mais-valor pelos proprietários dos meios de produção. Então, *grosso modo*, no capitalismo, a mercadoria força de trabalho é a mais especial, pois ela encarna o trabalho vivo que possibilita a extração de mais-valor, mas também, é verdade, que, como qualquer mercadoria, o trabalhador é visto como uma peça que gasta energia e quanto mais a sua energia é consumida, e de forma depredatória, mais curta é a sua vida. Então, depreendemos que a reprodução social no capitalismo aniquila aquilo que o sustenta, a saber, o trabalhador. Mas o sistema conta com o exército industrial de reserva pronto para vender a sua força de trabalho. De qualquer modo, há uma contradição fundamental que se apresenta na destruição da força de trabalho, quando o trabalho vivo é o responsável pela produção de riquezas. Contudo, é nessa contradição que a luta de classes acontece e é nela que existe a possibilidade de uma revolução para que se supere o sistema de classes sociais.

A educação no capitalismo é parte da sua reprodução social e nenhuma forma de organização social prescinde de um determinado sistema educacional. Não queremos com isso negar a possibilidade de uma educação que crie fissuras. No caso específico do nosso estudo com a EJA de Florianópolis/SC, algumas características de como está organizada nos fazem refletir, por mediações, o quão sintonizada está com o mercado de trabalho. São elas: educação flexível baseada em projetos de pesquisa, de interesse dos estudantes; o banco de horas, no qual o estudante perfaz a carga horária total para alcançar a presença; a juvenilização da EJA, pois adolescentes a partir dos 15 anos podem frequentar para uma aceleração no processo de escolarização; e a certificação por meio do ENCCEJA, que garante que o estudante concluiu o Ensino Fundamental.

Salientamos essas quatro questões, que por mais que sejam passíveis de críticas, são as que permitem que estudantes migrantes acessem a escola. Observamos que a escola compete com o trabalho e, como os trabalhadores migrantes têm que sobreviver, eles “escolhem” o trabalho. Muitos têm uma jornada de trabalho de até 12 horas, raríssimos são os

que têm carteira assinada e outros tantos têm até dois empregos, fora os “bicos” e tudo isso para que se mantenham vivos.

Situação ainda mais perversa para as mulheres pretas e pobres, pois os trabalhos mais simples recaem sobre elas, além do cuidado com a família e outras pessoas, bem como o trabalho doméstico, que ainda continua sobrecarregando as mulheres. Estamos no século XXI avançando sobre o racismo estrutural, mas ainda vemos o preconceito bárbaro contra as mulheres pretas, que muitas vezes não conseguem acessar educação, saúde, seguridade social, pois essa é outra face da reprodução social no capitalismo.

Em relação ao acesso à escola pelos migrantes, este é um processo marcado por interrupções, rupturas e recomeços. Eles têm que lidar com mudanças de território (e toda a sua complexidade) e diferenças nos conteúdos, na disciplina, na forma desde aulas até avaliações, assim como, a possibilidade de novas migrações. Esses percalços por vezes expulsam o migrante da escola, mesmo os trabalhadores reconhecendo a importância da educação e tendo a expectativa de que a escola pode ajudá-los a ter melhores empregos e condições de vida. Salientamos que a ideia de mobilidade social dentro do capitalismo está atrelada à teoria do capital humano, ou seja, quanto mais educação, melhor! Essa retórica entenebrece a (falsa) ascensão da classe trabalhadora dentro do sistema classista, no qual o “sucesso” pontual de alguns indivíduos é propagado como realizável por todos.

Os fatores que mais propiciam a migração são: o desemprego, portanto a ausência de oferta de trabalho, a violência intensa e a questão das drogas, ou seja, a falta de perspectiva de uma vida digna. Então, migrar, seja por meio de rede de familiar ou amigos, é uma tentativa de melhorar as condições de vida e ter acesso ao trabalho.

Nesse sentido, a situação da classe trabalhadora migrante é de pauperização, de perda de direitos, de perda de bens materiais e imateriais, em síntese. Enquanto o sistema do capital está em uma crise estrutural, como nos aponta Mészáros (2002), avoluma-se a crescente corrida em busca da acumulação capitalista, na qual os trabalhadores são expropriados dos meios de subsistência necessários para a sua reprodução e de sua prole. Depreende-se que a reprodução social da classe trabalhadora no capitalismo baseia-se na expropriação dos meios de subsistência do trabalhador, exploração da força de trabalho e dominação da classe trabalhadora, num contexto da luta de classes.

Neste cenário se encontram os migrantes baianos, que foram expulsos do sul da Bahia, mais precisamente de Ituberá. Eles migraram para Florianópolis buscando uma vida melhor. Contudo, somente um baiano do grupo focal tinha carteira registrada, todos moravam de aluguel com familiares. Em relação à EJA, a presença baiana era de 77 pessoas em 2018 e

saltou para 116 em 2021. Ou seja, vem crescendo ano após ano. Na contramão desses dados, observamos que na EJA Norte 1- Ingleses eram 22 baianos em 2018 e 11 baianos em 2021. Todos os migrantes baianos do nosso grupo focal eram jovens. Todos ressaltaram que em Ituberá não havia oportunidade de emprego, havia muita droga e que estava cada vez mais complicado morar lá, sendo que é o setor de serviços que mais emprega.

Em Florianópolis, os migrantes achavam o custo de vida muito alto, mas mesmo assim compensava mais ficar na “Ilha da correria”, como denominou um migrante, do que voltar para Ituberá. Em comparação aos salários, eles verificaram que aqui se ganha mais, mas que todo o dinheiro é gasto para que se mantenham vivos, ou seja, garantindo a reprodução social no modo de produção capitalista.

Observamos que a migração de baianos para Florianópolis é motivada pela busca de melhores condições de vida e trabalho. Se no norte da Bahia se sofre com a seca, falta de trabalho e perspectiva, no sul do estado não há seca, pois é outro clima. Contudo, a falta de trabalho, o subemprego e trabalho temporário incerto, a questão das drogas e violência são causas da migração. Com isso há interrupções e rupturas com o processo de escolarização. E, por consequência, uma concorrência entre estudo e trabalho, por vezes.

Depreendemos que a reprodução social no capitalismo aniquila aquilo que o sustenta, a saber, o trabalhador. Mas o sistema conta com o exército industrial de reserva pronto para vender a sua força de trabalho. De qualquer modo, há uma contradição fundamental que se apresenta na destruição da força de trabalho, quando o trabalho vivo é o responsável pela produção de riquezas. Contudo, é nessa contradição que a luta de classes acontece e é nela que existe a possibilidade de uma revolução para que se supere a desigualdade entre as classes sociais.

Por fim, a nossa compreensão sobre a relação trabalho e educação, considerando o contexto da migração e o processo de escolarização na EJA, é que a escola continua imprescindível como ponto de acesso à cultura geral, que mesmo diante das críticas (que são válidas), a EJA é uma necessidade histórica, mesmo que seja um espaço de escolarização/certificação, também de socialização do conhecimento e de acolhimento, especialmente aos migrantes. Contudo, há contradições que nesse processo são insolúveis no modo de produção capitalista. Portanto, a migração para a classe trabalhadora não é uma opção, uma escolha, mas é uma necessidade e estratégia de sobrevivência.

## REFERÊNCIAS

- ALCUBIERRE, K. S. L. **Crianças migrantes**: sentidos e memórias da objetividade vivida. 2017. 285 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.
- ARRUZA, C.; BHATTACHARYA, T.; FRASER, N. **Feminismo para os 99%**: um manifesto. Tradução: Heci Regina Candiani. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2019.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BOMFIM, M. I. **Educação de jovens e adultos da classe trabalhadora brasileira**. “Novos” projetos e antigas disputas. 1. ed. Curitiba: CRV, 2017.
- BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- BRASIL. IBGE. **Censo demográfico 2010**. Brasília, 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 30 nov. 2019.
- CASTRO, J. **Geografia da Fome**: A Fome no Brasil. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1946.
- CASTRO, J. **Geopolítica da Fome**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1951.
- DAMALGRO, S. *et al.* Trabalho precário, violência e marginalização: o caso dos estudantes da EJA na Ilha da Magia. *In*: MARCASSA, L. *et al.* **Juventude pobre e escolarização**: trabalho, cultura e perspectivas de futuro nos territórios do maciço do Morro da Cruz. Florianópolis: Em Debate, 2019.
- ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Tradução: B. A. Schumann. São Paulo: Boitempo, 2010.
- FONTES, V. **O Brasil e Capital-imperialismo**: teoria e história. 3. ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2012.
- FRIGOTTO, G. (org.). **Educação e crise do trabalho**: Perspectivas de final de século. Petrópolis: Vozes, 1998.
- FROCHTENGARTEN, F. **Caminhando sobre fronteiras**: o papel na vida de adultos migrantes. São Paulo: Summus, 2009.
- GARCIA, A. F. A. **A mulher trabalhadora e migrante na educação de jovens e adultos**. 2017. 62 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Curso de Pedagogia, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.
- GAUDEMAR, J. P. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Editorial Stampa, 1977.
- HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.



HARVEY, D. **17 contradições e o fim do capitalismo**. Tradução: Rogério Bettoni. São Paulo: Boitempo, 2016.

KATZ, C. Capitalismo vagabundo e a necessidade da reprodução social. Tradução: Gilberto Cunha Franca e Valeria Fontes. **Geosp – Espaço e Tempo** (Online), v. 23, n. 2, p. 435–452, ago. 2019. ISSN 21z79-0892.

KUENZER, A. Z. Desafios teórico-metodológicos da relação trabalho-educação e o papel social da escola. In: FRIGOTTO, G. (org.) **Educação e crise do trabalho**: Perspectivas de final de século. Petrópolis: Vozes, 1998.

MANACORDA, M. A. **Marx e a pedagogia moderna**. São Paulo e Campinas, SP: Cortez: Autores Associados, 1991.

MARCASSA, L. P. (coord.). Relatório de Pesquisa. **Juventude pobre e escolarização**: relações com a escola o trabalho e a cultura em territórios de precariedade. Departamento de Metodologia de Ensino, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, maio 2017. (mimeo)

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção de capital. Tradução: Rubens Enderle. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl. **Manifesto do Partido Comunista 1848**. Porto Alegre: L&PM, 2006.

MELO NETO, J. C. **Morte e vida Severina**. Rio de Janeiro: Editora Alfaguara, 2007.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2004.

MIRA, Elson Cedro. **Controvérsias sobre a economia do sul da Bahia**: uma análise evolutiva do desenvolvimento humano a partir da crise do cacau nos anos 1980. UESC, 2014.

MOTTA, Vânia Cardoso da. **Da ideologia do capital humano à ideologia do capital social**: as políticas de desenvolvimento do milênio e os novos mecanismos hegemônicos de educar o conformismo. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007. 379f.

MOURA, C. **Dialética radical do Brasil negro**. São Paulo: Anita Garibaldi, 3. ed., 2020.

NASCIMENTO, E. K. Migração e escolarização na Educação de Jovens e Adultos – o Norte da Ilha de Florianópolis/SC. In: **Relatório Final PIBIC**, orientadora Célia Regina Vendramini, 21f, Centro de Ciências da Educação. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista**: o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2013.

OLIVEIRA, F. A produção dos homens: notas sobre a reprodução da população sob o capital. **ESTUDOS CEBRAP**, São Paulo, v. 16, p. 5-25, 1976. Disponível em: [http://www.cebrap.org.br/v2/files/upload/biblioteca\\_virtual/a\\_producao\\_dos\\_homens.pdf](http://www.cebrap.org.br/v2/files/upload/biblioteca_virtual/a_producao_dos_homens.pdf). Acesso em: 3 dez. 2019.

PEREIRA, L. **A escolarização de trabalhadores migrantes na Educação de Jovens e Adultos diante da longa jornada de trabalho**. 163 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

QUEIROZ, J. G. O. **As condições de vida, de trabalho e de escolarização dos migrantes nordestinos da construção civil na UFSC**. 231f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

SANTOS, T. S. C. **“De lá para cá”**: Experiências diásporas de baianos e baianas na região da grande Florianópolis-SC. 154 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, L. **A experiência de trabalhadores migrantes na ocupação contestado em São José/SC**. 2019. 137f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

SILVA, M. A. da. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

SILVA, M. A. **Estudos migratórios**: perspectivas metodológicas. São Carlos: EdUFSCAR, 2005.

SILVA, M. M. Jovens da EJA na "ilha da magia": condições de trabalho, educação e migração. **Germinal: marxismo e educação em debate**, v. 11, p. 162–171, 2019.

SILVA, M. R. Editorial. *In*: **Revista Motrivivência**, Florianópolis/SC, v. 34, n. 65, p. 01-21, 2022. Universidade Federal de Santa Catarina.

SILVER, B. **Forças do trabalho**: movimentos de trabalhadores e globalização desde 1870. São Paulo: Boitempo, 2005.

SOUZA, J. **A elite do atraso**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VENDRAMINI, Célia Regina. **Migração e escolarização**: Realidade de jovens estudantes e trabalhadores. Pesquisa CNPq, 2016.

VENDRAMINI, Célia Regina. A realidade de migrantes trabalhadores na Educação de Jovens e Adultos. *In: PÉRIPILOS, Revista de Pesquisa sobre Migrações*, v. 4, n. 1, 2020, p.378–395.

VENDRAMINI, Célia Regina. A categoria migração na perspectiva do materialismo histórico e dialético. *Revista Katalysis*, v. 21, p. 239–260, 2018.

VENDRAMINI, C. R.; QUEIROZ, J. G. O. A situação da classe trabalhadora migrante. *Germinal: marxismo e educação em debate*, v. 11, p. 183–193, 2019.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa II: a maldição de Adão**. São Paulo: Editora Paz e Terra. 2002.

**APÊNDICE A – Termo de consentimento**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Você está sendo convidado(a) a participar voluntariamente da pesquisa: “**Migração e escolarização: a realidade de jovens estudantes e trabalhadores**”, coordenada por Célia Regina Vendramini. Pretendemos conhecer a situação de vida e de trabalho dos migrantes e as condições de frequentar e acompanhar a escola.

Para obter as informações necessárias para este estudo, pretendemos realizar grupos focais, com registro sonoro e fotografia. Os grupos focais reunirão em torno de 10 a 15 participantes e terão a duração de 1 hora e 30 minutos a 2 horas.

Você está sendo consultado(a) sobre o interesse em participar voluntariamente da pesquisa. Isto implica em participar do grupo focal, bem como autorizar seu uso nesta pesquisa. Esclarecemos que a sua participação não é obrigatória assim como não o é a resposta a todas as perguntas.

Asseguramos que o seu nome não será publicado. As gravações coletadas serão compartilhadas exclusivamente com os pesquisadores envolvidos nesta pesquisa. Ademais, a informações serão utilizadas unicamente nesta ou em eventuais pesquisas futuras sobre o mesmo tema, sem, no entanto, comprometer quaisquer das partes envolvidas.

Se houver concordância em participar, por favor, assine abaixo.

Florianópolis, 13 de novembro de 2018.

Nome: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

**APÊNDICE B – Roteiros para grupo focal****ROTEIRO PARA GRUPO FOCAL****EJA NORTE 1 - INGLESES****TEMA: MIGRAÇÃO (a vida, o trabalho, a escola antes de migrar)**

07/11/2018

1 – Em que cidade e estado você nasceu? Fale sobre como era sua vida lá.

O trabalho: com que idade começou a trabalhar, no que trabalhava, quantas horas por dia, salario, condições de trabalho, desemprego.

A moradia: como era a casa, com quem morava, alugada ou própria, o bairro (o que tinha no bairro)

A escola: até que ano estudou, porque parou de estudar.

2 - Com que idade saiu de sua cidade natal? Por quê?

3 - Em quantas cidades e estados já morou? (Para aqueles que já mudaram muito, perguntar por que desta rotatividade). Já morou no campo?

4 – O que mais você sente falta da sua terra?

5 – Pretende retornar à sua terra?

6 - Você mantém contato com amigos e família que ainda vivem no seu lugar de origem? De que forma (telefone, carta, internet, visitas...)?

Preparação para o grupo focal: fazer o convite no dia anterior e pedir que levem alguma lembrança da sua terra (foto, objeto).

Levar um mapa para cada um ir localizando a cidade em que nasceu.

**ROTEIRO PARA GRUPO FOCAL****EJA NORTE 1 - INGLESES****TEMA: MIGRAÇÃO (a vida, o trabalho, a escola em Florianópolis)**

14/11/2018

- 1 - Há quanto tempo está em Florianópolis? Como veio para cá: sozinho, com familiares ou amigos? Veio de que (ônibus, avião, carro...) Tem parentes que vivem aqui também?
- 2 - Porque veio para cá? Porque escolheu Florianópolis? Tem conhecidos ou parentes aqui?
- 3 - Como é a sua vida aqui? Era como você esperava?
- 4 - Você trabalha? Onde? Em quê? Foi fácil arrumar trabalho aqui? Gostaria de trabalhar em outra coisa? Já ficou desempregado? Dá pra viver com o salario que ganha? Precisa complementar com outro serviço? Quantas horas você trabalha por dia?
- 5 - Com quem você convive aqui? (vizinhos, parentes, amigos). São todos do mesmo lugar?
6. Como é a sua casa aqui? Com quem mora, alugada ou própria, o bairro (o que tem no bairro e o que falta)?
7. Tem filhos? Eles estudam? Onde?
8. Como é o acesso à saúde?
9. O que você faz quando sobra um tempinho? Você aproveita a cidade, vai à praia? Encontra com parentes e amigos? Descansa?
- 10 - Quais os maiores problemas e dificuldades você enfrenta aqui? E quais os pontos positivos daqui?
- 11 - Você sofre alguma forma de preconceito ou discriminação por ser migrante ou por ser nordestino?
- 12 - Em quantas escolas você já estudou? A mudança de cidade e de escola atrapalha os estudos? Quais as dificuldades que você enfrenta na escola?
- 13 - Você pretende continuar seus estudos?
- 14 - Você participa de algum grupo, associação, cooperativa, movimento social ou da Igreja?
- 15 - O que você diria para alguém que quisesse sair de sua terra?

### APÊNDICE C – Fotografia do grupo focal



Fonte: Da autora, 2019.

APÊNDICE D – Mapa das migrações internas para Florianópolis/SC



Fonte: Da autora, 2019.



## ANEXO A – Mapa da Educação de Jovens, Adultos e Idosos – EJA



Fonte: Departamento de Educação de Jovens, Adultos e Idosos – PMF.